



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ISAAC ROBERTO FERREIRA

SILÊNCIOS DA NECRÓPOLE: traços infomemoriais e patrimoniais do
cemitério Nossa Senhora da Piedade em Maceió - Alagoas

**MACEIÓ
2023**

ISAAC ROBERTO FERREIRA

SILÊNCIOS DA NECRÓPOLE: traços infomemoriais e patrimoniais do
cemitério Nossa Senhora da Piedade em Maceió – Alagoas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Inovação.

Linha de Pesquisa: Produção, Mediação e Gestão da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Lourdes Lima.

MACEIÓ
2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

F383s Ferreira, Isaac Roberto.
 Silêncios da necrópole : traços infomemoriais e patrimoniais do
 cemitério Nossa Senhora da Piedade em Maceió - Alagoas / Isaac Roberto
 Ferreira. – 2022.
 179 f. : il.

 Orientadora: Maria de Lourdes Lima.
 Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade
 Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes.
 Maceió, 2022.

 Bibliografia: f. 118-127.
 Apêndices: f. 128-129.
 Anexos: f. 130-179.

 1. Cemitério Nossa Senhora da Piedade (Maceió, AL). 2. Memória. 3.
 Informação. 4. Patrimônio histórico. 5. Patrimônio cultural. 6. Documentos.
 I. Título.

CDU: 02:351.776(813.5)

ISAAC ROBERTO FERREIRA

SILÊNCIOS DA NECRÓPOLE: traços infomemoriais e patrimoniais do
cemitério Nossa Senhora da Piedade em Maceió - Alagoas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da
Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a titulação de mestre, em **15/02/2023**.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria de Lourdes Lima – PPGCI/UFAL (Presidente/Orientadora)

Profa. Dra. Guilhermina de Melo Terra – PPGCI/UFAL (Membro Examinador Interno)

**Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira – PPGCI/UFPB (Membro
Examinador Externo)**

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza – PPGCI/UFAL (Suplente Interno)

Profa. Dra. Ana Cristina de Albuquerque – PPGCI/UEL (Suplente externo)

*Dedico este trabalho à minha família,
às/aos docentes que cruzaram meu caminho ao longo da vida
e a cada pessoa cuja memória serviu de material
para este trabalho, a exemplo dos artefatos e inscrições,
em túmulos, recortes de jornal ou lembranças.*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico, depois de submetido às bancas e disponibilizado fisicamente e virtualmente nas bibliotecas e repositórios virtuais, quando encontrado, passa a impressão de que é um trabalho finalizado. Nunca o é, pois, a ciência é viva e ele se multiplica em outros e outros, formando uma grande rede de conhecimento por intermédio das referências, que fazem com que esse trabalho permaneça sendo atualizado pelos quais serviu de consulta. Por isso, inicio essas linhas agradecendo a cada pesquisadora e pesquisador que ajudaram e me serviram de fontes de consulta, em especial à minha orientadora Maria de Lourdes Lima pela compreensão e auxílio de sempre, a todos os professores do PPGCI/UFAL, em especial à Rosilene Llarena, Edivanio Duarte, Ronaldo Araújo e Guilhermina Terra, pelos aprendizados e carinho; à professora Bernardina Freire, do PPGCI/UFPB, pelas dicas e caminhos preciosos mostrados no campo de estudo fascinante da memória e à Profa. Dra. Ana Cristina de Albuquerque, do PPGCI/UEL, pela presteza e carinho com que nos auxiliou com suas contribuições valiosas. Quero agradecer também aos meus pais, Ana Lúcia Maria Ferreira e José Cícero Ferreira (*In Memoriam*) que deram o seu melhor e se esforçaram para nos ensinar a importância do conhecimento, me fazendo o que sou, devo tudo a eles. Às minhas irmãs, Angélica Ferreira e Iris Azenate Ferreira, pelo apoio e exemplos positivos de sempre, refletidos nas minhas sobrinhas Beatriz Ferreira, Hannah Ferreira e Bruna Ferreira, que me atualizam sempre das coisas da vida. À minha companheira Patrícia Albuquerque, pelo amor, companheirismo, compreensão e amizade, segurando minha mão em todos os momentos, doces e tortuosos, comuns dessa jornada. À minha sogra Maria da Graça de Oliveira Albuquerque, pelo carinho por vezes materno a que me dedica. Aos meus cunhados Ademir Gomes, pela amizade, apoio e zelo de meu irmão mais velho; Joelma Albuquerque e Carolina Gama, pelos toques acadêmicos e apoios valiosos além da amizade e carinho. Agradeço aos profissionais das instituições de memória e órgãos públicos consultados: Andreia, João Menezes, Almira, Marcella (Arquivo Público); Vania, Rose, Quel (Instituto Histórico); Micaela (MISA); Pablo Maia (superintendente do Pró-Memória, Secult/Alagoas), à equipe da Fundação Municipal de Ação Cultural, à professora Maria Adeciany Souza (SEDET/Maceió). Agradeço também à equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SUDES) e da Coordenação Geral de Gestão de Serviços Funerários (CGGSF) na pessoa do senhor Christiano Lyra e também aos funcionários do Cemitério Nossa Senhora da Piedade em especial à Meire, Túlio e Isabella Pereira; aos funcionários do Cemitério de São José, em especial a Adelson Silvestre. Aos amigos de trabalho no Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas (Itec), em especial a Daniel Santa Ritta e Thalita Reis, pelo apoio contínuo. Agradeço também aos falecidos conhecidos e desconhecidos, cujos túmulos aparecem de alguma maneira neste trabalho. Agradeço a todas as amigas e amigos da minha turma de mestrado pelo apoio mútuo e também às amigas extra mundo acadêmico, aquelas e aqueles que sempre me apoiaram e torceram por mim. Por fim, grato à espiritualidade amiga, guarnição divina superior, que sempre me acompanha e me orienta nos caminhos a que devo trilhar. Minha reverência.

*“A terra comerá nossos tecidos
rostos e nomes serão esquecidos
só restarão nossos jazigos
como uma forma de memória
e se alguém sentir necessidade
estaremos aqui pela eternidade.
Nossa cova pode estar vazia,
mas, ficará preenchida de
saudades”*

(DUTRA; ROJAS, 2014)

FERREIRA, Isaac Roberto. **Silêncios da Necrópole**: traços infomemoriais e patrimoniais do cemitério Nossa Senhora da Piedade em Maceió – Alagoas. 2023. f.181. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió, 2023.

RESUMO

Esta dissertação discorre sobre a importância dos traços infomemoriais e patrimoniais presentes no Cemitério N. S. da Piedade, em Maceió, para a memória cultural e patrimonial da cidade e de Alagoas. O problema de pesquisa indaga: quais as práticas existentes no Cemitério N. S. da Piedade em Maceió - Alagoas, a partir de seus traços infomemoriais, que asseguram o seu reconhecimento como patrimônio cultural pela sociedade? Tem por objetivo geral analisar os traços infomemoriais e patrimoniais no Cemitério em questão. Aborda aspectos conceituais acerca da morte ao longo dos séculos, assim como da sua relação na arte e na religião, as diversas maneiras de lidar com esta temática, incluindo a academia. Apresenta a problemática no século XIX, quando da proibição imperial sobre os sepultamentos em Igrejas e a construção dos primeiros cemitérios, no Brasil e na Alagoas oitocentista, quando as epidemias de cólera e de gripe espanhola (*Influenza*) eram atribuídas pela medicina higienista também aos sepultamentos em igrejas. Apresenta a conceituação de patrimônio e sua relação com a memória, além de apresentar uma perspectiva de análise do Cemitério à luz do Neodocumentalismo, vendo-o como um grande documento a céu aberto. Aborda ainda a diferença do estudo da memória no âmbito da História e a sua perspectiva na Ciência da Informação. Traz a história do Cemitério N. S. da Piedade, os traços infomemoriais presentes nos bens culturais formados pela arquitetura tumular, bem como os objetos históricos e personalidades alagoanas sepultadas. Trata-se de um estudo descritivo com viés documental, no qual utilizamos como método de abordagem, base lógica da investigação, o método científico fenomenológico e como métodos de procedimentos, meios técnicos de investigação, foram utilizados os métodos histórico e observacional; abordagem qualitativa e de natureza básica. Utiliza como procedimentos as pesquisas de campo, bibliográfica e documental, além das técnicas de análise de conteúdo, observação e entrevistas. Após as pesquisas de campo realizadas, a coleta de dados via fontes bibliográficas e documentais, os dados coletados nas entrevistas feitas com agentes responsáveis pela estrutura física e integridade patrimonial do Cemitério e com base nos referenciais teóricos adotados, respondemos ao problema da pesquisa. Os resultados evidenciam que, no Cemitério N. S. da Piedade, as práticas existentes em nível de preservação memorial e patrimonial dos artefatos fúnebres que trazem em si traços infomemoriais importantes para a memória de Maceió e de Alagoas são ainda insuficientes, pois não divulgam ou disseminam a condição de Unidade Especial de Preservação Cultural (UEP) da Instituição pública de maneira eficaz, não contribuindo para que esta seja vista e reconhecida pela sociedade para além de sua condição primordial de local de sepultamentos. Por fim, o trabalho sugere aos órgãos patrimoniais municipais, estaduais e federais, medidas de preservação e conservação preventivas do Cemitério N.S. da Piedade, bem como divulgação mais efetiva de sua condição especial de UEP.

PALAVRAS-CHAVE: Traços Infomemoriais. Cemitério N.S. da Piedade. Memória. Informação. Patrimônio. Documento.

FERREIRA, Isaac Roberto. **Silences of the Necropolis**: infomemorial and patrimonial traces of the Nossa Senhora da Piedade Cemetery in Maceió – Alagoas. 2023. f.181. Dissertation (Master in Information Science) – Federal University of Alagoas – UFAL, Maceió, 2023.

ABSTRACT

This dissertation discusses the importance of infomemorial and heritage traces present at the N. S. da Piedade Cemetery, in Maceió, for the cultural and heritage memory of the city and Alagoas. The research problem asks: what are the existing practices in the N. S. da Piedade Cemetery in Maceió - Alagoas, based on its infomemorial traces, that ensure its recognition as cultural heritage by society? Its general objective is to analyze the infomemorial and patrimonial traces in the Cemetery in question. It addresses conceptual aspects about death over the centuries, as well as its relationship in art and religion, the different ways of dealing with this theme, including the academy. It presents the problem in the 19th century, when the imperial ban on burials in Churches and the construction of the first cemeteries, in Brazil and in Alagoas in the 19th century, when the cholera and Spanish flu (Influenza) epidemics were also attributed by hygienist medicine to burials in churches. It presents the concept of heritage and its relationship with memory, in addition to presenting a perspective of analysis of the Cemetery in the light of Neodocumentalism, seeing it as a large open-air document. It also addresses the difference in the study of memory in the context of History and its perspective in Information Science. It brings the history of the N. S. da Piedade Cemetery, the infomemorial traces present in the cultural assets formed by the tomb architecture, as well as the buried historical objects and personalities from Alagoas. This is a descriptive study with a documentary bias, in which we used the phenomenological scientific method as an approach method, logical basis of the investigation, and as methods of procedures, technical means of investigation, the historical and observational methods were used; qualitative approach and of a basic nature. It uses field, bibliographic and documentary research as procedures, in addition to content analysis, observation and interview techniques. After the field research carried out, data collection via bibliographic and documentary sources, data collected in interviews with agents responsible for the physical structure and patrimonial integrity of the Cemetery and based on the theoretical references adopted, we responded to the research problem. The results show that, in the N. S. da Piedade Cemetery, the existing practices in terms of memorial and heritage preservation of funereal artifacts that carry important infomemorial traces for the memory of Maceió and Alagoas are still insufficient, as they do not disclose or disseminate the condition of the Special Unit for Cultural Preservation (UEP) of the public Institution in an effective way, not contributing for it to be seen and recognized by society beyond its primordial condition of place of burials. Finally, the work suggests to the municipal, state and federal heritage agencies, measures for the preservation and preventive conservation of the Cemitério N.S. da Piedade, as well as more effective dissemination of its special status as a UEP.

KEY WORDS: Infomemorial Traces. N.S. da Piedade Cemetery. Memory. Information. Patrimony. Document.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Pórtico de entrada do Cemitério Père-Lachaise.....	43
Figura 2 - Père-Lachaise utilizado para caminhada e meditação	44
Figura 3 - Pórtico de entrada do Cemitério da Recoleta	45
Figura 4 - Ruas do Cemitério da Recoleta.....	45
Figura 5 - Pórtico de entrada do Cemitério da Consolação.....	46
Figura 6 -Jazigo do ex-presidente Campos Sales	47
Figura 7 - Pórtico de entrada do Cemitério S. João Baptista	48
Figura 8 - Ícaro sobre uma pedra alta – Túmulo de Santos Dumont.....	49
Figura 9 - Espaço no <i>site</i> da prefeitura de Paris dedicado ao Père-Lachaise	50
Figura 10 - Espaço no <i>site</i> da prefeitura de Buenos Aires dedicado ao Recoleta	51
Figura 11 - <i>Site</i> particular dedicado ao Recoleta.....	51
Figura 12 - Espaço no <i>site</i> da prefeitura de São Paulo dedicado ao Consolação	52
Figura 13 - Espaço no <i>site</i> da administradora Rio Pax dedicado ao São João Baptista	53
Figura 14 - <i>Site</i> particular dedicado ao São João Baptista	54
Figura 15 - Mapeamento do Google no Cemitério São João Baptista	54
Figura 16 – Imagem do Cemitério N.S. da Piedade – Final do século XIX	57
Figura 17 - Lateral do Cemitério N.S. da Piedade no início do século XX	58
Figura 18 - Anúncio de viagem em ITA no Jornal de Alagoas de 19/11/1918.....	59

Figura 19 - Coluna no Jornal de Alagoas de 19/11/ 1918 sobre a epidemia de <i>Influenza</i>	60
Figura 20 - Retirada de calçamento em ruas do Cemitério da Piedade.....	64
Figura 21 - Área do sítio a ser desapropriado a ser incorporado ao Cemitério São Luiz.....	65
Figura 22 - Projeto ampliação Cemitério São Luiz	66
Figura 23 - Projeto ampliação Cemitério São Luiz	66
Figura 24 - Cova aberta diretamente no solo no Cemitério da Piedade	67
Figura 25 - Gavetas em construção no Cemitério São José	68
Figura 26 - Ossuários em construção no Cemitério da Piedade	68
Figura 27 - Esquema de divisão dos tipos de dados na pesquisa	83
Figura 28 - Visão exterior do Cemitério.....	87
Figura 29 - Túmulo da família Mendonça.....	89
Figura 30 - Túmulo da família Almeida Guimarães	90
Figura 31 - Túmulo da família Teixeira Bastos	90
Figura 32 - Túmulo da família Teixeira Bastos	91
Figura 33 - Túmulo de Linda Mascarenhas.....	92
Figura 34 - Túmulo de Muniz Falcão.....	93
Figura 35 - Vaso português quando ainda adornava os muros do cemitério.....	93
Figura 36 - Vaso português	94
Figura 37 - Vaso português	94
Figura 38 - Poste feito pela Nova Fundação Guanabara (RJ)	95

QUADROS

Quadro 1 - Quadro de Conservação da UEP Cemitério N.S. da Piedade em 2017 97

Quadro 2 - Quadro de Conservação da UEP Cemitério N.S. da Piedade em 2022 98

FIGURAS

Figura 39 - Interior da capela da Piedade 99

Figura 40 - Interior da capela da Piedade 100

Figura 41 - Interior da capela da Piedade 100

Figura 42 - Exterior da capela da Piedade 101

Figura 43 - Túmulo do pintor Rosalvo Ribeiro (1915) 101

Figura 44 - Resto de vaso português quebrado 102

Figura 45 - Rua aberta no Cemitério N.S. da Piedade 103

Figura 46 - Túmulo de Carolina Sampaio Marques 104

Figura 47 - Boneca utilizada pelo Bloco A Mulher da Capa Preta 106

Figura 48 - Túmulo da Família Gomes Machado 111

Figura 49 - Pórtico do Campo Santo Parque das Flores 112

Figura 50 - Parte interna do Campo Santo Parque das Flores 112

Figura 51 - Túmulo irregular com aviso da prefeitura de Maceió 113

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais
ABEP	Academia Brasileira de Letras
APA	Arquivo Público de Alagoas
CI	Ciência da Informação
CTEC	Centro de Tecnologia
CGGSF	Coordenação Geral de Gestão de Serviços Funerários
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DO	Declaração de Óbito
DPHC	Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FMAC	Fundação Municipal de Ação Cultural
IHGAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
IML	Instituto Médico Legal
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MISA	Museu da Imagem e do Som
OMS	Organização Mundial de Saúde
PDM	Plano Diretor de Maceió
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PPGRHS	Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento

RELU	Grupo de Pesquisa em Representação do Lugar
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas
SEDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEMPLA	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
SINTEAL	Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas
SMCCU	Secretaria Municipal de Controle e Convívio Urbano
SUDES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável
SVO	Serviço de Verificação de Óbito
UEP	Unidade Especial de Preservação Cultural
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEP	Zona Especial de Preservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O IRREMEDIÁVEL.....	21
2.1 DA MORTE AO ENCANTAMENTO	25
2.2 MORTOS FIXOS, VIVOS NÔMADES	31
3 PARA ALÉM DO TERROR E TRISTEZA	37
3.1 O CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA PIEDADE	56
3.2 MACEIÓ E A SAGA DE SEUS OITO CEMITÉRIOS PÚBLICOS	61
4 UM GRANDE DOCUMENTO A CÉU ABERTO	70
4.1 HISTÓRIA, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA.....	75
4.2 MEMÓRIAS NA HISTÓRIA E NA CI.....	77
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	79
5.1 TIPO DE PESQUISA.....	79
5.2 COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS	80
5.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO	83
6 TRAÇOS INFOMEMORIAIS DO CEMITÉRIO DA PIEDADE.....	87
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA GERAL DO SETOR DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA SEDET	128
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O COORDENADOR GERAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS DA SUDES.....	129
ANEXO A – LEI Nº 32 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1845 - CÓDIGO DE POSTURAS DA CÂMARA DE MACEIÓ.....	130
ANEXO B – LEI Nº 54 DE 14 DE JUNHO DE 1893 - GABINO BESOURO LOTERIAS PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO CEMITÉRIO	134
ANEXO C – REGULAMENTO DO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA PIEDADE	137

ANEXO D – ALGUMAS PERSONALIDADES ALAGOANAS SEPULTADAS NO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA PIEDADE	157
--	------------

1 INTRODUÇÃO

“Nós que aqui estamos por vós esperamos”¹

As primeiras motivações que nortearam a elaboração deste trabalho se pautaram por uma situação de serendipidade. O Dicionário *On-line* Priberam da Língua Portuguesa define serendipidade como “aptidão para descobrir coisas agradáveis por acaso; coisa descoberta por acaso” (SERENDIPIDADE, 2023). A gestora de conhecimento Ana Neves (2012), em artigo publicado no *site* português *Kmol*, relaciona serendipidade a uma intersecção entre acaso, informação/conhecimento e perspicácia. Foi exatamente a união desses conceitos que fez-nos vislumbrar a possibilidade de ter um cemitério como objeto de pesquisa, durante uma aula de certa disciplina ministrada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (PPGCI/UFAL).

Enquanto o professor discorria sobre as possibilidades de fontes de informação e, dentre as inusitadas, citou a possibilidade de um cemitério ser classificado nesta categoria, tivemos um *insight*, pois, um dos pesquisadores conviveu na infância e adolescência com um cemitério pequeno num bairro próximo à sua casa; pequeno se comparado a outros mais modernos. Chamava-lhe atenção os túmulos grandiosos com estátuas belas e assustadoras, imponentes muros e capela e o famoso “Túmulo da Capa Preta”, pivô de uma lenda de terror e de, hoje extinto, bloco de carnaval de mesmo nome.

Anos depois, este pesquisador já formado jornalista e trabalhando em um grande jornal da cidade, lhe foi dada a pauta sobre o dia de finados. Veio-lhe o ímpeto de, além de mostrar na matéria a preparação nos cemitérios, contar também sua história. Foi assim que descobriu ser o Cemitério Nossa Senhora da Piedade, objeto de seu fascínio na infância e hoje objeto de pesquisa, a primeira necrópole² construída na capital; quando o pesquisador jornalista relacionou as poucas informações e conhecimento que tinha na época sobre o cemitério, com a possibilidade de estudo que havia acabado de identificar na fala do professor, enxergou um veio de pesquisa tendo este Cemitério como *locus*. O docente proferiu as palavras ao acaso e o

¹Frase na entrada do Cemitério de Paraibuna (SP), que deu título ao documentário de Marcelo Masagão em 1999.

² De acordo com o dicionário online Priberam, há duas definições para necrópole. 1 – Cemitério grandioso; 2 – cripta - “necrópole”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/necr%C3%B3pole> [consultado em 09-02-2023].

pesquisador, munido de informação e conhecimento prévio sobre o cemitério, teve a perspicácia de enxergar nelas potencial de pesquisa: eis a serendipidade.

Após a decisão de ter o Cemitério N.S. da Piedade como objeto de pesquisa, tivemos a grata surpresa de constatar que, passados os segundos de espanto inicial das pessoas pela temática, a visão sobre os cemitérios, geralmente pautada pela lente do senso comum que enxerga esses lugares apenas como tenebrosos e tristes, está cada vez mais dando lugar a de serem vistos como bens culturais para a sociedade na qual estão inseridos, tanto no Brasil quanto no mundo, pois muitos deles representam um período significativo da história, o da medicina higienista no século XIX, contendo importantes traços infomemoriais perpetuados na arquitetura tumular e em outros objetos funerários.

E o que seriam traços infomemoriais? Seriam informações em potencial encontradas em artefatos que servem como suporte ou representação material de uma memória, alimentando-a. Não seria a mesma memória estudada nos livros de História, que necessitam de uma localização no espaço-tempo, trazendo para o presente um passado exposto pelo referencial de quem conta. A memória na Ciência da Informação (CI) é a representada em artefatos, manifestada na representação daquele objeto, que se faz presente no tempo presente. Tal objeto traz vestígios, traços, informações que alimentam memórias coletivas e individuais. Trazendo essa ideia para o campo da neodocumentação de Bernd Frohmann e outros pesquisadores, que resgatam e ampliam o conceito de documento de Paul Otlet e Suzanne Briet e ao mesmo tempo lançam questionamentos polêmicos e importantes dentro da CI, inclusive sobre a fisicalidade do que seria “materialidade”, quando até mesmo um discurso pode ser considerado material (assim como o bit, que é também virtual), não apenas os objetos físicos palpáveis poderiam trazer em si traços infomemoriais, mas, por exemplo, um bem imaterial também teria essa capacidade. O Cemitério, que comporta tantos bens materiais e imateriais, patrimônios culturais em potencial, pois são detentores de traços infomemoriais importantes, seria visto com um grande documento a céu aberto.

Do ponto de vista científico, este trabalho se justifica por fortalecer as contribuições em pesquisa teórica abordando cemitérios brasileiros como locais potenciais de informação, buscando trazer para o estudo acadêmico no campo da CI o aspecto patrimonial dessas instituições. Informação esta que alimenta a memória coletiva, reforça a identidade de determinada sociedade e é manifestada muitas vezes num monumento. Para isso, é necessário que medidas sejam tomadas para a preservação desses artefatos possuidores de traços

infomemoriais, através dos quais essa memória se manifesta e está registrada, uma delas seria alçar esses locais à categoria do patrimônio por intermédio do instrumento do tombamento ou instituindo leis urbanísticas, como acontece com o Cemitério N.S. da Piedade, objeto desta pesquisa. Basta então que, instituídas essas políticas, elas sejam divulgadas eficazmente para a população.

Maceió possui oito cemitérios públicos e três particulares. Dois dos cemitérios públicos, o N.S. da Piedade e o Cemitério São José são considerados, juntamente com outros prédios, Unidade Especial de Preservação Cultural (UEP) desde 2005, pelo Plano Diretor de Maceió (PDM), o que em tese lhes assegura atenção especial do poder municipal com relação à sua preservação. O reconhecimento pelo poder municipal do Cemitério da Piedade como bem patrimonial importante para a história e memória da Cidade se manifesta em sua elevação à condição de UEP, porém, durante a realização desta pesquisa, somente encontrou-se algo sobre esse *status* do Cemitério diretamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET), em um trabalho acadêmico em nível mestrado na área de arquitetura pela UFAL e em material de grupo de pesquisa também no curso de arquitetura na mesma Universidade.

Eis o silêncio que paira sobre a Necrópole, evocado no título deste trabalho. Mesmo UEP, não há reverberação dessa condição cultural e patrimonial do Cemitério ou divulgação de amplo e fácil acesso junto à sociedade; a bem da verdade, há alguma informação virtual por intermédio de antigas matérias jornalísticas no *site* da própria Prefeitura de Maceió e blogs históricos, mas, presencialmente, não há qualquer indicativo visual de que ali se encontra um local rico em artefatos, que trazem representados em si diversas informações, que podem alimentar a memória comum do maceioense, que mesmo reconhecendo a antiguidade do Cemitério, não recebe mais elementos que o caracterizem para si enquanto UEP. Tombamento não garante integridade de um bem cultural, o que garante é a identificação do povo com relação àquele patrimônio, e para esse reconhecimento se faz necessária a divulgação dessa importância para a sociedade.

A situação do Cemitério alagoano em termos de reconhecimento ainda consegue ser diferente de muitos cemitérios bastante conhecidos no Brasil, mas que não recebem a proteção por intermédio do instrumento de tombamento ou leis. Cemitérios brasileiros como, tomando por exemplos o da Consolação, em São Paulo e o de São João Baptista, no Rio de Janeiro, são centenários e históricos, mas não recebem valor patrimonial oficialmente de

maneira geral, mesmo que muitos dos seus túmulos sejam tombados em separado, os cemitérios, em si, não recebem esse reconhecimento oficial, apesar de seus artefatos funerários, sua história e as personalidades ali sepultadas; já o Cemitério objeto de estudo deste trabalho é reconhecido por lei urbanística, mas não tem sua importância e seus traços infomemoriais amplamente divulgados para a sociedade.

A questão norteadora levantada por este trabalho é: quais as práticas existentes no Cemitério Nossa Senhora da Piedade em Maceió - Alagoas, a partir de seus traços infomemoriais, que asseguram o seu reconhecimento como patrimônio cultural pela sociedade? Para responder a essa questão, tem-se como objetivo geral analisar os traços infomemoriais e patrimoniais no Cemitério Nossa Senhora da Piedade.

Especificamente, essa pesquisa tem como objetivos identificar vestígios materiais e imateriais relevantes à construção de uma história patrimonial vinculada ao Cemitério N.S. da Piedade; mapear os agentes responsáveis pela execução de uma política patrimonial nas esferas municipal e estadual, bem como suas práticas; sugerir aos órgãos patrimoniais municipais, estaduais e federais, medidas de preservação e conservação preventiva do Cemitério N.S. da Piedade como uma Unidade Especial de Preservação Cultural, além de disseminar, a partir dos vestígios materiais e imateriais pontuados neste trabalho, uma memória patrimonial constitutiva do cemitério N.S. da Piedade, extensiva ao município e ao Estado de Alagoas.

Neste último objetivo específico de disseminação da memória, está contida a identificação de problemáticas que dificultam o reconhecimento do Cemitério enquanto UEP pela sociedade maceioense, a partir dessa identificação, engendra-se uma discussão sobre a ausência de políticas de divulgação do aspecto cultural desta Instituição municipal para as sociedades maceioense, alagoana e brasileira.

Neste trabalho, iniciaremos abordando aspectos conceituais acerca da morte ao longo dos séculos, assim como da sua relação na arte e na religião e as diversas maneiras de lidar com esta temática. Apresentaremos a problemática no século XIX, quando da proibição imperial sobre os sepultamentos em Igrejas e a construção dos primeiros cemitérios, no Brasil e na Alagoas oitocentista, quando as epidemias de cólera e de gripe espanhola (*Influenza*) eram atribuídas pela medicina higienista aos sepultamentos em igrejas. Trataremos também da mudança de visão que vem se estabelecendo com relação aos cemitérios e sua importância

cultural e infomemorial, tanto no Brasil quanto no mundo e o panorama de políticas públicas voltadas aos cemitérios.

Discutiremos a objetividade da informação representada em artefatos, o que são traços infomemoriais, a diferença do estudo da memória no âmbito da História e a sua abordagem na CI e discutimos também se há diferença entre fontes históricas e fontes informacionais. Trazemos ainda a história do Cemitério N.S. da Piedade, os traços infomemoriais presentes neste, formados pela arquitetura tumular, bem como os objetos históricos e personalidades alagoanas ali sepultadas.

Trata-se de um estudo descritivo com viés documental, abordagem qualitativa e de natureza básica, no qual utilizou-se como método de abordagem, base lógica da investigação, o método científico fenomenológico e como métodos de procedimentos, meios técnicos de investigação, foram utilizados os métodos histórico e observacional. Utiliza como procedimentos as pesquisas de campo, pois foram realizadas visitas *in loco* ao Cemitério para registro fotográfico; pesquisa bibliográfica e documental, pois foram visitadas diversas instituições voltadas para informação e memória como arquivos, museus e bibliotecas, a técnica de análise de conteúdo, pois analisamos as páginas virtuais de brasileiros, a exemplo do Cemitério da Consolação, em São Paulo, e do Cemitério São João Baptista, no Rio de Janeiro, e internacionais, como o Cemitério da Recoleta, na Argentina, e o Cemitério Père-Lachaise, na França, em busca de políticas culturais de divulgação e valorização, além da técnica inicial da observação e de entrevistas com agentes públicos responsáveis por aspectos estruturais e patrimoniais do cemitério.

Por fim, virão as considerações finais, na qual chegamos à conclusão de que as práticas existentes no Cemitério Nossa Senhora da Piedade, no que se refere à preservação memorial e patrimonial de seus artefatos fúnebres, que por sua vez trazem em si traços infomemoriais, são ainda insuficientes, pois não divulgam ou disseminam a condição de UEP do Cemitério, não contribuindo para que este seja reconhecido pela sociedade para além de local de sepultamentos. Por fim, o trabalho sugere aos órgãos patrimoniais municipais, estaduais e federais, medidas de preservação e conservação preventivas do Cemitério N.S. da Piedade, bem como sua divulgação mais efetiva enquanto UEP.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O IRREMEDIÁVEL

*Cumpriu sua sentença e encontrou-se com o único mal
irremediável, aquilo que é a marca de nosso estranho
destino sobre a terra, aquele fato sem explicação que
igualava tudo que é vivo num só rebanho de condenados,
porque tudo o que é vivo morre. Que posso fazer agora?
Somente seu enterro e rezar por sua alma.*

(SUASSUNA, 1999)

A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu a morte em 1950 como “cessação dos sinais vitais, em qualquer momento após o nascimento com vida, sem possibilidade de ressuscitação” (JORGE; LAURENTI; DI NUBILA, 2010, p. 563). Depois, segundo os mesmos autores citados, no fim da década de 1960 uma comissão da Escola Médica de Harvard equiparou, pela primeira vez, o coma irreversível à morte, estabelecendo critérios para sua aceitação. Tal equipe era formada por dez médicos, um jurista e um teólogo. A presença do teólogo expõe o óbvio de que a humanidade sempre teve necessidade de pensar o fenômeno da morte para além dos estudos médicos e forenses, levando em consideração toda gama de questionamentos que envolvem o conceito nos campos filosófico, religioso/espiritual, psicológico e também social, sendo este último, como nos lembram Jorge, Laurenti e Di Nubila (2010), o responsável por fazermos, dentre outros estudos, levantamentos demográficos no intuito de obtermos indicadores importantes de saúde, por intermédio de dados relevantes como, por exemplo, o gênero e a idade dos falecidos.

A humanidade, ao longo dos milênios, passou por intensas e profundas transformações sobre sua maneira de lidar com a morte. Atualmente, com o advento das redes sociais e a chegada do *smartphone* como computador de bolso, este somado à internet móvel cada vez mais rápida, os acontecimentos tomam proporções antes inimagináveis, acontecendo um fenômeno semelhante ao que Philippe Ariès (1977) chamou de “morte romântica” quando, influenciada pelos ideais Iluministas, a sociedade do século XVIII passou a exaltar e dramatizar a morte alheia, enquanto silenciava sobre a sua inclusive nos testamentos, tornando-a privada, restrita ao cotidiano doméstico. Nos últimos anos, têm surgido canais em plataformas de vídeos e perfis em redes sociais que tratam do cotidiano da morte e o universo ligado a esse conceito como algo natural, trivial, banal e por vezes até sensacionalista, com

tendências ao espetáculo. Os chamados *influencers* criam perfis e páginas em redes sociais no intuito de mostrar túmulos de personalidades famosas, de vítimas de crimes de repercussão e até mesmo enterros e velórios de anônimos. Existem também perfis dedicados à arte tumular, ao turismo cemiterial e outros voltados para as ciências criminais, autópsias e cotidiano legista; podemos ainda citar a curiosidade mórbida de pessoas munidas de *smartphones* ao filmarem crimes e acidentes para expor o material em mídias digitais ou compartilharem em aplicativos de mensagem instantânea.

Porém, como não poderia deixar de ser, quando se trata mesmo da remota ideia da presença da morte no cotidiano íntimo de cada um, seja de um ente querido ou de si próprio, a tendência natural ainda é ver o assunto com pavor, medo, ojeriza e, nesse momento, a morte ainda é um tabu. Esse grande paradoxo se reflete nos estudos acadêmicos sobre o assunto, que apesar de cada vez mais numerosos, ainda são vistos com certa surpresa, sendo o pesquisador muitas vezes indagado do porquê de tal temática. Segundo Borges; Santana e Bianco (2004), a academia ainda trata com estranheza tudo que se vincula ao assunto morte, ao verbo latino *mori*. Aspectos ligados à imaterialidade são alguns dos responsáveis por essa questão, pois, por exemplo, a palavra ‘cemitério’ é muitas vezes relacionada à tristeza, ao sentimento de perda ou à morbidez, a gerar medo e pavor. De acordo com Osman e Ribeiro (2007), essa concepção é reforçada pelo cinema, sobretudo no gênero de filmes de terror, assim como na literatura, de maneira geral, pois no mundo das artes, a morte sempre teve lugar cativo. Michel Vovelle (2010) cita algumas dessas influências que povoaram o imaginário da sociedade no século XIX e reforçaram o estigma da temática morte:

A primeira parte do século XIX alimentava o imaginário do romantismo com presenças do além. Proveniente em linha reta tipo romance noir; o fantasma, imagem elaborada do morto duplo, representara um acessório inescapável da pequena literatura, assim como da grande. Sem conceder-lhe mais importância do que talvez mereça, podemos admitir que goza de ótima saúde até o fim do século, quando Bram Stoker importa, contrabandeado da Inglaterra industrial, o caixão do conde Drácula, aumentando a corte já lotada dos vampiros e outros Frankensteins: retorno do morto duplo para tirar arrepios aos leitores (VOVELLE, 2010, p. 264).

Para além das lendas de Drácula³ e zumbis⁴ herdadas da Romênia e do Haiti respectivamente, no Brasil algumas obras também são conhecidas por tratarem do universo do

³ <https://recreio.uol.com.br/noticias/viva-a-historia/vlad-tepes-o-homem-que-inspirou-a-criacao-do-dracula.phtml>

⁴ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150902_vert_cul_zumbis_ml

além-túmulo. No *Auto da Compadecida*, peça teatral em forma de auto, como o nome sugere, mas com elementos de cordel, escrita por Ariano Suassuna em 1955, acontece um pequeno juízo final vivenciado por personagens do nordeste brasileiro, onde há morte, julgamento, redenção e purgatório. A peça, uma comédia com críticas ao coronelismo e avareza dos membros da igreja, foi adaptada para o cinema por três vezes; a primeira no ano de 1969, com o filme *A Compadecida*, direção de George Jonas e roteiro do próprio Ariano Suassuna; em 1987, pelo grupo humorístico brasileiro *Os Trapalhães*, numa adaptação intitulada *Os Trapalhães no Auto da Compadecida*, com direção de Roberto Farias e em 2000, no filme *O Auto da Compadecida*, dirigido pelo cineasta Guel Arraes e derivado de uma minissérie da Rede Globo de Televisão de 1999. Outra famosa obra que retrata o universo da morte é a peça *Odorico, O Bem-Amado*, escrita por Dias Gomes em 1966, na qual Odorico Paraguaçu, prefeito da cidade de Sucupira, tenta em vão inaugurar um cemitério. Sendo capaz de tudo para cumprir o intento, acaba ele mesmo inaugurando o campo santo. A peça se tornou telenovela de sucesso em 1973, *O Bem-Amado*, produzida e exibida pela Rede Globo de Televisão, dirigida pelo próprio Dias Gomes e exportada para diversos países.

O romance *Incidente em Antares*, o último escrito pelo gaúcho Érico Veríssimo, em 1971, aborda a temática da morte através da exploração do realismo fantástico. O autor divide o romance em duas partes: na primeira, a rivalidade política e a saga na cidade de Antares, Rio Grande do Sul, entre duas famílias, Vacarianos e Campolargos. Na segunda parte, o incidente ocorrido em 11 de dezembro de 1963, quando em razão de uma greve de coveiros, sete mortos insepultos despertam para acertar as contas na cidade tomada pela corrupção, reencontrando afetos e desafetos, valendo-se da condição de mortos-vivos para não temerem represálias.

Cada um dos sete mortos representa uma categoria da sociedade brasileira de então: a senhora aristocrata católica (uma Campolargo); o advogado servidor público corrupto; o sapateiro anarquista; o artista - um maestro pianista que corta os pulsos; o jovem idealista torturado até à morte nos porões da polícia de Antares; um conhecido bêbado da cidade e uma prostituta tísica. A peça também foi adaptada para a televisão em formato da minissérie homônima *Incidente em Antares*, em 1994. No livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, o autor cria um personagem que resolve contar sua vida depois de morto por, segundo ele mesmo, não ter mais nada para fazer no além-túmulo. A morte aparece no centro da obra a partir já da dedicatória: “ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu

cadáver [...]” (ASSIS, 1999, p. 25). Valentim Faccioli (2002) diz que esta dedicatória funciona como um epitáfio para quem se propõe a ler as memórias de Brás Cubas, como se abrisse seu caixão para ouvi-lo:

Funciona, pela disposição gráfica e visual das palavras – uma cruz disfarçada – como epitáfio escrito numa tampa de caixão mortuário ou túmulo. Assim, quando o leitor lê isso e vira a página, é como se estivesse destampando um esquife ou túmulo, pois ali dentro, do livro esquife-túmulo, está o defunto Brás Cubas, que começa a falar e contar histórias... Sem dúvida, uma situação de forte efeito grotesco (FACIOLI, 2008, p. 111).

Brás Cubas, o defunto-autor, narra sua história tendo como base a ironia, sendo filho direto de uma elite frívola, cínica e superficial. Em sua condição de cadáver, sente uma superioridade em relação aos vivos. “Tendo deixado seu corpo aos vermes, agora está livre dos enganos e desenganos da vida, dos desejos, enjos e incômodos que o corpo impõe sobre o espírito.” (DIXON, 2009, p. 64-65).

No cinema, além das adaptações já citadas, também vale destacar o filme *Nós Que Aqui Estamos, Por Vós Esperamos*, de Marcelo Masagão, lançado em 1999, documentário inspirado na obra *Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawm, de subtítulo *O Breve Século XX*. Para Morales (2009), a morte representada na sequência de imagens de conflitos acontecidos no século XX lança ao espectador uma inquietação sobre os rumos da humanidade e de sua própria finitude.

A frase que dá título ao filme encontra-se no portão de entrada de um cemitério da cidade paulista de Paraibuna e revela-se nas cenas finais. Neste instante, sob a trilha sonora do compositor belga minimalista Wim Mertens, a morte, circunscrita até então aos conflitos armados do século XX ou a excepcionais momentos de trágicas tentativas individuais em agir sobre limites humanos, revela-se como o acontecimento inexorável de cada um dos que assistem o desencadear de imagens oriundas de vídeos, filmes e fotografias. É como se a imobilidade da morte, capturada pela tomada de sequências de túmulos, gerasse no espectador uma viva consciência de sua finitude (MORALES, 2009, p. 191).

Uma das obras brasileiras mais recentes sobre a temática é o filme *Sinfonia da Necrópole*, de 2014, com roteiro e direção de Juliana Rojas. As músicas no longa-metragem são de autoria da própria roteirista em parceria com os músicos Marco Dutra e Ramiro Murillo. O filme conta a história de Deodato, aprendiz de coveiro que tem fobia do contato com cadáveres, aprendendo a lidar com o cotidiano do cemitério, desde o trabalho em si de

enterro e exumação até a especulação imobiliária dentro da necrópole, com a destruição de túmulos sem a reclamação de proprietários para abrir novos caminhos e vagas.

São numerosos os livros, filmes, músicas, quadrinhos, minisséries, telenovelas, personagens diversos que retratam a morte, a personificam e por vezes a romantizam. A atmosfera de horror gerada por alguns contribui ainda para a estranheza e mistificação já citada com relação a tudo que permeia o universo fúnebre, desde as profissões ligadas à morte como coveiros, legistas, agentes funerários até os trabalhos acadêmicos que abordam a temática. É o que acontece, por exemplo, quando cemitérios viram objetos de pesquisa.

2.1 DA MORTE AO ENCANTAMENTO

A morte é tão antiga quanto a própria vida. Quando a vida se esvai, o que acontece é a morte. Vida e morte estão entrelaçadas, o que nos faz conjecturar a partir de que momento o ser mais antigo tomou consciência de que haveria o estado de “não-vida”, seja a partir da observação de outros ou da consciência de sua finitude. A morte, para quem fica, permanece um mistério, pois só podemos observá-la no outro, sendo ela sempre externa a nós, como coloca Loureiro (2000, p. 96):

Sabemos que vivemos e que morremos, mas, da vida, podemos falar por um conhecimento vivido, atestado por vivenciar a situação, o fenômeno. Porém, falar da morte é sempre algo estranho a nós mesmos, pois o fenômeno só é conhecido em experiência com os outros. Da morte, somos, conscientemente, apenas meros espectadores. A nossa própria morte não podemos atestar. Não voltamos para descrevê-la em nós mesmos. Podemos falar, tentar exprimi-la, mas sua análise dá-se no fenômeno situado no outro, registrado, contado pelos sobreviventes.

A religião é um dos sistemas culturais mais utilizados pela humanidade para buscar entender a morte e tudo o que viria após ela. A pesquisadora Pinezi (2009), ao citar o antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1978) nos traz que a religião é um sistema de símbolos. Símbolos estes que modelam a realidade e ao mesmo tempo se modelam a ela. Tais simbologias não são estáticas, são unidades significativas tão dinâmicas quanto à própria realidade que modelam. A religião, para a pesquisadora, por ser um sistema cultural, “mostra-se como uma fonte produtora de sentido e de respostas para os que a procuram e no que se refere à morte não é diferente” (PINEZI, 2009, p. 200).

Em vários mitos e histórias nas religiões, a consciência da morte aparece como um fato que existe desde os tempos mais remotos. No Candomblé, uma das religiões afro-

brasileiras, na nação Iorubá⁵, um dos orixás ligados à morte é Nanã Buruku, a mais velha das divindades, que representa a sabedoria e as águas pantanosas. Numa das lendas, Nanã aparece na formação do homem ao lado de Olorum/Olodumare, este último que para o Candomblé seria o Deus supremo. Prandi (2001) conta ser Nanã a responsável por sugerir a Olorum a lama como princípio para a criação do homem, depois de uma série de dúvidas desta divindade sobre o material a utilizar. “Mas, tem um dia que o homem morre, e seu corpo tem que retornar à terra, voltar à natureza de Nanã Buruku. Nanã deu a matéria no começo, mas quer de volta no final tudo que é seu” (PRANDI, 2001, p. 197).

Outros orixás também possuem ligação com o universo da morte. Obaluaiaê/Omulu/Xapanã/Sapatá, apesar de ser um orixá também ligado à cura e à saúde, segundo Barbosa (2006), também “controla as epidemias, as doenças de pele, os castigos infringidos ao indivíduo, sendo também o único capaz de prevenir e manter esses males afastados” (BARBOSA, 2006, p. 36). Outra divindade africana cultuada no Candomblé e também ligada à morte é Iansã/Oyá, considerada a senhora dos cemitérios, pois, junto com Obaluaiaê, servirá de guia aos espíritos que acabaram de desencarnar com destino ao *Orum* (céu) indicando o caminho a que este espírito deve trilhar. Segundo Barcelos (1992), ela comanda a falange dos eguns (mortos) sendo considerada sua rainha.

Contudo, no Candomblé não somente existem os orixás ligados à morte, como também o orixá que é a própria morte: Ikú, palavra Iorubá para designar, literalmente, morte. Como nos conta Prandi (2001, p. 507) Iku também estava no começo na criação do homem:

Então Obatalá criou Iku, a Morte. E a encarregou de fazer morrer todos os humanos. Obatalá impôs, contudo, à morte Iku uma condição: só Olodumare podia decidir a hora de morrer de cada homem. A Morte leva, mas a Morte não decide a hora de morrer. O mistério maior pertence exclusivamente a Olorum.

Iku é uma entidade masculina, temida por todos e com existência e natureza próprias dentro do Candomblé. Bandeira (2010) explica que Iku não fica em um lugar fixo, mas roda em torno do mundo para realizar o seu trabalho, ajudando a manter o equilíbrio da natureza. É o único orixá que um dia “tomará” posse da cabeça de todos os seres humanos.

⁵ De acordo com o dicionário online Priberam, Iorubá seria algo relativo ou pertencente aos iorubas, povo indígena da África Ocidental, em especial da zona da Nigéria, inclusive o idioma - "ioruba", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/ioruba> [consultado em 09-02-2023].

Não é apenas nos *Itans* (relatos míticos, lendas) das religiões de matriz africana que a morte aparece no início de tudo. No Gênesis, primeiro livro da Bíblia, a morte surge como uma punição a Adão e Eva por terem comido o fruto proibido da árvore do conhecimento, após Eva ter sido enganada pela Serpente. “No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que retournes a terra, porque dela foste tomado; porquanto és pó, e ao pó retornarás” (BÍBLIA, Gênesis, 3, 19). Laraia (1997) acredita que a principal mensagem do Gênesis neste aspecto, se tratando de um discurso produzido principalmente por pastores e guerreiros nômades numa sociedade patriarcal, tendo como um alicerce uma ideologia machista, é colocar a mulher, representada por Eva, como um ser que representa grande perigo. “Eva é a responsável pela morte de todos os seus descendentes que poderiam ser imortais se continuassem a viver no Paraíso” (LARAIA, 1997, p. 160).

Com a chegada do Novo Testamento, uma nova perspectiva sobre a morte se abre para os cristãos. Desde a realização de ressuscitações durante seu ministério, sendo a mais lembrada a de Lázaro, até a sua própria ressurreição, Jesus traz para os cristãos a esperança da redenção da morte como consequência do pecado original, por essa razão, na Páscoa muito se escuta a expressão “Jesus venceu a morte”. Henriques (2014) nos coloca que a partir da redenção de Cristo, a morte passa a ter um sentido positivo, passando a morte física a ser consumada com o “morrer em Cristo”, ou seja, morrer tendo cumprido o que se entende por conduta cristã, observando os sacramentos e ações pessoais. Um trecho litúrgico da igreja católica que traduz bem a visão cristã sobre a morte:

Senhor, para os que creem em vós, a vida não é tirada, mas transformada. E, desfeito nosso corpo mortal, nos é dado, nos céus, um corpo imperecível. Deste modo, a morte é constituída pela separação da alma imortal e do corpo no plano terreno, posteriormente, serão reunidas na ressurreição dos mortos. (CNBB, 2000, p. 279, 283-285).

A “ressurreição dos mortos” citada seria no momento do juízo final, outro conceito muito importante para as religiões cristãs, reforçado pelo livro do Apocalipse, último livro da Bíblia, no Novo Testamento. Para Quírico (2010), as imagens do juízo final colocadas nas portas das igrejas francesas (para serem vistas na hora da saída) ou na parte interna das igrejas italianas próximo ao altar (para serem observadas o tempo inteiro), tinham como objetivo preparar o fiel para a morte, fazendo-o refletir sobre suas ações e os possíveis destinos que o aguardavam após a morte no fim dos tempos, lembrando-o de redenção e arrependimento o quanto ainda houvesse tempo. Segundo o historiador francês Émile Male (1972), eram

profundas as impressões nas almas dos fiéis pelas imagens do juízo final nas igrejas francesas, lembrando-os na hora da saída de que, a qualquer momento, aquilo poderia tornar-se um fato.

Além do catolicismo, o protestantismo também possui forte crença na ressurreição dos mortos, no julgamento final e na separação entre justos e injustos, sendo os primeiros levados ao paraíso e os outros relegados ao inferno. Para o protestante, a morte é um sono temporário e todos vão acordar um dia para um clímax definitivo, do qual faz parte também desse momento final o retorno de Jesus. Porém, mesmo com a crença na figura central da volta do Cristo e do juízo final, Pinezi (2009) coloca que há diferenças na visão da morte entre os protestantes, principalmente entre presbiterianos, evangélicos tradicionais, e os neopentecostais como, por exemplo, os evangélicos da Igreja Internacional da Graça. Para o presbiteriano, a morte é dolorosa e ritualizada, uma transição para o posterior reencontro com os antepassados também aguardando a redenção das almas, processo que será vivenciado por toda a terra, então renovada e restaurada pela segunda vinda de Jesus. Para os neopentecostais, a morte é um processo natural, que interrompe um fluxo de bênçãos que deve ser buscado pelo fiel na sua vida terrena, presente. Não há, nesse grupo, uma ritualística da morte, mas todo ritual é voltado para a cura divina e prosperidade financeira na vida terrena.

Outra pedra de toque para o entendimento da relação morte-religião é a crença na continuidade da vida após a morte e da possibilidade de interação constante entre os que permanecem vivos e os que já se foram. Desde seu surgimento na França em 18 de abril de 1857 com a publicação do Livro dos Espíritos (*Le Livre des Esprites*) por “Allan Kardec”, pseudônimo de Hippolyte-Léon Denizard Rivail, pedagogo da cidade de Lyon, que o Espiritismo expandiu, principalmente no ocidente, três pressupostos base: a crença na vida após a morte; a comunicação entre vivos e mortos (ou desencarnados, para os espíritos) e a reencarnação, quando um espírito retorna à Terra nascendo de novo para vivenciar, em outro corpo e sendo outra pessoa, diferente vida. De acordo com Fernandes (2008), essas são as bases do Espiritismo: imortalidade, comunicabilidade e reencarnação. No entanto, o autor lembra ainda que a doutrina vai mais além: “mais do que religião, seu desejo é ser uma doutrina de tríplice aspecto, ou seja, ser também uma filosofia e uma ciência” (FERNANDES, 2008, p. 7).

Para o hinduísmo, a alma também é imortal e o maior sintoma dessa imortalidade seria o inconformismo do ser humano com a morte, pois inconscientemente este intui sua

imortalidade, sendo assim o desejo de eternizar-se, segundo Valera (2012), um indicativo de eternidade. Porém, em razão do apego ao corpo material e às coisas não permanentes, o ser humano sofre. O papel do hinduísmo seria então estruturar a vida do adepto na experiência prática, por intermédio de vários processos, para que ele possa vivenciar sua natureza enquanto espírito imortal, buscando compreensões que tornem a morte aceitável através do autoconhecimento. Varela (2012) cita o *Bhagavad-gītā*, texto religioso hindu escrito em sânscrito, parte do poema épico *Mahabharata*, que diz: “para a alma, nunca há nascimento nem morte [...] ela não é aniquilada quando o corpo é aniquilado” (VALERA, 2012, p. 197). Para o hindu, segundo o *Bhagavad-gītā*, a alma que não é aniquilada junto com a matéria, entra em outro corpo para viver uma nova vida.

O Budismo, de acordo com Sasaki (1995) não possui uma doutrina reencarnacionista, pois não realiza uma dicotomia entre corpo mortal e alma imortal. Para esta doutrina, a vida é una, não cessa, toma formas diferentes, mas interligadas entre si. A alma ou única vida assume várias formas, formas estas que são impermanentes e transitórias, como tudo que existe. Apesar da profundidade da filosofia budista sobre a alma e sua ligação com o todo existente, os budistas da tradição *Zen Soto*, no Brasil, surgida para atender a necessidade de imigrantes japoneses que desejavam se reconectar com a filosofia em solo brasileiro e que sofreram forte influência do confucionismo, possuem concepções sobre a morte como o início de uma jornada ao conhecimento, “o abandono do corpo seria o começo deste processo” (HANDA, 2008, p. 10). Tudo isso fomentado pelo culto dos antepassados, geralmente ficando a incumbência com o filho mais velho, seja em casa num altar pessoal, seja no templo, pois este antepassado agora se tornou Buda (ou *Hotoke*) e irá receber os ofícios realizados em seu nome.

Como pudemos constatar, o fenômeno morte possui diversas e inúmeras facetas, utilizadas pela humanidade no intuito de poder lidar melhor com este evento. No Ocidente católico, entre a idade média e o século XVIII predominou, principalmente na França e se expandiu inclusive para o Brasil, o que Ariès (1977) chamou de “morte domada” ou “morte domesticada”, que consistia na aproximação entre vivos e mortos, com pessoas presentes no leito do moribundo e na casa da família que estava prestes a perder um ente. “Parentes, amigos, irmãos de confrarias e vizinhos acompanhavam no quarto dos moribundos seus últimos momentos” (REIS, 1991, p. 73). Não havia, nessas sociedades tradicionais, uma

separação entre o cotidiano dos vivos e dos mortos, que eram enterrados dentro das cidades, em igrejas e outros lugares, convivendo com a população.

Não é que a morte e os mortos nunca inspirassem temor. Temia-se, e muito, a morte sem aviso, sem preparação, repentina, trágica e sobretudo sem funeral e sepultura adequados. Assim como se temiam os mortos que assim morriam. Mas, desde que os vivos cuidassem bem de seus mortos, enterrando-os segundo os ritos adequados, eles não representariam perigo espiritual ou físico especial. Tais ritos eram experimentados por vivos e mortos de maneira a marcar com ênfase a passagem para o outro mundo. (REIS, 1991, p. 74).

Inicialmente, Ariès (1977) sinalizou três momentos de atitudes diante da morte. Na antiguidade, com as civilizações pré-cristãs, quando apesar da familiaridade dos ritos fúnebres, havia uma distância entre vivos e mortos, com sepulturas em separado das cidades em razão do medo da proximidade com os mortos; o período já citado da “morte domesticada” entre Idade Média e o século XVIII, da mistura no cotidiano de vivos e mortos com as inumações acontecendo dentro da cidade, o que segundo Reis (1991) teria começado a partir do século V e, por fim, a atitude do século XIX, que Ariès (1977) evoca aos psicólogos que a chamam de “lutos histéricos”, em que se aceita com mais dificuldade a morte do outro, o que segundo o Historiador deu origem ao culto moderno dos túmulos nos cemitérios.

Atualmente, mais uma série de transformações surgiram com relação às atitudes diante da morte, iniciada, para Ariès (1977), entre as décadas de 1930 e 1950. Transferiu-se o lugar de morrer da casa para o hospital, antes considerado local de abandono, hoje representando que tudo foi feito ao alcance da equipe médica para se evitar a morte. O luto e o sofrimento estão cada vez mais recônditos e qualquer manifestação mais acentuada é sinônima de constrangimento ou má educação. “O luto não é mais necessário, não é mais um tempo necessário e cujo respeito a sociedade impõe: tornou-se um estado mórbido que deve ser tratado, abreviado e apagado” (ARIÈS, 1977, p. 94). A cremação e a distribuição de cinzas substituem o culto ao túmulo, no intuito de acabar com o que resta do corpo o mais rápido possível. Surgem cada vez mais empresas tornando a morte objeto de lucro, procurando torná-la atraente, terceirizando um evento antes deveras íntimo. Porém, mesmo com todas essas transformações diante da morte, Ariès (1977) reforça que não significa que tais mudanças representam indiferença perante os mortos, mas antes, diante da constatação da morte de viúvos e viúvas logo que imediatamente à morte dos cônjuges, num período curto de tempo,

revela que o recalque da dor e o sofrimento às escondidas, muitas vezes solitário, agravam o traumatismo da perda.

Não apenas a postura da humanidade perante o fenômeno da morte se modificou ao longo dos milênios, mas também as diversas maneiras de inumação dos corpos, como já se pode constatar até então. O local de sepultamento de um corpo passou a ser não apenas a representação do fim de uma existência, mas também um referencial rico em traços infomemoriais, o que será trabalhado nos próximos capítulos.

2.2 MORTOS FIXOS, VIVOS NÔMADES

A ideia de um lugar específico para sepultar um ente é muito mais antiga, inclusive, do que o conceito de cidades, ou seja, a necrópole precede a metrópole. No período paleolítico da pré-história, quando os seres humanos eram nômades e se abrigavam em cavernas, muitas vezes disputando esses lugares com feras diversas, foram encontradas por arqueólogos, segundo Rezende (2006), inúmeras ossadas humanas, evidenciando que apenas os mortos permaneciam em locais fixos. No período neolítico, quando já havia algum domínio sobre o ambiente, de acordo com Benevolo e Albrecht (2002), aqueles seres humanos que estavam deixando de ser nômades já delimitavam espaços de uso, com a construção de moradias e, conseqüentemente, túmulos construídos ou escavados, pois eles já eram capazes de modelar e conhecer o local onde viviam, marcando túmulos e templos com grandes pedras. Templos, pois já havia a divinização das forças da natureza e a crença na vida após a morte.

Na antiguidade, ao mesmo tempo em que as civilizações pré-cristãs honravam as sepulturas, colocando junto aos mortos objetos e pertences, como nos revelou um dia a arqueologia funerária, queria-se distância dos mortos e por isso os sepultavam distantes das cidades. Ariès (1977, p. 41) nos explica essa relação:

[...] um dos objetivos dos cultos funerários era impedir que os defuntos voltassem para perturbar os vivos. O mundo dos vivos deveria ser separado do mundo dos mortos. É por isso que em Roma a Lei das Doze Tábuas proibia o enterro *in urbe*, no interior da cidade. O código Teodosiano repete a mesma proibição, a fim de que seja preservada a *sanctitas* das casas dos habitantes. A palavra *funus* significa ao mesmo tempo o corpo morto, os funerais e o assassinato. *Funestus* significa a profanação provocada por um cadáver. Em francês, resultou na palavra “funeste” (funesto). Também por essa razão os cemitérios eram situados fora das cidades, à beira das estradas como a Via Appia, em Roma, e os Alysamps, em Arles.

Quando se fala em formas de inumação na antiguidade, inevitavelmente vem à mente pelo senso comum uma das principais civilizações, a que surgiu entre 3.200 a.c. e 100 a.c. “ao longo da bacia do Nilo [...] e que se configura com traços bem definidos” (ANTÓN *et al.*, 1995, p. 33), ou seja, os egípcios. A nobreza egípcia primeiramente foi sepultada em *mastabas*, túmulos com a forma de um tronco de pirâmide, feito de tijolos de barro e que são precursores das pirâmides como se conhece nos dias de hoje. Calabria e Martins (1997) lembram que a maior motivação para a arte e a arquitetura egípcia sempre foi a religião, o que obviamente iria reverberar na construção da última morada.

Segundo Antòn (1995), foi o arquiteto e ministro do reino na terceira dinastia, ImHotep, que teve a ideia de sobrepôr as pirâmides de tijolos, substituir o material por pedras, construindo a primeira pirâmide do Egito, para o faraó Djoser. A religião era tão intrínseca ao cotidiano e modo de vida dos egípcios que fez com que ImHotep fosse divinizado pelos seus feitos, e os seus sucessores fizeram obras cada vez mais grandiosas. Rezende (2006) *apud* Cavalcante (2013) cita para lembrar que, enquanto os faraós eram sepultados em monumentos, muitos egípcios tinham apenas o deserto do Saara como sepultura. Se trouxermos essa questão para o século XIX, lembramo-nos da necessidade da nobreza, quando do surgimento dos cemitérios seculares, em construir grandes monumentos em face das covas mais simples, geralmente aos fundos dos cemitérios. É o que Reis (1991, p. 24) chama de “geografia social dos mortos”. Na Roma antiga, quando ainda havia a separação entre os locais de sepultamento e de circulação de vivos, Ariès (1997) conta que até mesmo os escravos, no começo da era cristã, tinham um local próprio de sepultura, inclusive com inscrição em lápide no intuito de preservar a memória do falecido e a identidade do túmulo, porém estas começaram a desaparecer a partir do século V.

No Brasil, vale citar também os costumes indígenas das tribos com as quais os portugueses se depararam quando por aqui desembarcaram a partir do ano de 1500. Cavalcante (2013) cita que uma das formas de encarar a morte para os indígenas Tupis e essencialmente indivíduos de outras tribos era a da “carne a carne”, ou seja, a carne do falecido para fortalecer as carnes da tribo. O historiador alagoano Ernani Otacílio Méro, na apresentação do livro *Cemitérios de Maceió*, do também historiador Félix Lima Júnior (1983), reporta-se especificamente aos Caetés, que povoaram parte do nordeste brasileiro:

[...] repartia-se a carne do defunto entre parentes e amigos, que a assavam e comiam. Aos ossos consumiam-nos em ocasiões cerimoniais, pulverizados e misturados com água e farinha de mandioca. O corpo do principal podia ser

comido somente por suas esposas e gente de igual categoria ao passo que o de criança natimorta serviria de alimento à própria mãe (MÉRO *apud* LIMA JÚNIOR, 1983, p. 8).

Méro também cita, na apresentação do livro de Lima Júnior (1983), o historiador baiano Clarival do Prado Valladares que no seu livro *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros* escreveu “o trato digestivo dos tupis como pioneirismo cemiterial nestas terras”, se referindo ao Brasil e ao fato da antropofagia entre os indígenas.

Outra maneira *sui-generis*, se assim podemos nos referir a esta destinação de um corpo humano, devido à brutalidade e genocídio enfrentados por africanos ao serem trazidos escravizados para o continente americano, chegando ao Brasil a partir de meados do século XVI até a segunda metade do século XIX, é o do mar como “sepultura”. De acordo com Rezende (2006), na época do Brasil Colônia, as pessoas de ascendência africana em situação de escravidão que não eram batizadas no Catolicismo tinham seus corpos lançados ao mar após a morte, no intuito de que estes, de alguma forma, pudessem retornar à terra natal. O mar era então conhecido por essas pessoas como “calunga grande”, o que provavelmente, para Cavalcante (2013), tenha dado origem ao termo “calunga pequena” na religião de Umbanda, que significa cemitério. Era ao mar também que eram lançados, a partir dos navios, os corpos das pessoas que não conseguiam resistir aos maus tratos durante a travessia África-América, no período do tráfico humano.

Além do mar, no Brasil de outrora, os africanos e seus descendentes em situação de escravidão também podiam ser sepultados em vários outros lugares, inclusive ao redor das igrejas e/ou nas proximidades, pois o interior destas era destinado aos nobres, num período em que os lugares de convivência de vivos se confundiam com os de permanência dos mortos. Ariès (1977) especula como pode ter se dado a transição da mentalidade que havia na antiguidade, da separação entre o lugar destinado aos mortos e os lugares dos vivos e a prática que predominou no período entre a Idade Média até meados do século XVIII, em razão das inumações no interior das igrejas:

Sabemos como isto se deu em Amiens, no século VI: o bispo Saint Vaast, morto em 540, escolheu sua sepultura fora da cidade. Mas, quando os carregadores quiseram levá-lo, não puderam remover o corpo, que de repente tornara-se demasiadamente pesado. Então, o arcepreste rogou ao santo que ordenasse “que sejas levado ao lugar que nós (ou seja, o clero da catedral) preparamos para ti”. Interpretava bem a vontade do santo, pois logo o corpo tornou-se leve. Para que o clero pudesse, dessa forma, contornar o interdito tradicional e prever que guardaria na catedral os santos túmulos, além das sepulturas que o santo túmulo atrairia, era preciso que se

atenuassem as antigas repulsas. A separação entre a abadia cemiterial e a igreja catedral foi então apagada. Os mortos, já misturados com os habitantes dos bairros populares da periferia, que se haviam desenvolvido em torno das abadias, penetravam também no coração histórico das cidades. A partir de então, não houve mais diferença entre a igreja e o cemitério (ARIÈS, 1977, p. 43).

Quem não era nobre e/ou cristão, era sepultado em grandes valas comuns, sem caixão, cobertos apenas por um sudário. Tais valas conhecidas como “fossas dos pobres” eram largas e profundas e quando enchiam, eram lacradas, uma mais antiga era reaberta, sendo os ossos secos levados aos “carneiros”, como conta Ariès (1997). Os ricos eram sepultados sob a laje do chão das igrejas, diretamente na terra, porém em solo cristão, que os possibilitaria resguardar a salvação da alma.

As cerimônias fúnebres eram exuberantes. A morte, como já citamos, era compartilhada com todos tornando-se um evento público, durante o qual aconteciam manifestações externas de fé. Missas, cortejos e procissões grandiosos cheios de alegorias, da qual tomavam parte centenas de pessoas, são considerados por Reis (1991) um aspecto importante do Catolicismo barroco. O autor inclusive cita Pierre Verger, quando este escreve que o barroco baiano foi principalmente um “barroco de rua”, para citar o exemplo de como as cerimônias fúnebres aconteciam na Bahia.

Quem comandava todos os ritos, tanto de celebração de festas religiosas (celebração da vida) como dos funerais (celebração da morte) eram as Irmandades Católicas, que existiam, segundo Reis (1991) às centenas. Falando especificamente da Bahia, o autor informa que o objetivo das Irmandades era dar um enterro digno a seus associados, que em contrapartida lhes davam joias, anuidade, rendas de propriedades e outros lucros, inclusive legados em testamento, que eram utilizados na manutenção das igrejas como um todo, na produção de festas e funerais.

De acordo com Reis (1991), foram inclusive as Irmandades que encabeçaram um dos levantes mais significativos no Brasil contra a implantação de cemitérios, acontecido em Salvador em 25 de outubro de 1836, conhecido como “Cemiterada”. Uma lei entrou em vigor não apenas proibindo os enterros em igrejas como era de costume, mas também concedendo a uma companhia privada a incumbência dos enterros na cidade de Salvador por trinta anos. O levante popular destruiu um cemitério, o Cemitério Campo Santo, que estava prestes a ser inaugurado. De acordo com Reis (1991), é pouco atribuir apenas à perda de monopólio das Irmandades e o incentivo destas junto ao povo a revolta ter chegado a tanto, pois o cemitério

representava, naquele momento, a quebra de um costume que interferia diretamente no destino de sua alma no pós-morte.

A Cemiterada produziu seu manifesto geral, um documento que revela um movimento mais amplo, de uma população que recusou deixar que uma companhia privada gerisse um aspecto tão importante de sua visão de mundo (REIS, 1991, p. 24).

O evento da Cemiterada foi uma das consequências de uma série de medidas que já vinham sendo tomadas pelo Império desde o início do século XIX com relação aos sepultamentos em igrejas. A primeira, segundo Lima Júnior (1983), foi a Carta Régia de 11 de janeiro de 1801, enviada pelo príncipe Regente de Portugal D. João de Bragança aos Governadores e Capitães Gerais, ordenando a proibição de enterros em igrejas e a construção o mais rápido possível de cemitérios fora do perímetro urbano. Com a continuidade dos enterros nas igrejas, percebe-se que essa determinação não foi obedecida, ficando arquivada por 27 anos. Segundo Paixão (2005), somente em 28 de outubro de 1828, quando o Imperador D. Pedro I decretou a Lei Geral, considerada lei de estruturação dos municípios, que delegou às câmaras municipais, dentre outras atividades, a construção e administração de cemitérios fora da cidade em harmonia com a Igreja, é que se começou a cumprir tais determinações.

A principal razão pela qual o Governo Imperial passou de fato a se preocupar com a prática funerária de então, foram as epidemias surgidas principalmente na segunda metade do século XIX, doenças como febre amarela, cólera *morbus*, varíola e gripe espanhola (*Influenza*) vinham muitas vezes a bordo de navios e contaminavam a população das províncias, que já vivenciavam condições insalubres de higiene. A medicina higienista, de acordo com Figueira Júnior (2018), baseava-se na teoria miasmática, de que os “miasmas”, odores nocivos, emanações fétidas ou ar insalubre, proveniente de detritos orgânicos em decomposição, seriam os responsáveis pela expansão das doenças. Uma série de medidas sanitárias foi tomada no intuito de conter o avanço dos miasmas junto às ruas, abatedouros, pântanos e dentre esses lugares, as igrejas, onde eram enterrados corpos. Assim, os cemitérios começaram a ser construídos em locais afastados, em bairros principalmente das periferias. “Sob o impacto da ideologia sanitarista, promove uma separação nítida entre o espaço dos vivos e dos mortos, suspeitos de serem focos de infecções e doenças” (BORGES, 2001, p. 9).

Apesar da grande resistência inicial, a sociedade começou aos poucos a aceitar o enterro fora das igrejas, principalmente porque o cemitério começou também a ser (após

bento por um pároco quando da sua inauguração) um solo sagrado, daí o termo “campo santo”. Porém, mesmo os cemitérios tendo sido construídos fora da área urbana, com a expansão das cidades ao longo das décadas estes foram incorporados por elas.

Rezende (2006) nos recorda que durante muito tempo a Igreja Católica ainda dominou a administração dos cemitérios, inclusive muitos sepultamentos não eram realizados se houvesse, aos olhos da Santa Sé, algum empecilho, como no caso de israelitas, não católicos, suicidas e estrangeiros que moravam no Brasil, como os ingleses. O autor ainda afirma que, com o tempo, foram construídos cemitérios que pudessem receber os defuntos impedidos pela igreja ao “solo sagrado” dos campos santos e quando por força da necessidade essas pessoas eram sepultadas em cemitérios católicos, eram separados por um muro, como por exemplo, no Cemitério da Consolação, em São Paulo, e no nosso objeto de pesquisa, o Cemitério N.S. da Piedade, em Maceió, onde, segundo Lima Júnior (1983), havia no Império uma quadra para inumação de suicidas, protestantes, espíritas e ateus.

Mesmo a maioria dos cemitérios não sendo mais de administração da Igreja católica, ficando estes a cargo dos municípios, é bastante visível ainda a influência desta em muitos túmulos e mausoléus que trazem figuras de santos, anjos e formas de igrejas, o que para Rezende (2006) representa uma tentativa das famílias abastadas em resgatar o antigo hábito das inumações em Igrejas, ainda que apenas simbolicamente. Muitas destas construções são hoje registros informemoriais de uma época e contam a história das sociedades nas quais estão inseridas e para as quais foram produzidas.

3 PARA ALÉM DO TERROR E TRISTEZA

*“Ó tu que vens a este cemitério, medita um pouco nesta campa fria:
Eu fui na vida o que tu és agora, eu sou agora o que serás um dia!!!”*⁶

Os estudos sobre cemitérios, ao contrário de há poucos anos, vêm crescendo bastante na área da CI em específico, pois em outras áreas do conhecimento são encontrados mais facilmente; apesar da carga emocional trazida por esses lugares para algumas culturas, em especial boa parte do ocidente, em razão de sua finalidade primeira e, provavelmente para muitas pessoas, da sensação de que se trata de um local que representa o descarte, o efêmero ou o inócuo, até mesmo pela fantasia alimentada pela mídia, cinema e histórias de terror, que ao longo das décadas vincularam a esses lugares sentimentos de medo, pavor e tristeza. Nogueira (2013) diz serem, estas necrópoles, espaços construídos socialmente, logo, percebidos como lugares de práticas sociais.

As paisagens cemiteriais nos conduzem a possibilitar não somente a existência de um patrimônio arquitetônico devido às suas construções, mas a valores, tradições, tensões, conflitos e modos de enraizamento que se caracterizam por constituírem um conjunto de relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Mais do que um espaço responsável por catalogar e resguardar restos mortais humanos, os cemitérios compreendem espaços sagrados onde ocorrem manifestações socioculturais múltiplas, onde o homem se relaciona com o sobrenatural e se faz questionar sobre os antepassados e o sentido de sua existência (NOGUEIRA, 2013, p. 31).

Partindo desse princípio, é natural que tenhamos alguns cemitérios tombados como patrimônio cultural. Nogueira (2013) traça um comparativo dos cemitérios com três instituições tradicionais de preservação do patrimônio cultural: *arquivos*, quando o monumento-documento é produzido com a função de preservar; bibliotecas, quando os tais objetos visam fins culturais propositais e, por fim, os museus, em razão das coleções, ainda que nos cemitérios não exista a seleção do acervo. O cemitério, mesmo não sendo considerado uma unidade de informação clássica, é assim, dentro das devidas proporções, capaz de atrair o mesmo público que vai até uma das instituições acima, seja por quaisquer

⁶Frase na placa de entrada do Cemitério do Peixe, em Conceição do Mato Dentro (MG) atribuída a Pe. Mauro Carvalhais, C.SS.R.

das mesmas razões, desde interesse acadêmico, satisfação de alguma necessidade informacional ou curiosidade.

No âmbito deste estudo, considera-se o patrimônio cultural imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa, da educação, da informação, da identidade, da preservação da memória da sociedade e até mesmo da economia, esta última acontecendo quando o bem tombado e preservado entra na rota do turismo cultural.

O termo patrimônio, de acordo com Choay (2001, p. 11) é derivado da palavra romana *patrimonium* e significa “bem de herança que é transmitido dos pais para os filhos por força da lei”. Esse conceito nos dá a ideia de patrimônio como algo especificamente material, ligado à questões estruturais, familiares e jurídicas, de uma sociedade fixa no tempo e no espaço, porém, posteriormente o termo ganhou outros contornos, como de um bem destinado ao uso e apreciação de uma comunidade, composto por elementos que “se consagram por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos” (CHOAY, 2001, p. 11).

Se uma das definições mais antigas de patrimônio denota bens de herança de gerações anteriores, podemos estabelecer uma analogia direta ao nos referirmos ao patrimônio cultural, que seriam assim os bens culturais gerados por determinada sociedade, com valor estimado ao longo das gerações. A Constituição Federal do Brasil de 1988 traz, no artigo 216, a definição do que pode ser considerado patrimônio cultural, a saber:

[...] todos os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 230).

O bem cultural se torna oficialmente patrimônio com a aplicação de dois principais instrumentos de proteção existentes em nível federal – o tombamento, para os bens de natureza material e o registro, para os bens de natureza imaterial. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define, em sua página virtual, materialidade e imaterialidade do patrimônio cultural da seguinte forma:

A Cultura Material e Imaterial representa os dois tipos de patrimônio cultural, e que juntos constituem a cultura de determinado grupo ou povo. O

Patrimônio cultural material está associado aos elementos materiais e, portanto, é formado por elementos palpáveis e concretos, por exemplo, obras de arte e igrejas etc. Já o Patrimônio cultural imaterial está relacionado aos elementos espirituais ou abstratos, por exemplo, os saberes e os modos de fazer. Ambas possuem aspectos simbólicos, posto que carregam a herança cultural de determinado povo, ao mesmo tempo que promovem sua identidade (UNESCO, 2020).

Contudo, para Telles (2010), essa atribuição de valor estatal “patrimônio cultural” não diferencia o que é “bem material” de “bem imaterial”, não há essa dicotomia e ambos se tornam “patrimônio cultural brasileiro”, ficando a distinção apenas no campo da natureza do bem. Da mesma maneira que o conceito de patrimônio se expandiu da ideia “pedra e cal” para os saberes e subjetivações produzidas pela sociedade, as políticas culturais também começaram a ser desenvolvidas numa perspectiva mais abrangente, levando em consideração patrimônios culturais vários, reforçando a identidade nacional e principalmente preservando a memória social e individual. É pertinente que deixemos clara uma definição do que se entende, neste trabalho, por cultura. Recorremos a Horta; Grunberg; Monteiro (1999, p. 6), que definem cultura como sendo:

Todas as ações através das quais os povos expressam suas formas específicas de ser [...] e esta vai ao longo do tempo adquirindo formas e expressões diferentes. A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrenta.

Os bens materiais e imateriais produzidos por determinada sociedade e potenciais patrimônios culturais, seriam algumas das ações citadas pelas autoras, por intermédio das quais as sociedades expressam suas formas específicas de ser, representando sua cultura. A compreensão de patrimônio também esteve atrelada, durante muito tempo e em várias definições do termo, à ideia de monumento. Para Choay (2001), o monumento é uma interpelação da memória, não apresenta nem carrega em si uma informação neutra, mas traz uma memória viva.

Jacques Le Goff (1990) considerava a memória social como sendo aquela memória presente nas sociedades onde a escrita já havia se instalado, escrita esta que possibilitou o registro e o conhecimento da história da humanidade; o historiador distinguia, então, a memória social da memória coletiva, esta última, segundo ele, seria a memória dos povos sem escrita. Pensando por esse prisma, o que distinguiria as duas memórias seria a possibilidade

de construção da história: a memória social receberia o aporte dos documentos escritos, o que não ocorreria com relação à memória coletiva, onde estes eram inexistentes.

Para Gondar (2008), a escrita possibilitou que o mármore dos templos, das tumbas e dos monumentos comemorativos funcionasse como um suporte de inscrições que seriam uma sobrecarga de memórias. “A ostentação dos monumentos soma-se à publicidade das inscrições, apostando-se em um poder maior de perpetuação da lembrança” (GONDAR, 2008, p. 2). Além dos monumentos, os escritos em ossos, peles, folhas de palmeira, papiro, pergaminho e papel, segundo Le Goff (1990), fizeram com que a memória coletiva se tornasse a memória social.

Segundo Halbwachs (1990), apesar da memória ser processada internamente, esta necessita de um espaço físico para ser ativada e estimulada, pois a mesma não se projeta no vazio. Ao pensarmos o cemitério como espaço de memória, constatamos que ele se aproxima muito dos museus nesse sentido. “Cemitérios e museus são espaços criados pelo sujeito e irão existir enquanto este sujeito perdurar. Ambos são lugares criados pelos e para os vivos” (RIBEIRO; BRAHM; TAVARES, 2018, p. 33). A percepção do museu como uma unidade de informação acontece porque ele não somente conserva e produz conhecimento, mas permite um processo de comunicação, além de deixarem de ser apenas de veneração e custódia e gerarem conhecimento. Como temos hoje muitos cemitérios musealizados, nos quais também pode se dá aprendizado e conhecimento, logo também podemos considerá-los como fontes de informação. “Ao passo que a interação entre memória e informação nos museus é sentida, este ponto é o que aproxima esses museus da ciência da informação” (BEZERRA; ALMEIDA; MOTA, 2017, p. 100). Este processo de aproximação também pode acontecer com os cemitérios e seus traços infomemoriais.

Preservando os cemitérios como bens culturais e como patrimônios culturais em potencial, se estará preservando concomitantemente a memória social e individual da sociedade, visto que nestes está contida boa parte da história de Maceió, Alagoas e Brasil, além de elementos de valor artístico inestimável, que podem ser conservados tais quais estes lugares considerados incomuns fossem museus a céu aberto. A preservação do patrimônio cultural está diretamente associada à memória, pois é uma necessidade crescente nossa de preservar e registrar. Para isso, são instituídas as políticas culturais, institucionalizando e dando aporte a esses bens, para que a memória da nossa sociedade permaneça presente, nos auxiliando a entender o presente e a nos prepararmos para uma melhor perspectiva de futuro.

Como patrimônio cultural da cidade, as necrópoles carregam valores que estão diretamente ligados aos bens materiais e imateriais. “Três importantes valores patrimoniais podem estar relacionados aos bens materiais. São os de caráter ambiental/urbano, os de caráter artístico e os de caráter histórico” (CARRASCO; NAPPI, 2009, p. 49).

O caráter ambiental e urbano está relacionado aos cemitérios seculares (separados da igreja e entregues aos governos) incorporados pelos bairros com a expansão das cidades, como já discutido anteriormente. O caráter artístico como valor patrimonial dos cemitérios está relacionado às obras de arte presentes em muitos desses cemitérios. Desde a arquitetura tumular às fachadas de capelas e objetos como estátuas e vasos, pode-se muitas vezes realizar uma viagem cronológica por períodos artísticos apenas observando as ‘coleções’ nesses cemitérios. Carrasco e Nappi (2009) afirmam que o caráter histórico está relacionado à história do próprio cemitério em particular e da história do Brasil. Além disso, há nesses espaços restos mortais de pessoas de destaque ou não que contribuíram de alguma forma para a história dessas localidades.

Quanto aos valores imateriais, muitos estão ligados às crenças e ao culto do povo. Podemos lembrar algumas histórias alimentadas no imaginário popular sobre os cemitérios, que se perpetuam de geração em geração, sejam relacionadas ao terror ou de pessoas sepultadas nesses lugares e que são consideradas santos populares, ou “milagreiras” no jargão popular, muitas vezes tendo nos túmulos ex-votos, placas de graças alcançadas.

Na perspectiva de Nogueira (2013), o patrimônio cemiterial vai além de objetos como fotos, obras e inscrições, é o que todo esse conjunto pode representar, o que ele pode evocar de passado, representações das memórias (social e individual) que se encontram preservadas no patrimônio cultural funerário, constituindo material para a construção de identidades. Para que esse patrimônio continue existindo, é necessário que agentes de políticas culturais públicas possam ter um olhar aguçado sobre esse patrimônio.

De acordo com Melo e Cardozo (2015), o patrimônio precisa ser socializado, pois é a produção histórico-social da humanidade. Essa socialização se daria por intermédio da educação patrimonial. Duarte (1993) coloca que a socialização e a apropriação do patrimônio integram a formação genérica do ser humano, e a privação dessa formação seria um processo desumanizador. Comungando desse pensamento, a Unesco afirmou em 1972, na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que a destruição de um

patrimônio “[...] constitui um empobrecimento efectivo do patrimônio de todos os povos do mundo” (MELO; CARDOZO, 2015, p. 1060).

Segundo Cuéllar (1997), os cemitérios e as artes funerárias podem ser classificados como bens tangíveis, contudo, sua interpretação e entendimento são feitos por meio do intangível, como por exemplo a cultura local, a religião e os dizeres, que são passados de geração a geração, mantendo sua importância viva.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e UNESCO são os órgãos responsáveis por conscientizar a população da importância da preservação dos patrimônios culturais. O primeiro a nível nacional e o segundo, internacional. De acordo com Cavalcante (2013), o trabalho destes órgãos consiste em fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos bens culturais, além de elaborar programas e projetos que integrem a sociedade civil com os objetivos destes órgãos, buscando linhas de financiamento e parcerias para auxiliar na execução das ações planejadas. Desde o surgimento dessas Instituições, já foram tombados inúmeros cemitérios, mausoléus e obras presentes nos cemitérios.

As políticas públicas patrimoniais, definidas pelo Estado ou por iniciativas privadas, objetivam preservar os patrimônios culturais materiais e imateriais para que a sociedade possa ter guardada sua história contada pelo auxílio da memória coletiva, contida nesses patrimônios, se entendermos “a história como filha da memória” como queria Candau (2011). Podemos dizer que as necrópoles, ao possuírem tanto o patrimônio material, por intermédio dos túmulos e demais objetos (pedra e cal), como o imaterial, representado pelas histórias que abrigam, possuem esses três tipos de informação, funcionando como espaço de memória para a sociedade.

Partiu-se então para outra etapa da pesquisa: identificar políticas públicas culturais existentes de valorização dos espaços cemiteriais em específico. Para isso, foi realizada análise de conteúdo em *sites* de órgãos públicos e em *sites* particulares no recorte de quatro cemitérios, dois nacionais e dois internacionais, localizados nas cidades de Paris, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro, caso essas instituições os tenham, estabelecendo uma referência de possibilidade para o Cemitério maceioense objeto desta pesquisa, sem entrar no terreno das comparações, devido não apenas às proporções diferenciadas das cidades em termos de tamanho, mas também as diferenças econômicas, históricas e sociais.

De acordo com Osman e Ribeiro (2007), são vários os cemitérios pelo mundo que estão em rota turística; dentre os europeus, se destacam os franceses Père-Lachaise, de Montparnasse e de Montmartre; seguidos pelas necrópoles inglesas Highgate e Golders Green Crematorium, em Londres. Na América do Sul, lidera o Cemitério da Recoleta, em Buenos Aires, seguido dos cemitérios brasileiros, da Consolação e do Morumbi em São Paulo e do São João Baptista, no Rio de Janeiro. Iniciamos pela análise dos cemitérios internacionais. O Cemitério do Père-Lachaise (Figuras 1 e 2) ou em francês *Cimetière du Père-Lachaise*, em Paris, está entre os mais famosos e visitados no mundo. De acordo com Carrasco e Nappi (2009), a necrópole foi fundada em 1804 e possui cerca de 70.000 túmulos, parte deles ricamente ornamentados, onde estão enterradas personalidades do mundo da cultura geral como “[...] Jean-Baptiste Poquelin, mais conhecido como Molière, Honoré de Balzac, Oscar Wilde, Marcel Proust, Isadora Duncan, Frédéric Chopin, Jim Morrison” (CARRASCO; NAPPI, 2009, p. 54).

Figura 1 - Pórtico de entrada do Cemitério Père-Lachaise



Fonte: Weber (2022).

Para Charlet (2003), o Père-Lachaise é um cemitério-jardim, aberto ao público e também um cemitério-museu, com as mais belas obras da arquitetura e da escultura funerárias.

Figura 2- Père-Lachaise utilizado para caminhada e meditação.



Fonte: Yassa (2022).

A construção deste cemitério teve como um dos pontos iniciais, de acordo com Nogueira (2013), afastar os mortos do solo das igrejas. Sua utilização também causou resistência da burguesia, que reclamava o fato de o cemitério estar situado muito longe do meio urbano e localizado na periferia. Até que um ano depois da inauguração, em razão dos poucos sepultamentos realizados, os administradores do cemitério, segundo Figueiredo (2015), utilizaram da estratégia de transferir restos mortais ilustres para elitizar o cemitério, que recebeu os despojos do literato Jean de La Fontaine e do dramaturgo Molière, “[...] foi a partir disso que a imagem dessa necrópole foi alterada” (FIGUEIREDO, 2015, p. 132). O escritor Honoré de Balzac também contribuiu para a popularidade do Père-Lachaise, ao sepultar seus personagens, quando estes eram objetos em suas obras.

Figura 3 - Pórtico de entrada do Cemitério da Recoleta



Fonte: Freitas (2022).

O Cemitério da Recoleta (Figuras 3 e 4) ou, em castelhano, o *Cementerio de la Recoleta*, foi a segunda necrópole pesquisada virtualmente. Está localizada em Buenos Aires no distrito da Recoleta. Foi o primeiro cemitério público da capital, sendo fundado em 1822. Recebeu esse nome em razão do local ter abrigado um convento de freis recoletos antes de virar necrópole. Os arquitetos franceses Próspero Catelín e Pedro Benoit, foram seus idealizadores.

Figura 4- Ruas do Cemitério da Recoleta



Fonte: Bravo (2022).

De acordo com Borges (2003), a importância da necrópole é tamanha para o país que em 1946 o governo argentino a declarou Museu Histórico Nacional com o decreto nº 2.039. A Comissão Nacional de Museus, Monumentos e Lugares Históricos selecionou túmulos que pudessem ser considerados “Monumentos Históricos da Nação”:

[...] este ato, que institucionaliza um espaço não convencional como guardião da memória oficial de uma nação, automaticamente inclui a necrópole em programas de incentivo público que valorizam os patrimônios da cidade. NOGUEIRA, 2013, p. 46).

Conhecido mundialmente pelas qualidades artísticas das esculturas, pela variada arquitetura, pela maior coleção de vitrais que embelezam suas abóbadas e por uma simbologia funerária rica e intrigante, no Cemitério da Recoleta também estão sepultadas personalidades importantes da história argentina e mundial como, por exemplo, o médico e Nobel de química Luís Federico Leloir, o escritor Adolfo Bioy Casares e a líder política Eva Perón (Evita), cujo túmulo atrai visitantes do mundo inteiro.

O terceiro cemitério pesquisado é o da Consolação (Figuras 5 e 6), em São Paulo, fundado em 15 de agosto de 1858. Nele, estão sepultados nomes importantes da cultura brasileira, como Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Monteiro Lobato, para citar alguns exemplos, além de possuir obras de importantes escultores, tais como Victor Brecheret, Nicola Rolo, Luigi Brizzolara, dentre outros.

Figura 5- Pórtico de entrada do Cemitério da Consolação



Fonte: Domínio público⁷ (2008).

⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Cemitério_da_Consolação

Uma das maiores atrações é o mausoléu da Família Matarazzo, construído em 1925. Segundo Cavalcante (2013), é um dos maiores e mais caros mausolésus da América Latina, ocupando uma área de 16 terrenos, com aproximadamente 150m² e 20 metros de altura. Foi encomendado do exterior para o escultor italiano Luigi Brizzolara. Outro mausoléu que chama bastante atenção é do ex-presidente do Brasil, Campos Sales.

Figura 6 - Jazigo do ex-presidente Campos Sales



Fonte: Araújo (2008).

Finalmente, pesquisou-se o cemitério mais popular do Rio de Janeiro, o de São João Baptista (Figuras 7 e 8). O terreno em Botafogo onde foi construído era outrora uma chácara chamada Berquó. Segundo Nogueira (2011), sua construção foi permitida pelo decreto imperial n. 842 de 16 de outubro de 1851, que também promulgava o Cemitério São Francisco Xavier, no bairro do Caju. A autora aponta ainda que o São João Batista funcionou em outros lugares provisoriamente, como nos terrenos do antigo Hospício D. Pedro II, até que em 04 de dezembro de 1852 foi finalmente inaugurado no lugar que existe até hoje.

A primeira pessoa a ser enterrada no São João Baptista foi uma menina de quatro anos chamada Rosaura, no dia 6 de dezembro de 1852, filha de pessoas em situação de escravidão, pois nenhuma família abastada queria inaugurar o cemitério. Desde então, mais de 65 mil pessoas foram enterradas no local até os dias atuais (G1, 2015). Como todo cemitério secular construído no final do século XIX, o objetivo maior da sua implantação foi melhorar as

condições de salubridade da cidade onde os mortos eram enterrados nas igrejas, no momento crítico em que epidemias geravam centenas de vítimas.

Figura 7 - Pórtico de entrada do Cemitério São João Baptista



Fonte: Araújo (2008).

O Cemitério carioca é a única localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro. É conhecida como “cemitério das estrelas” pela quantidade de artistas e pessoas ligadas à cultura que ali estão sepultadas. A lista é grande, mas para citar alguns, temos Carmen Miranda, Maysa Matarazzo, Nara Leão, Santos Dumont, Álvares de Azevedo, Dorival Caymmi, Vinícius de Moraes, Cazuza, Clara Nunes e Chacrinha. O mausoléu da Academia Brasileira de Letras (ABL) abriga nomes que vão de Machado de Assis a João Ubaldo Ribeiro, oito ex-presidentes da república e vários heróis de guerra. A aleia São João Baptista, a principal do cemitério, é jocosamente chamada de “Vieira Souto” em alusão à luxuosa avenida em frente à Praia de Ipanema, em razão da quantidade dos ricos jazigos presentes, dentre estes os de Tom Jobim, Santos Dumont e Luís Carlos Prestes, alguns dos mais visitados.

Figura 8 – Ícaro sobre uma pedra alta – Túmulo de Santos Dumont



Fonte: Clube da Asa (2021).

As informações sobre os cemitérios foram colhidas nos *sites* oficiais da prefeitura de cada localidade onde se encontram os cemitérios e também em *sites* particulares dedicados aos cemitérios. Após a visualização do conteúdo, identificamos as ações presentes nessas páginas virtuais que pudessem servir como valorização dos espaços cemiteriais. Foram levados em consideração mapas, programas de visitas guiadas, informações sobre a história do local e de personalidades sepultadas e ferramentas tecnológicas que facilitem e contribuam para o conhecimento público dos cemitérios. Em seguida, descrevemos as políticas culturais realizadas para cada uma delas.

Figura 9 - Espaço no site da prefeitura de Paris dedicado ao Père-Lachaise



Fonte: www.paris.fr (2022).

Segundo Figueiredo (2015), o Père-Lachaise recebia anualmente, antes da pandemia, dois milhões de visitantes, contando com guias de turismo bilíngues. Na página virtual da Prefeitura de Paris (Figura 9), há a informação de que o cemitério está aberto à visita gratuita e oferece mapas e históricos para *download*. O site nivela o cemitério, em termos de ponto turístico para visita, aos Champs-Élysées, ao Butte Montmartre e à Catedral de Notre-Dame. Porém, faz a seguinte advertência: trata-se, antes de tudo, de um cemitério, então existe uma série de proibições como entrar com animais, andar de bicicleta, praticar atividades físicas e tocar instrumentos sem autorização. Isso porque, segundo a prefeitura, acontece em torno de 10.000 cerimônias por ano de sepultamento e cremação e a dor e respeito às famílias está acima de qualquer visita. Outra curiosidade é um áudio de advertência quando se abre o site de que a prefeitura de Paris não realiza visitas guiadas. Porém, o cemitério tem um site oficial, onde se pode agendar visitas de pouco mais de duas horas à necrópole, também de forma gratuita. As demais visitas com guia são realizadas por empresas externas e independentes, que cobram valores diversos por pessoa, a depender da empresa.

Assim como o Père-Lachaise, o Cemitério da Recoleta também possui um espaço no site oficial da Prefeitura de Buenos Aires (Figura 10), juntamente com mais dois cemitérios

antigos, o da Chacarita e o de San José de Flores. No *site* da prefeitura há informações sobre horários e dias de visita, fotos e a história de cada necrópole.

Figura 10 - Espaço no site da prefeitura de Buenos Aires dedicado ao Recoleta



Fonte: www.cementeriorecoleta.com.ar (2022).

O Recoleta conta ainda com um *site* próprio (Figura 11), bastante completo apesar do design obsoleto, que já possui informações de reabertura pós-pandemia, o que indica que está sendo atualizado. Ao entrar no *site*, um áudio explica que não há visitas noturnas no cemitério e um texto informa que o portal foi homenageado em 2006 pelo Ministério da Cultura da Cidade Autônoma de Buenos Aires pelo trabalho de “contribuir para difundir o valor patrimonial que compõe a identidade histórica e construtiva dos bairros de Buenos Aires”.

Figura 11 - Site particular dedicado ao Recoleta



Fonte: www.buenosaires.gob.ar (2022).

A Prefeitura de São Paulo apresenta em seu *site* oficial (Figura 12) o trâmite necessário para quem deseja fazer uma visita guiada ao Cemitério da Consolação no Programa Memória & Vida, no qual as visitas são organizadas em dias e horários fixos, recebendo alunos, turistas, fotógrafos e demais interessados. De acordo com Nogueira (2013), a ideia de apresentar o Consolação como ponto turístico partiu de um projeto chamado Arte Tumular, coordenado pelo senhor Décio Freire dos Santos, assumindo após a morte deste o senhor Francivaldo Almeida Gomes, conhecido como “Popó”. O *site* ainda oferece os contatos da assessoria de comunicação para orientações sobre as visitas.

Desde agosto de 2016, está disponível o aplicativo “Guia do Cemitério da Consolação”, com várias opções de roteiros como “arte tumular”, “políticos do império”, “modernistas”, “industriais”, dentre outras. Antes do aplicativo, os roteiros eram distribuídos em mapas de papel. No *site*, também tem o passo a passo para quem deseja, para além da visita guiada, realizar trabalhos religiosos, acadêmicos e profissionais no interior da necrópole. Pouco antes da pandemia por Covid-19, as visitas aconteciam às quartas-feiras para grupos escolares, às 10 horas e às 14 horas, com 40 alunos, e às sextas-feiras, público não escolar, às 14 horas. Atualmente, segundo o *site* oficial da Prefeitura de São Paulo, as visitas acontecem somente às sextas-feiras, às 14 horas, com o número de visitantes reduzido para dez pessoas. Alguns túmulos também possuem QR Codes (código de resposta rápida) para mais informações.

Figura 12 - Espaço no site da prefeitura de São Paulo dedicado ao Consolação



Fonte: www.prefeitura.gov.br (2022).

O Cemitério São João Baptista foi administrado pela Santa Casa de Misericórdia até 2014, quando a concessionária Rio Pax assumiu. Também desde 2014 se procura oferecer um serviço de visita guiada, mas existem visitantes que reclamaram na Internet da desorganização do cemitério, sendo quase impossível, hoje, encontrar um túmulo específico em meio a 224.845,46 m² tomados por sepulturas de todos os tamanhos e formas. Até os QR Codes que haviam sido colocados em alguns túmulos de famosos já haviam sido retirados.

Figura 13 - Espaço no site da administradora Rio Pax dedicado ao São João Baptista



Fonte: www.concessionariariopax.com.br (2022).

De acordo com análise de conteúdo realizada na pesquisa, foi constatado que o cemitério não está presente diretamente na página da Prefeitura do Rio de Janeiro, muito menos na área de cultura do *site*, onde contém abas específicas “centros culturais” e “museus”, mas nenhuma referência à necrópole como instituição de memória.

Figura 14 - Site particular dedicado ao São João Baptista



Fonte: www.cemiteriosaojoabatista.com.br (2022).

Porém, o cemitério conta na internet com uma página inteira no *site* da sua administradora, Rio Pax (Figura 13), além de um portal (Figura 14) feito por particulares, onde é contada sua história e curiosidades. Em 2015, o São João Batista tornou-se o primeiro cemitério da América Latina a ter um mapa virtual para tour, mapeado pelo serviço *Google Street View* (Figura 15).

Figura 15 - Mapeamento do Google no Cemitério São João Baptista



Fonte: www.uol.com.br (2015)⁸.

⁸<https://gizmodo.uol.com.br/google-street-view-mapeia-cemiterio-de-sao-joao-batista-no-rio-de-janeiro/>

Com exceção de matérias jornalísticas antigas, a única indicação de que ainda existe o serviço de visita guiada pela necrópole está no portal da Concessionária Rio Pax, onde consta a informação de que a visita guiada dura em torno de uma hora e meia e que acontece uma vez por mês, com grupos de até 100 pessoas, acompanhando a evolução arquitetônica dos séculos XIX e XX e terminando no Mausoléu da Academia Brasileira de Letras, onde estão enterrados mais de 60 imortais. O arquiteto Faell Vasc realizou uma visita por conta própria em novembro de 2020 e relatou em seu *site* alguns problemas observados na visita. De acordo com o arquiteto, mesmo pedindo um mapa dos famosos na entrada, tudo ainda continuou bastante confuso em razão da falta de sinalização na necrópole.

A confusão se dá pelo fato dos jazigos não serem mapeados de uma forma de fácil acesso, bem como não haver QR Code, por exemplo [...] e, os que possuem, infelizmente, direcionam a uma página em construção. Definitivamente, a ausência de um mapeamento do cemitério assassina, na alma, toda a sua arte e história. [...] Passamos por obras lindíssimas e não temos a menor ideia de quem as esculpiram, mesmo sabendo que no cemitério há uma infinidade de obras de artistas de renome, mas que nos passam despercebidos. O cemitério não possui placas indicativas, por exemplo, logo, isso é um imenso problema. Saber onde fica, de fato, a quadra “x” e a rua “y” é quase que um jogo de sorte (FAELL; VASC, 2020).

De acordo com Nogueira (2011), os estilos arquitetônicos que vinham do exterior e se tornaram tendência na cidade também eram incorporados à arquitetura tumular nos cemitérios. Segundo a autora, existem no São João Baptista túmulos com obras em estilos das artes egípcia, grega, neogótica, eclético, *art-déco* e arte modernista. Porém, mesmo com todo esse potencial informativo, arquitetônico e artístico, o cemitério não é reconhecido como patrimônio cultural do Rio de Janeiro, nem é protegido através de tombamento.

O que pudemos perceber junto aos cemitérios estudados é de que houve um primeiro passo na conscientização e responsabilização da sociedade sobre a importância desses lugares. Mesmo que apenas um deles, o da Recoleta, tenha passado por um processo de patrimonialização oficial, os demais são considerados extraoficialmente museus a céu aberto. Isso muito se deve em sua maioria ao patrimônio imaterial (a história e a importância dos que lá jazem), porém os programas de visita guiada, as páginas virtuais contando a história das necrópoles e as explicações dadas pelos guias durante as visitas contribuem, pela via da educação patrimonial, para preservação e compreensão desses lugares.

3.1 O CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA PIEDADE

Na década de 1850, de acordo com Figueira Junior (2018), a Província de Alagoas possuía 207.766 habitantes, sendo 167.973 livres e 39.790 escravizados. Vinha conseguindo um desenvolvimento significativo provocado pela expansão principalmente das indústrias açucareira e de algodão. Nesta década, as ferrovias também começaram a chegar impulsionando não apenas as regiões do interior como também de cidades como Maceió, que já contava também com a enseada de Jaraguá, de onde partiam e chegavam mercadorias que movimentavam a economia. Maceió já havia se tornado Vila por meio de alvará régio em 05 de dezembro de 1815 e em 09 de dezembro de 1839 se tornou capital da Província, que antes funcionava na Cidade das Alagoas, hoje município de Marechal Deodoro.

Esse era o panorama da cidade que, como todo o Brasil oitocentista, enfrentou em meados do século XIX, as epidemias, já citadas anteriormente, e suas terríveis consequências, passaram a fazer parte do cotidiano da cidade, resultando em muitas mortes. A partir dos escritos de Felix Lima Júnior (1983), inferimos que três principais epidemias ficaram marcadas à época, duas delas resultando na construção de cemitérios: Febre Amarela (1951), Cólera Morbus (1855) e Gripe Espanhola – *Influenza* – (1918).

Para além da Carta Régia de 1801 e da Lei Municipal de 1828, no que coube à Maceió, foi promulgada pelo Código de Postura da Câmara da Cidade de Maceió a Lei nº 32, de 03 de dezembro em 1845- Anexo A - onde na seção intitulada “saúde pública”, proibia de vez os sepultamentos nas igrejas e determinava a construção de cemitérios públicos com a finalidade de enterros provisórios e definitivos. Antes da construção do primeiro cemitério, Segundo Lima Júnior (1983), quem não tinha recursos suficientes para ser enterrado nos solos das igrejas tinha que contar com locais clandestinos, como o chamado *Cemitério dos Coléricos* ou da *Maria Preta* ou *Cemitério Velho*, na região do Trapiche da Barra, em frente ao terreno onde está hoje localizado o Cemitério de São José.

As vítimas da febre amarela foram enterradas, às pressas, sem muita cerimônia, pelos mãos-de-couro - indivíduos contratados pela municipalidade e que calçavam luvas de couro - no areal desolado da estrada que conduz ao Trapiche e ao Pontal da Barra, no trecho então conhecido como Maria Preta. No local em apreço não consentia a Prefeitura, até 1930, mais ou menos, que os carroceiros tirassem areia para construção, como faziam e fazem em outros pontos. E, no mesmo local, há uns 40 anos (escrevo em 1972) o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes construiu um conjunto residencial, em frente ao cemitério de São José. A

estrada tem o nome, oficial, de Avenida Siqueira Campos, depois de ter sido Cinco de julho. (LIMA JÚNIOR, 1983, p. 55).

Porém, apenas em 06 de julho de 1850, com a criação da Lei municipal nº 130, em seu parágrafo 8º foi autorizada a ordem de construção do primeiro cemitério público de Maceió. Segundo Lima Júnior (1983), o primeiro cemitério teve sua pedra fundamental assentada em 27 de outubro de 1850, “sendo consagrada à excelsa Senhora da Piedade” (LIMA JÚNIOR, 1983, p. 61). O cemitério só foi inaugurado em 19 de novembro de 1855, sendo chamado de Cemitério de Nossa Senhora da Piedade.

Figura 16 – Imagem do Cemitério N.S. da Piedade – Final do século XIX



Fonte: www.historiadealagoas.com.br (2023).

O Cemitério demorou cinco anos para ser colocado em funcionamento, desde a fundação da sua pedra fundamental. Em 1955, Maceió foi tomada por uma epidemia de *Cólera Morbus*, o que pode ter acelerado sua inauguração.

A sede da Província ficou deserta e as casas só se abriam para dar passagem a enterros. Um ar de tristeza e desolação pairava por toda a cidade de Maceió. As escolas e as repartições públicas não funcionavam. Os jornais abriam colunas descrevendo o flagelo e publicavam os nomes dos mortos. O edifício da Alfândega foi transformado em hospital de emergência e se construíram cemitérios às pressas, cavando-se sepulturas até na beira dos caminhos (LIMA JÚNIOR, 1983, p. 40).

O local escolhido para a implantação do cemitério foi “o areal à margem da estrada que conduzia ao Trapiche e ao Pontal da Barra, então deserto, coberto de cajueiros brabos [...] entre o canal grande, o mar e o centro da cidade” (LIMA JÚNIOR, 1983, p. 61). Ainda que o

local escolhido para a construção do cemitério tivesse passado por estudos a época, sendo considerado o que tinha menos circunstâncias desfavoráveis, Lima Júnior (1983) conta que em 1870 o Cemitério Nossa Senhora da Piedade era considerado impróprio, pois havia sido implantado em um terreno baixo e arenoso, nas proximidades de um lençol d'água subterrâneo que abastecia a comunidade, podendo acarretar diversas doenças caso essa água fosse contaminada.

Figura 17 - Lateral do Cemitério N.S. da Piedade no início do Século XX



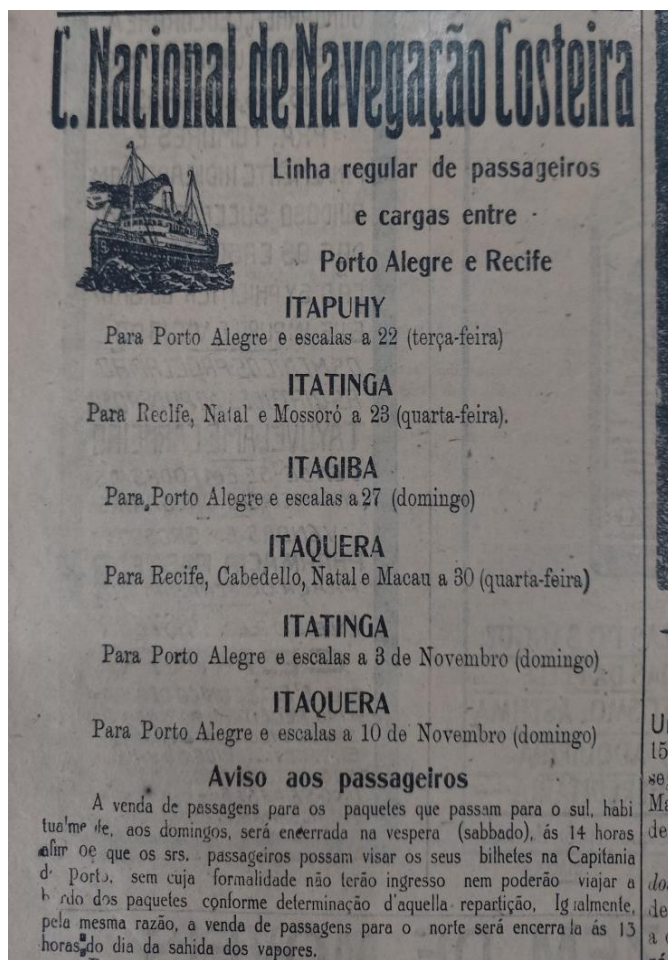
Fonte: Misa (2022).

Lima Júnior (1983) também destaca que o cemitério ficou sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia de Maceió desde sua inauguração até 1880, quando passou para o Município. Quando inaugurado, em 1855, possuía quatrocentos e setenta e sete catacumbas, passando a duas mil em 1866, desta forma, seus duzentos metros de comprimento por cento e trinta metros de largura teve que ser dividido em quarenta artérias, sendo cinco avenidas e trinta e cinco ruas. Em 1910, a necrópole estava superlotada, assim devido à grande quantidade de sepultamentos foi proibida a construção de novos mausoléus e sepulturas perpétuas.

O Cemitério Nossa Senhora da Piedade possui diversos túmulos que são considerados verdadeiros monumentos, com obras de artes dos mais variados tipos e materiais, além de

ossuários e túmulos mais simples, entretanto já não há mais espaço para expansão. Foi exclusivo até 1858, quando foi criado o Cemitério Nossa Senhora Mãe do Povo em Jaraguá, e mais tarde em 1920 o Cemitério São José, no Trapiche da Barra, em decorrência da epidemia violenta de Gripe Espanhola.

Figura 18 – Anúncio de viagem em ITA no Jornal de Alagoas de 19/11/1918



C. Nacional de Navegação Costeira

Linha regular de passageiros
e cargas entre
Porto Alegre e Recife

ITAPUHY
Para Porto Alegre e escalas a 22 (terça-feira)

ITATINGA
Para Recife, Natal e Mossoró a 23 (quarta-feira).

ITAGIBA
Para Porto Alegre e escalas a 27 (domingo)

ITAQUERA
Para Recife, Cabedello, Natal e Macau a 30 (quarta-feira)

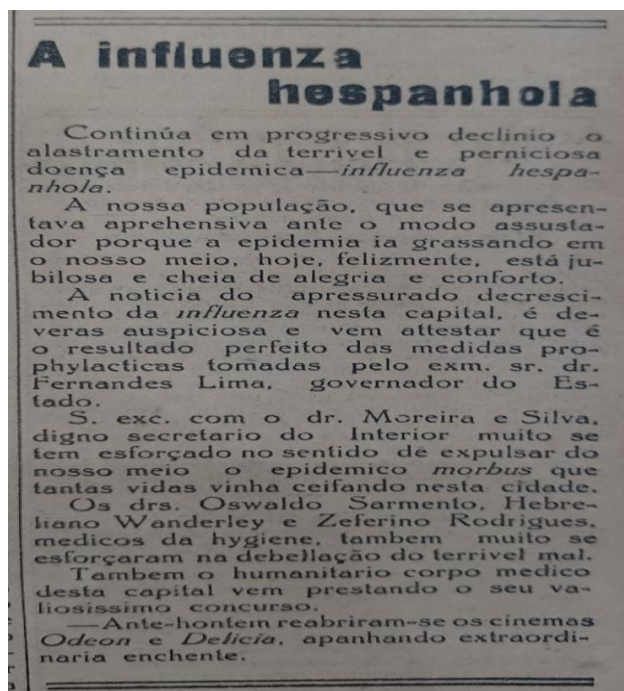
ITATINGA
Para Porto Alegre e escalas a 3 de Novembro (domingo)

ITAQUERA
Para Porto Alegre e escalas a 10 de Novembro (domingo)

Aviso aos passageiros
A venda de passagens para os paquetes que passam para o sul, habi-
tualmente, aos domingos, será encerrada na vespera (sabbado), ás 14 horas
afim de que os srs. passageiros possam visar os seus bilhetes na Capitania
do Porto, sem cuja formalidade não terão ingresso nem poderão viajar a
bordo dos paquetes conforme determinação d'aquella repartição. Igualmente,
pela mesma razão, a venda de passagens para o norte será encerrada ás 13
horas do dia da sahida dos vapores.

Fonte: Ferreira (2023).

Figura 19 – Coluna no Jornal de Alagoas de 19/11/ 1918 sobre a epidemia de *Influenza*



Fonte: Ferreira (2023).

O Cemitério São José fez com que o Piedade também deixasse de ser o maior e mais requisitado. Sua história começou em 1918 quando, segundo Lima Júnior (1983), em 24 de outubro daquele ano desembarcaram em Jaraguá, a bordo de um Ita da Cia. Nacional de Navegação Costeira (Figura 18), vindas do sul do país, pessoas contaminadas pela Gripe “Espanhola”, que se espalhava pelo Brasil e pelo mundo fazendo milhares de vítimas. Em outubro mesmo, metade dos maceioenses estava de cama e viveu três ou quatro semanas de terror e perdas. O Cemitério da Piedade ficou superlotado e não podia receber um número de cadáveres que suprisse a necessidade, como também superlotaram os cemitérios do Jaraguá e Bebedouro.

Tornou-se então necessário abrir, às pressas, perto do isolamento, na estrada que vai do centro da cidade ao Trapiche da Barra, um cemitério novo, o do Caju, como ficou conhecido, devido aos inúmeros cajueiros no local, ou de São José, como foi denominado, oficialmente, anos depois, em homenagem ao Dr. José Fernandes de Barros Lima, Governador do Estado (LIMA JÚNIOR, 1983, p. 98-100).

O Cemitério da Piedade sempre teve sua história marcada por polêmicas envolvendo seu funcionamento. Segundo Lima Júnior (1983), o presidente interino da província de

Alagoas, Dr. Tomaz do Bomfim Espíndola, colocava restrições ao Cemitério já em 1870, por este estar pessimamente situado, em terreno arenoso e baixo. João Craveiro Costa, historiador, estatístico, político, escritor e jornalista alagoano, também registrava em 1902, escandalizado, que no cemitério ainda fossem efetuados sepultamentos. Passados 121 anos, os trabalhos no Cemitério continuam e este segue em funcionamento, sem perspectiva de encerrar as atividades.

3.2 MACEIÓ E A SAGA DE SEUS OITO CEMITÉRIOS PÚBLICOS

Maceió possui ao todo oito cemitérios públicos, sete ativos e um atualmente inativo. São eles: Cemitério Nossa Senhora da Piedade (Bairro do Prado) de 1850, Cemitério de São José (Bairro do Trapiche da Barra) de 1918, Divina Pastora (Bairro do Rio Novo), Santa Luzia (Bairro do Riacho Doce, litoral norte), São Luiz (Bairro de Santa Amélia), Nossa Senhora do Ó (Bairro de Ipioca), Nossa Senhora Mãe do Povo (Bairro do Jaraguá) de 1858, e Santo Antônio, (Bairro do Bebedouro) de 1889, este último funcionando apenas para visitação e memorial, segundo nos informou em entrevista o Coordenador Geral de Serviços Funerários do município. O fechamento do Cemitério aconteceu devido a rachaduras e instabilidade do solo na região, causadas pela mineradora Braskem, responsável pelo esvaziamento dos bairros do Bebedouro, Pinheiro, Mutange e Bom Parto.

Primeiramente,   necessário entender como funciona o sistema público funerário de Maceió nos seus oito cemitérios públicos. Existem quatro tipos de sepulturas, dois particulares mantidos pelas famílias e dois públicos de responsabilidade da Prefeitura de Maceió. São eles, respectivamente: mausoléu e jardineira (carneiro) e cova rasa e gaveta municipal. Nas sepulturas públicas, os restos mortais são mantidos por três anos no caso de adultos e dois anos no caso de crianças, podendo haver prorroga o por igual período, uma única vez. Após isso, os ossos são movidos para o ossu rio comunitário ou outro local reclamado pela família. Esses direcionamentos são com base na Lei Municipal n  3.538 de 23 de dezembro de 1985.

As taxas são várias para se sepultar uma pessoa em cemitério público. De acordo com tabela da Prefeitura de Maceió, para enterrar um adulto em cova rasa para três anos, paga-se R\$ 107, 22, infantil, R\$ 53, 61. Em gaveta municipal por três anos, R\$ 723, 81. Se jardineira ou mausoléu, a princípio custa R\$ 241,24, adulto e R\$ 160,84, infantil. Se na sepultura já houver um falecido com tempo suficiente que permita ser removido, a taxa aumenta para R\$

462,39 adulto e R\$ 381,99 infantil, em razão do serviço de exumação. Essas taxas são cobradas com base na Lei Municipal 6.685/2017. Segundo a Coordenação Geral de Gestão de Serviços Funerários (CGGSF), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SUDES) estuda uma possibilidade de redução dessas taxas legalmente. Porém, por enquanto, apenas pode ser solicitada isenção junto à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), onde será realizada uma análise socioeconômica do solicitante e, se for o caso, emitida uma autorização para isenção das taxas. Como ainda existem gastos com funeral e cartório, essa isenção representa muito para as famílias em situação econômica difícil.

Sobre a recuperação de informação pelos cidadãos junto aos cemitérios e a SUDES: segundo o Coordenador da CGGSF, quando o grupo atual assumiu a gestão dos Cemitérios, circulava a informação de que nos cemitérios Piedade e São José, os arquivos muito antigos (e mesmo alguns recentes) não podem mais ser recuperados. No Cemitério da Piedade, vândalos teriam roubado os livros num dos muitos furtos sofridos pelo local e no Cemitério de São José, um incêndio teria destruído o arquivo, apenas sendo possível a recuperação de informações a partir de 2007. Contudo, o Coordenador da CGGSF diz que houve um levantamento em arquivos antigos presentes nos cemitérios e de que muitas informações foram recuperadas e estão sendo tratadas no interior da SUDES, sendo em breve disponibilizadas.

O problema se estende para a Tecnologia da Informação (TI). O banco de dados *Acess* começou a ser utilizado em meados dos anos 2000 nos cemitérios de Maceió, segundo informação colhida de maneira informal junto a funcionário do cemitério, que não soube precisar exatamente quando o banco começou a ser utilizado, apenas assegurou que, desde quando passou a fazer parte do grupo de funcionários em 2012 ele já era utilizado. No início de 2021, o *Acess* foi substituído pelo sistema de nome *Ágil*. Na migração de informações de um banco de dados para outro, muita informação se perdeu, pois, o *Acess* era preenchido de maneira incompleta, sem dados de sepultamentos, de responsáveis por túmulos ou falecidos. De acordo com o Coordenador da CGGSF, boa parte dessas informações foi recuperada por intermédio de guias de sepultamento físicas e hoje, além de alimentação efetiva do *Ágil*, as administrações dos cemitérios arquivam em livro/pastas os dados de sepultamento para controle interno. Outro problema no *Acess* foi a falta de manutenção e backup, de modo que ao extrapolar a capacidade de armazenamento, quando eram inseridas novas informações, as novas substituíam as já armazenadas e muita informação se perdeu em razão dessa falha.

O início de uma informação de cemitério acontece ainda na verificação do óbito. Quando alguém falece em qualquer circunstância é necessário que se comprove, oficialmente, a morte, ou pelo Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) em caso de falecimentos em residências sem escoriações e em hospitais, quando os médicos do próprio hospital ou que comparecem à residência comprovam e assinam a documentação, ou pelo Instituto Médico Legal (IML) em caso de mortes com escoriações, acidentes e crimes. É gerada então a Declaração de Óbito (DO), cuja original geralmente fica com as empresas de serviços funerários, que irão cuidar das homenagens finais, o que inclui urna, ornamentação, vestimenta, embalsamamento, velório. Muitas vezes essas empresas, pagas mensalmente pelas famílias, chegam a fazer o papel, quando informadas, de acionar o SVO no momento, por exemplo, em que acontece uma morte em casa por causas naturais.

De posse de cópia da D.O., a pessoa responsável parte para a fase de organização de sepultamento. Se for mausoléu ou jardineira (particulares), ela se dirige à administração do cemitério. Na administração, será verificado no sistema se há débito na propriedade, as condições desta, se haverá necessidade de remoção. Checadas essas informações, o cidadão parte para o cartório para registro do óbito oficialmente, onde de posse da D.O. e de documentos seus e do falecido, dará entrada na Certidão de Óbito e receberá a Guia de Sepultamento. Somente poderá enterrar seu ente de posse desses dois documentos. Feito isso, retorna para o cemitério e acertará dia e horário do sepultamento.

Há uma diferença de procedimento entre os cemitérios Piedade e São José quando se trata de sepultamentos em túmulos particulares. No São José, é preenchido um formulário e depois enviado para a CGGSF para que o sistema seja alimentado na Coordenação a partir dele. No Piedade, a própria equipe da administração coloca no Sistema e as informações serão recolhidas pela Coordenação automaticamente. Mesmo com o sistema, ambas as administrações possuem seus livros de registro e guardam as guias de sepultamento junto com o formulário em pastas de arquivo. No caso do Piedade, a administração imprime uma via do Sistema Ágil também, para anexar junto ao formulário preenchido e à guia.

Quando se trata de sepultura municipal, o cidadão se dirige para a Central Única de Sepultamentos com a declaração de óbito. A Central verifica no sistema se há vagas e onde teria disponibilidade para o enterro, o tipo de sepultura disponível, se gaveta ou cova rasa, a taxa a ser paga e também o dia e horário disponíveis. É nesse momento que o cidadão, caso tenha dado entrada, apresenta a declaração de isenção das taxas. Após essa passagem pela

Central, o cidadão vai até o cartório para emissão da Certidão de Óbito e da Guia de Sepultamento, volta à Central, que registra no Sistema; somente após esses procedimentos o sepultamento é realizado. A partir desses trâmites, estando o cidadão que faleceu sepultado, essas informações precisam estar armazenadas e disponibilizadas para os seus entes responsáveis, funcionários municipais e demais interessados. É nesses arquivos presentes nas administrações dos cemitérios, no cartório e na CGGSF que está o encerramento oficial da vida do cidadão, de seus direitos e deveres. É o encerramento de um ciclo e faz parte de memórias individuais e coletivas, seja a pessoa anônima ou alguém que tenha conseguido algum destaque na sociedade.

Segundo dados colhidos na CGGSF, um cemitério das dimensões do São José, por exemplo, com 42.000m² e milhares de sepulturas, o maior e mais procurado da capital, exige com certeza muita organização, capacidade de gestão e acompanhamento, nem sempre havendo os investimentos suficientes, principalmente quando lota sua capacidade. Ainda segundo a CGGSF, o cemitério já chegou a realizar, quando há vagas, 17 sepultamentos num único dia. No cemitério da Piedade, menor e com o número de sepulturas na casa dos 2000 (em sua maioria, particulares), eram realizados antes da pandemia mundial por Covid-19, um ou dois sepultamentos por semana. No auge da pandemia, quase todos os dias, segundo a administração, foi realizado um enterro. Quando o São José sofreu superlotação, a equipe do Piedade foi obrigada a abrir “ruas” para a construção de gavetas municipais, com a retirada do calçamento em paralelepípedo para abertura de covas.

Figura 20 – Retirada de calçamento em ruas do Cemitério da Piedade



Fonte: Ferreira (2023).

É justamente o enterro de cadáveres diretamente na terra uma das problemáticas dos cemitérios públicos de Maceió. Em 2012, foi defendida na UFAL a dissertação intitulada *Avaliação da contaminação das águas subterrâneas por atividade cemiterial na cidade de Maceió*, elaborada no Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento (PPGRHS) do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Alagoas (CTEC/UFAL) pela pesquisadora Florilda Vieira da Silva, que detectou a presença de necrochorume, substância expelida pelos corpos em decomposição, nas águas subterrâneas coletadas em poços da região dos cemitérios, ou seja, contaminação do lençol freático da região, como a própria pesquisadora explicou ao *site* de notícias G1 (2013, p. 7):

A pesquisa localizou as bactérias ao analisar a água dos poços do cemitério. Os indícios são fortes e já esperados devido ao procedimento de enterramento e inumação que é adotado no São José. Como os corpos são colocados direto na terra, era previsível que o necrochorume se espalhasse. Ainda mais porque a região do Trapiche possui lençóis freáticos muito próximos da superfície.

De acordo com o Coordenador da CGGSF, a criação de mais gavetas de cimento é uma das principais medidas, hoje, para diminuir a abertura de covas diretamente no chão, acreditando que em breve não haverá mais esta necessidade.

Figura 21 - Área do sítio a ser desapropriado a ser incorporado ao Cemitério São Luiz



Fonte: SUDES (2022).

O coordenador apresentou o projeto de ampliação do Cemitério São Luiz (Figuras 22 e 23), no bairro de Santa Amélia, no qual será desapropriado pela Prefeitura de Maceió um sítio vizinho (Figura 21), que servirá para a construção de novas gavetas, que serão produzidas com a tecnologia *Eco No-Leak*, que consiste no uso da resina de garrafa pet como material dos compartimentos, tornando-os impermeáveis.

Figura 22 - Projeto ampliação Cemitério São Luiz



Fonte: SUDES (2022).

Figura 23 - Projeto ampliação Cemitério São Luiz



Fonte: SUDES (2022).

A nova tecnologia permite vedação, sistema de trocas gasosas, alta durabilidade, fácil limpeza após exumações e obedecendo à determinação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), mais especificamente a Resolução nº 335 de 03 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental sobre cemitérios. As gavetas serão acomodadas sobre estruturas de aço carbono e ligadas a um conjunto de equipamentos para fornecimento de ar puro e retirada de gases contaminados.

Segundo o Coordenador da CGGSF, outras gavetas estilo comum, sem tratamento de necrochorume, também foram construídas nos demais cemitérios, (Figura 25) evitando assim o máximo possível a inumação diretamente no solo (Figura 24). Foram construídos também ossuários (Figura 26) com abertura de vaga nas gavetas após os três anos das inumações.

Figura 24 - Cova aberta diretamente no solo no Cemitério da Piedade



Fonte: Ferreira (2022).

O Coordenador ainda explica que, como os oito cemitérios públicos são anteriores à resolução do CONAMA, alguns funcionando há mais de um século, esses cemitérios só podem ser adaptados à Resolução, sendo esta obedecida na íntegra apenas na construção de novos cemitérios, ou de ampliação de todo um novo espaço, como no caso do Cemitério São Luiz.

Figura 25 - Gavetas em construção no Cemitério São José



Fonte: Ferreira (2022).

A construção das novas gavetas é tentativa de adequação das antigas necrópoles à resolução do Conselho Ambiental. Porém, mesmo com todas as medidas, o coordenador de sepultamentos não falou de outras medidas para além das gavetas, que estejam sendo tomadas para frear ou minimizar a contaminação do lençol freático. Mesmo com menos covas abertas no chão, estas continuam existindo.

Figura 26 - Ossuários em construção no Cemitério da Piedade



Fonte: Ferreira (2022).

Os esforços da Prefeitura de Maceió através da SUDES em conseguir disponibilizar, em tempos de pandemia, sepulturas para todas as vítimas, além das mortes por outras causas que acontecem todos os dias, esbarravam ainda em outro empecilho: uma quadrilha que ficou conhecida como “Máfia dos Túmulos Fantasma”, composta por servidores da Prefeitura, que alegando falta de vagas para inumações, cobrava das famílias propinas de até R\$ 500,00. Desesperadas para sepultarem seus entes, cujos corpos muitas vezes pela suposta falta de local ficavam até cinco dias esperando nas geladeiras do IML, as famílias sujeitavam-se à extorsão e faziam verdadeiras peregrinações, mesmo enlutadas, primeiro aos oito cemitérios públicos para encontrar um lugar e depois até mesmo para conseguir a verba para pagar a quadrilha. O esquema, segundo o jornalista Arnaldo Ferreira (2021), que escreveu para a Gazeta de Alagoas de 19 de outubro de 2021, era antigo e desafiava os prefeitos ao longo dos anos, segundo o Jornalista, até mesmo a Igreja Católica foi vítima, pois quando a Arquidiocese necessitava enterrar alguém em seus jazigos perpétuos, descobria que estavam ocupados.

O Coordenador da CGGSF informou que chegou ele mesmo a presenciar a abertura de túmulos lacrados, porém vazios, onde haviam supostos defuntos que nunca existiram. Doze servidores foram demitidos e outros estão sob investigação administrativa, sigilosa. Para organizar a questão e impedir novas situações, a Prefeitura criou a Central Única de Sepultamentos para resolver questões funerárias das famílias. De acordo com o Coordenador, somente nas primeiras semanas de atuação da Central, 2 mil novas vagas surgiram para inumações. Antes, as vagas nos cemitérios eram destinadas aos bairros onde estavam instalados, agora pertencem ao Município como um todo, ou seja, aos 1,2 milhão de habitantes de Maceió. O Coordenador enfatizou que as vagas são destinadas no cemitério o mais próximo possível de onde moram as famílias.

Todas essas questões sociais e ambientais envolvendo os cemitérios alagoanos, com foco na sua função primeira de local de sepultamentos, tornam muitas vezes secundária aos olhos das autoridades municipais responsáveis pelas necrópoles a atuação desses locais como repositórios de memórias e informação, detentores de bens culturais com potencial à elevação de patrimônios, seja material e imaterial.

4 UM GRANDE DOCUMENTO A CÉU ABERTO

“É uma estrela um documento? É uma pedra que rolou por causa de uma torrente, um documento? É um animal vivente (antílope) um documento? Não. Mas as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, e os animais que estão catalogados e mantidos em um zoológico, são documentos.”

(BRIET, 1951)

O mundo físico está ligado aos conceitos de informação e conhecimento desde antes da institucionalização da Ciência da Informação, em meados do século XX. A biblioteconomia, a arquivologia e a museologia, as “Três Marias”, como classificou Johanna Smit (1993), já estudavam o conhecimento registrado por meio de símbolos gráficos em barro, papel, mármore, chapas metálicas ou quaisquer outros materiais à disposição em cada época. O foco dessas três áreas do conhecimento era o “suporte físico”, ou seja, o livro ou documento (CORREIA, 2017, p. 51). Assim, antes do estabelecimento da ciência da informação, a partir de determinada perspectiva, o conceito central era o documento.

O advogado belga Paul Otlet, em seu *Tratado de Documentação: O livro sobre o livro – teoria e prática (Traité de Documentation: le livre sur le livre - théorie et pratique)* de 1934, ao escolher como objeto de análise o livro e suas dimensões material, simbólica e filosófica, que seriam criadas pelo usuário-leitor ao tentar compreender “o ente livro”, coloca que há um termo genérico, *Biblion (ou Bibliogramme ou Documento)* que abrange ao mesmo tempo todas as espécies de produção humana: “[...] livros, folhetos, revistas, artigos, mapas, diagramas, fotografias, gravuras, patentes, estatísticas e até mesmo discos fonográficos, negativos de vidro ou filmes cinematográficos” (OTLET, 1934, p. 43), os últimos exemplos referenciando o máximo de tecnologia que havia em sua época.

Otlet foi o primeiro a pensar o documento de maneira mais abrangente para além do referencial físico, dando o pontapé inicial para o que seria o campo de estudo da Documentação. Segundo Michael Buckland (1991) e Marie-France Blanquet (2014), a partir de Otlet, documento é tudo produzido pelo ser humano em suas múltiplas representações e formatos. Essa perspectiva mais abrangente de documento também é potencializada por Suzanne Briet, a principal intérprete da obra do pesquisador belga após sua morte e que aprofundou teoricamente seus conceitos. Segundo Ortega e Saldanha (2017), Briet (1951) desenvolveu ainda mais a ideia de que todo objeto pode ser um documento, ao condicionar a

este objeto a atribuição de um indício, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual.

Para Jean Meyriat (1981), o documento pode ser definido por duas vertentes inseparáveis: uma de natureza material, que se refere ao objeto que serve de suporte, e a natureza conceitual, referente ao conteúdo comunicacional da peça, a informação. Para o autor, há objetos criados com intenção de funcionar como documentos, os documentos por intenção, e objetos que receberam a atribuição de documentos posteriormente, como por exemplo, nossos objetos de pesquisa, artefatos de cemitério, que podem funcionar como documento a qualquer momento.

Sendo assim, Meyriat (1981) acreditava que o documento é fruto de duas vontades – a de informar, que parte do documento, e a de se informar, que parte do usuário – sendo a segunda vontade sempre necessária. Para o autor, se o desejo do documento de fornecer informações não reverberar no receptor, não encontrar uma resposta, a informação permanece virtual e o objeto ainda não é um documento, ou seja, o usuário faz o documento. Esta ideia encontra amplidão em Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983), para os quais um documento só existe quando é utilizado como tal, ou seja, seu caráter documental é decidido pela sua utilização. Para estes autores, o documento seria “manufaturado”, quanto ao seu registro em suporte, e “mentefaturado”, referente ao conteúdo significativo na mente do usuário, que pode funcionar como documento ou como um objeto qualquer.

Para Ortega e Lara (2010), o documento é material, conceitual e potencialmente informativo. Quanto ao objeto, os autores seguem Otlet, que já dizia não ser a tipologia do objeto o que dá a definição de ser ou não um documento e sim o lugar simbólico que lhe é atribuído. Sendo assim, para estes pesquisadores, o documento enquanto signo “é uma construção, uma leitura do real sob determinada perspectiva” (LARA; ORTEGA, 2012, p. 381-382). Tal leitura possui, necessariamente, sempre um caráter social, político e cultural.

Buckland (1991), que cunhou o significado de informação correspondente ao mundo físico como ‘informação-como-coisa’, diz que em razão de problemas de armazenamento e recuperação da informação no século XX, bibliógrafos e documentalistas adotaram como solução para esta problemática o uso do termo genérico documento para indicar qualquer recurso informacional físico, sem limitá-los ao tipo texto em meios físicos específicos como papel e etc. Como explicam Ortega e Saldanha (2017):

Buckland pergunta qual seria o termo genérico o suficiente para incluir todas as coisas informativas de que tratamos e sugere ‘discurso’ como um termo melhor para indicar textos no sentido geral ou artefatos com intenção de representar coisas. Apresenta como possibilidade dividir objetos em: artefatos com intenção de constituir discurso (como livros), artefatos que não tinham esta intenção (como barcos), e objetos que não são artefatos (como os antílopes). [...] Buckland elenca exemplos explicativos das origens dos objetos informacionais e suas funções posteriores, como no caso do livro que pode ser usado como um peso para portas. (ORTEGA; LARA, 2017, p. 10)

Ainda segundo Buckland (1991) o termo "informação" também é usado atributivamente para documentos ou quaisquer outros objetos que são referidos como "informações" porque são considerados potencialmente informativos, como tendo a qualidade de transmitir conhecimento ou comunicar informações; instrutivo. Dentro deste significado proposto pelo autor, para que as pessoas se tornem informadas e transformem essa apreensão em conhecimento, há o contato, manuseamento, operação, recuperação e armazenamento de informações físicas. Por isso, a informação-como-coisa, seria de interesse especial dos sistemas de informação como bibliotecas, museus, arquivos ou sistemas tecnológicos de informação. Para Buckland (1991), o fato de bibliotecas lidarem com livros, sistemas de computador com dados em forma de bits e bytes e museus diretamente com objetos é a prova de que “[...] é possível aprender através do exame de vários tipos de coisas. Na sequência desse aprendizado, textos são lidos, números são calculados, objetos e imagens são examinados, tocados ou percebidos” (BUCKLAND, 1991, p. 4).

O que autores como Buckland, Blanquet, Meyriat e outros trataram sobre a amplidão do conceito de documento, teve ainda mais potencialidade com Frohmann (2004), que também reconhece nos estudos da materialidade do documento a compreensão do papel social deste; o documento, para este autor, seria fruto de uma prática social e o termo documento englobaria todo e qualquer tipo de mídia na qual esse documento fosse produzido; essa linha de pensamento, estudo de base otlet-brietiana, que amplia o conceito de documento e complexifica inclusive o que se entende por materialidade, é conhecida com Neodocumentalismo.

De acordo com Ortega e Saldanha (2017), o conceito de documento, em uma linha de reflexão ‘neodocumental’ baseada em Frohmann, é abrangente a ponto de abarcar condicionantes políticas diversas e antagônicas, contendo um fundamento geopolítico relevante a ser discutido. O documento relaciona, estabelece e produz poder. “Por sua vez, é

força de combate e de contraposição aos discursos hegemônicos [...] é, pois, no plano social, um conceito central para a construção de um debate ético na contemporaneidade” (ORTEGA; SALDANHA, 2017, p. 15). Os autores reforçam a importância da reflexão epistemológica da Neodocumentação em analisar o documento enquanto algo produzido pelo homem vinculado às relações de poder no qual está contida sua produção, relações estas localizadas histórica, social e politicamente.

Frohmann desconstrói a visão ingênua do documento como mero condutor de informação e desenvolve o conceito de “documentalidade”, que se refere ao poder e capacidade de atuação do documento quando combinado a outros elementos de redes, ou *assemblages*, “*to generate marks, signs, or traces [para gerar marcas, sinais e traços]*” (FROHMANN, 2011, p. 59). O autor resgatou Paul Otlet e Suzanne Briet ao focar nos objetos materiais como documentos e na ideia do famoso “Antílope de Briet”, quando a pesquisadora estabelece um comparativo de um antílope vivo e solto na natureza e/ou num zoológico ou empalhado, ou seja, catalogado em uma instituição, passando assim a ser documento; documento primário, diga-se de passagem, e todos os demais artefatos gerados a partir deste antílope, como fotos, imagens audiovisuais, matérias jornalistas, catalogações científicas, pinturas e etc. seriam documentos secundários.

O que o Neodocumentalismo traz utilizando como base as ideias de Otlet da ampliação do conceito de documentos e de Briet com o exemplo do antílope é que o documento não seria o antílope no seu habitat natural, nem o mesmo catalogado ou institucionalizado, mas sim uma elaboração discursiva do homem que coloca no domínio do pré-documentado o significante, o significado e o antílope em si. Como explica Frohmann (2009) *apud* Saldanha (2012, p. 7):

Aborda: ao olhar um antílope no zoológico, os visitantes tecem redes de relações com outros documentos, que se multiplicam e recriam o próprio documento. Aplicações de métodos folksonômicos no âmbito das classificações parecem-nos, em certo sentido, indicar a aproximação à margem de instabilidade que o simbolismo parece provocar sobre a coisa (documento) e sua representação (informação), quando, na verdade, é ele, o complexo simbólico, e não o documento ou a informação, o “o que” que estamos a tratar.

Na visão de Frohmann (2004), seria impossível pensar uma “filosofia da informação” sem a vigência de elementos da “documentação”. Para este autor, a “informatividade” deve

ser pensada por um pressuposto de práticas, sendo a informação o efeito dessas práticas e se há informatividade em documentos, ela depende de parâmetros do documentalismo, que segundo ele são materialidade, instituição, disciplinarização social e contingência história, por isso recorreu a Otlet (1934) e Briet (1951). Para Frohmann (2004), “existe uma prioridade ontológica na questão do documento em relação à questão da informação” (SALDANHA, 2013, p. 83).

Pensar nossa pesquisa pelo pano de fundo da neodocumentação nos leva a compreender todo o Cemitério Nossa Senhora da Piedade como um grande documento, desde seu pórtico de entrada até a mais recente sepultura aberta. Os objetos que conseguimos tocar, ver, sentir, nos são documentos, pois nos remetem a uma época em que havia a necessidade de famílias abastadas destacarem seus mortos ilustres dos demais, em razão de uma hegemonia econômica e social; esses documentos me dizem que os melhores artistas, que realizavam trabalhos em bronze e mármore, eram contratados para construir artefatos funerários e que boa parte da arquitetura em discussão na época está presente em seus muros, na sua capela e em muitos túmulos, à pretensão de uma imitação estilística da “cidade dos vivos”.

Temos no Cemitério o documento em sua materialidade se pensamos o suporte, feito de materiais diversos (inclusive ossos), e em forma de discurso, quando a extravagância de vários túmulos deixa entrever que a época em que foram construídos já ficou para trás e agora a superioridade das famílias a que eles representavam se manifesta na ausência de uma continuidade, tanto de novos sepultamentos como de manutenção, pois hoje a “geografia social dos mortos”, evocando mais uma vez Reis (1991), se dá na compra de jazigos em cemitérios modernos estilo americano ou em cremação. As mesmas famílias continuam abastadas, agora só modificaram a maneira como tratam de seus restos mortais, com cada vez mais discrição, pois hoje mal se é revelada a causa da morte e as cerimônias fúnebres tendem a durar cada vez menos. O oposto do que representam as grandes e brancas estátuas que adornam o Cemitério, e este nos “diz” isso tudo enquanto grande documento a céu aberto.

Na Ciência da Informação, que toma como unidade privilegiada de análise, a “informação”, além da informação-como-coisa de Buckland (1991), Capurro (2003) também realiza uma divisão triádica, dividindo a CI em domínios fisicalista, cognitivo e social. Seu paradigma físico da ciência da informação postula que há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor. Brookes (1980) também traz o objeto de maneira evidente

em seus trabalhos, discutindo sobre os mundos 1, 2 e 3 propostos por Karl Popper. O Mundo 1 seria o mundo físico, onde estaria contida inclusive a natureza, o Mundo 2 seria o dos nossos pensamentos e estados mentais, ou seja, do conhecimento subjetivo, e o Mundo 3 seria o repositório de todo conhecimento objetivo e todos os artefatos produzidos pela humanidade. Esses três mundos são independentes, mas interagem; um túmulo, por exemplo, faz parte tanto do Mundo 3, o do conhecimento registrado, como do Mundo 1, enquanto objeto físico de mármore ou bronze. É tamanha a importância dos objetos na teoria de Brookes, que ele expõe:

Os artefatos que registram o conhecimento humano exossomicamente se tornam independentes dos sujeitos cognoscentes que os criaram. Esses artefatos não são mais subjetivos e inacessíveis, mas objetivos e acessíveis a todos que se importam em estudá-los, como são os sílex e fragmentos que os arqueólogos estudam, exceto pelo fato de estarmos lidando com objetos modernos. Então, Popper fala de 'epistemologia sem um sujeito cognoscente', ou seja, o estudo objetivo do conhecimento (BROOKES, 1980, p. 128).

No entanto, assim como vimos na linha de raciocínio otlet-brietiana mais tarde resgatada pelo Neodocumentalismo com relação ao documento, o que aqui Brookes chama de objeto só transmite informação se houver um sujeito cognoscente, dentro de um contexto social, para interagir com ele. Tanto Brookes (1980), trazendo a relação entre os Mundos 2 e 3 de Popper, como Capurro (2003), com seus paradigmas cognitivo e social, quanto Buckland (1991) com sua informação enquanto processo e conhecimento, também explicitam o papel de um sujeito receptor dessa informação, que recebe o objeto e, com o aparato da sua subjetividade, relega a esse objeto potencialidade informativa.

4.1 HISTÓRIA, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

Três conceitos fundamentais permeiam essa pesquisa e interagem na construção deste trabalho, por vezes suscitando discussões internas de suas relações dentro do processo de criação e elaboração, havendo a necessidade de alguns esclarecimentos conceituais. O primeiro se dá sobre a natureza do cemitério enquanto *locus* de pesquisa, se devido ao direcionamento da pesquisa sobre seus traços informemoriais ele seria assim uma fonte de informação ou se devido sua importância já citada para a cidade de Maceió e o Estado de Alagoas, pudesse ele ser considerado uma fonte histórica.

O que nos leva a fazer a seguinte pergunta: qualquer objeto pode ser visto como fonte de informação? A pesquisadora Isabel Villaseñor (1998) expõe que caímos em um campo muito abstrato, onde qualquer coisa pode emitir sentido a alguém e subsidiá-lo perante alguma dada necessidade de informação. Essa concepção dialoga com a informação-como-coisa, de Buckland (1991) e também se encaixa nas concepções de informação de Silva (2006), pois, segundo este autor, é o ser humano sensível que interage com o mundo que fará o julgamento de algo como sendo importante ou não para suprir uma necessidade informacional.

Outra pergunta que pode ser feita é: quando algo se torna fonte de informação? De acordo com Villaseñor (1998), por fontes de informação se entende todos aqueles instrumentos e recursos que servem para satisfazer as necessidades informativas de qualquer pessoa, tenham sido criadas para este fim ou não. “Essa concepção de caráter libertador dá subsídio para afirmarmos que qualquer coisa que atribua algum sentido e significado de informação na vida de uma pessoa, e que possa respondê-lo a algum questionamento, pode ser denominada fonte de informação” (REBELO, 2012, p. 21).

Alguns objetos de museu são evidências das ações da natureza e do ser humano no planeta através das eras, auxiliando a nossa compreensão sobre a trajetória da humanidade. Porém, qual seria a classificação desses objetos? Seriam fontes de informação ou fontes históricas? Segundo Ferreira e Costa (2011), historiadores acreditam que suas fontes históricas são possíveis de serem encontradas em quaisquer vestígios da manifestação do homem através dos tempos. Na biblioteconomia há, segundo estes autores, a concepção abrangente de que fontes de informação vão muito além de documentos como papéis em linguagem escrita. De acordo com Rebelo (2012), se pensarmos pelo prisma exposto por Villaseñor (1998), podemos inferir que fonte histórica é apenas mais uma forma de classificação das fontes de informação, pois as fontes de informação antes de serem históricas, são fontes propriamente ditas.

Pensando por este prisma, os cemitérios e os objetos que os compõem podem ser considerados fontes de informação. As necrópoles são, como diz Rebelo (2012), interdisciplinares, podendo receber análises de interesse apenas místico, ou arquitetônicas, artísticas, diagnósticas de ação do tempo em materiais específicos usados em mausoléus e lápides, uma análise do ponto de vista informacional e, porque não, um estudo pensado pelo viés infomemorial.

4.2 MEMÓRIAS NA HISTÓRIA E NA CI

Existe uma grande discussão entre o que é memória para historiadores e o que é memória para o cientista da informação. Para Ricouer (2007), ao mesmo tempo em que existe uma ligação entre memória e história que se faz necessária, também não se pode ser radical e separar as duas, o que seria uma armadilha, pois “[...] objeto da história, a memória parece ser uma de suas matrizes, na medida em que permanece, em última instância, como a única guardiã de algo que efetivamente ocorreu no tempo” (NASCIMENTO; AZEVEDO NETTO, 2016, p. 2).

Para a Ciência da Informação (CI), segundo Nascimento e Azevedo Netto (2016), a revelação da memória enquanto guardiã do passado se dá através da representação do conhecimento, sendo esta um atributo infomemorial. Esta memória não tem a finalidade de reconstruir uma avaliação crítica do passado dentro de uma cronologia, mas sim de estabelecer com esse passado uma relação dialógica e sociável, que será transposta por intermédio da organização da matéria, na perspectiva tanto de representar a informação como de facilitar o processo de recuperação dessa informação.

O estudo da memória na perspectiva da CI, fonte e matéria-prima do conhecimento criado por um indivíduo ou de maneira coletiva, entende que a criação de conhecimento elaborada pelos sujeitos através das relações com o passado varia de pessoa para pessoa, não é unânime e comum a todos, pois nem todos compartilham deste passado as mesmas representações. Essas representações podem estar contidas em “[...] bens culturais a partir de valores de percepção que lhe são atribuídos” (NASCIMENTO; AZEVEDO NETTO, 2016, p. 3).

Para Silva e Oliveira (2014), o que interessa para o cientista da informação nos estudos de memória são exatamente as informações potenciais produzidas nos traços das atividades rememoradas, pois a história evoca uma temporalidade existencial do passado e oferece, segundo esses autores, apenas uma única possibilidade de memória, imutável, o que não serviria ao cientista da informação, pois, como já discutido, os referenciais de passado são inúmeros para cada sujeito, individual ou coletivo.

A materialização das representações ou dos registros de memória é do estudo da CI, inclusive os bens e monumentos que recebem valor de patrimônio, materiais e simbólicos, chamados por Nora (1993) de “lugares de memória”. Por isso, segundo Nascimento e Azevedo Netto (2016) a memória pode ser abordada na CI em sua aproximação com a noção

de patrimônio, já que este seria o ponto inicial de onde construções representacionais de um passado, real ou mítico, seriam socializadas.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Es en el eco del murmullo, convertido en espacio textual, donde se construye el relato que leemos.”

(PIMENTEL,1992)

Do ponto de vista científico, esta pesquisa se justifica pela necessidade de construção e fomento de estudos teóricos abordando a necrópole como unidade de informação, potencial patrimônio cultural e mantenedora das memórias social e individual de um determinado grupo, para que assim se subsidiem projetos práticos para futuras pesquisas relacionadas ao tema, além de levantar o questionamento sobre o que está sendo feito pela preservação da Instituição enquanto patrimônio cultural, unidade de informação e memória.

5.1 TIPO DE PESQUISA

O cemitério Nossa Senhora da Piedade como objeto de pesquisa foi tomado como um todo complexo, formado por elementos diversos (capela, túmulos, objetos, pessoas sepultadas, etc), numa análise não quantificável. Em razão disto, classificamos essa pesquisa quanto à abordagem como qualitativa, pois não utilizamos dados estatísticos como centro da pesquisa ou em qualquer momento. Segundo Spindola e Santos (2003), a pesquisa qualitativa preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando um universo de significados, crenças, valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Utilizamos como método de abordagem, base lógica da investigação, o método científico fenomenológico, que segundo Gil (2008, p. 14) “Não explica mediante leis nem deduz a partir de princípios, mas considera imediatamente o que está presente à consciência: o objeto. ” Como métodos de procedimentos, meios técnicos de investigação, foram utilizados os métodos histórico e observacional. No método histórico, o foco está “na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 36), o que foi feito com o Cemitério Pesquisado. Já o método observacional está presente em boa parte deste trabalho, corroborando com o pensamento de Gil (2008) que diz ser inevitável que, nas pesquisas em ciências sociais, os

procedimentos observacionais estejam presentes em mais de um momento. No caso desta pesquisa, tivemos contato direto com o ambiente e os objetos de estudo em questão, realizando pesquisa de campo para entender as práticas existentes com relação aos traços infomemoriais do cemitério.

Quanto à natureza, a pesquisa é considerada básica, pois ao analisarmos a necrópole como um repositório de informação, que alimenta a memória coletiva e individual ao ser reconhecida como patrimônio cultural, geramos com essa análise, como explicam Prodanov e Freitas (2013), um conhecimento novo e útil para a Ciência, sem aplicação prática prevista.

Na pesquisa em questão, cujo problema se resumiu em pesquisarmos quais as práticas existentes no Cemitério Nossa Senhora da Piedade em Maceió - Alagoas, a partir de seus traços infomemoriais, que asseguram o seu reconhecimento como patrimônio cultural pela sociedade? Fomos à pesquisa de campo, tanto no cemitério em si quanto em alguns órgãos públicos responsáveis pela manutenção do espaço.

A pesquisa aborda um caráter exploratório, desta forma, servindo como incentivo à promoção de problemáticas e ideias pouco exploradas e que visam novas pesquisas sobre determinado tema, neste caso, os cemitérios enquanto patrimônios culturais, informação e memória. A exploração do objeto de pesquisa serviu para que, após esta fase preliminar, vislumbrássemos potenciais características e desdobramentos na pesquisa. Para Gerhardt e Souza (2009) a pesquisa exploratória vislumbra na maioria das vezes a utilização de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A presença em nossa pesquisa da análise documental também pode classificá-la como uma pesquisa descritiva, que para Triviños (1987) é a pesquisa que pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. Além disso, nós apenas descrevemos e registramos os fatos observados, sem interferir neles.

5.2 COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

Para a realização deste trabalho, utilizamos como procedimentos técnicos metodológicos: a pesquisa bibliográfica; pesquisa documental e pesquisa de campo, feitas no cemitério e nos órgãos responsáveis por sua estrutura. A pesquisa bibliográfica foi realizada em periódicos disponibilizados em bases de dados na internet, com material contido em livros, artigos de periódicos científicos, dissertações em repositórios, bem como informações encontradas em *sites* oficiais de instituições públicas e privadas e *sites* de notícias relacionados ao tema do trabalho. Para Gil (2008), a grande diferença entre a pesquisa

bibliográfica e a pesquisa documental, técnica também utilizada neste trabalho, consiste em, na primeira, as fontes serem conteúdos já publicados e tratados, contribuições de vários autores sobre determinados assuntos; na segunda, o material ainda não recebeu tratamento analítico e pode ser reelaborado e manipulado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa em questão pode também ser considerada de campo, caracterizando-se, além das etapas bibliográfica e documental, pelas visitas às necrópoles e órgãos públicos responsáveis por estas, para que fossem coletados dados por intermédio de observação e entrevistas. A observação como coleta de dados foi utilizada tanto para observarmos o cotidiano no cemitério, com seu fluxo de usuários e trabalhadores, como para observarmos a postura e comportamento dos entrevistados, segundo Prodanov e Freitas (2013), é a observação direta intensiva, “realizada por meio da observação e da entrevista” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 102).

Primeiramente, foi realizada a técnica de observação direta e intensiva, por intermédio da observação e da entrevista diretiva, onde foi estabelecido um roteiro semiestruturado e com questões abertas, feitas para os responsáveis pela manutenção do cemitério tanto na questão de infraestrutura e ambiental, quanto patrimonial, entrevistas submetidas ao comitê de ética da UFAL e presentes nos apêndices deste trabalho. Foram feitas visitas em um dos cemitérios mais antigos da Capital: da Piedade, objeto desta pesquisa. Observamos a maneira como a necrópole é mantida em sua integridade, desde a limpeza, pintura, conservação e túmulos até à capela. Por se tratar de ambiente onde a presença de pesquisadores não é comum, a aproximação junto às pessoas foi gradual, aos poucos, sendo explicado aos que vivenciam o cotidiano do cemitério o objetivo da pesquisa, para estabelecer uma relação de confiança, não chegando a ser ainda uma entrevista.

Em seguida e concomitantemente, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre os cemitérios de Maceió e sobre o Cemitério objeto de estudo em específico, para melhor contextualizar o nosso objeto de pesquisa no panorama de cemitérios públicos de Maceió. A pesquisa se deu em repositórios on-line e na Biblioteca Pública. Sentiu-se a necessidade, então, de pesquisas em documentos, que foram realizadas no Arquivo Público de Alagoas (APA), Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), na Biblioteca Pública de Alagoas e no Museu da Imagem e do Som (MISA). No APA, IHGAL e Biblioteca Pública, foram analisados os seguintes jornais: Jornal de Alagoas dos anos de 1917, 1918, 1950, 1957, 1966, 1982, 1991; Gazeta de Alagoas de 1969, 1972, 1973; e o Jornal de Hoje de 1969 e

1973; também foram pesquisadas as seguintes Leis: Lei nº 32 de 03 de dezembro de 1845 - Código de Posturas da Câmara de Maceió (Anexo A); Lei nº 54 - 14 de junho de 1893 (Anexo B); outros documentos analisado foram o Regulamento do Cemitério Nossa Senhora da Piedade de 1870 (Anexo C); uma série de documentos intitulados "Fallas da Província", de 1838 a 1871, no qual constam relatórios dos presidentes da província de Alagoas (governadores) e informações importantes sobre a cidade, porém sendo necessário ainda extraí-las, em uma análise minuciosa.

Foram também encontrados no APA dois documentos manuscritos intitulados *Obras Públicas - Cemitérios Públicos e Capellas Contíguas da Cidade das Alagôas* e *Comissão da Obra do Cemitério das Alagôas*. Tais documentos foram sendo procurados de acordo com a obra consultada de Lima Júnior (1983), intitulada *Cemitérios de Maceió*, por isso os anos específicos. Em alguns exemplares de jornais, foram pesquisados anos específicos ou porque são referenciados por Lima Júnior ou porque eram os exemplares que tínhamos em mãos, de modo que buscamos sempre o dia 02 de novembro do referido ano, o dia dedicado aos Finados, na busca por novas informações e imagens sobre os cemitérios. No MISA, esperávamos encontrar fotos antigas que mostrassem o Cemitério o mais próximo possível de como era em seu início, porém não haviam fotos o bastante que pudessem nos subsidiar nesse sentido. Ademais, as duas fotos que nos forneceram são apresentadas no Anexo D deste trabalho.

Após as visitas às necrópoles em si e às instituições de informação e memória como a Biblioteca Pública, o Instituto Histórico e o APA, fomos em busca de outros dados históricos junto aos órgãos públicos sobre o Cemitério. Primeiro, buscamos informações sobre a situação das necrópoles hoje, no que tange aos aspectos sociais como atendimento à população e meio ambiente. Todos os cemitérios públicos são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SUDES), por intermédio de uma Coordenação Geral de Gestão de Serviços Funerários (CGGSF), gerida hoje por um dos entrevistados desta pesquisa. Sobre as condições do Cemitério enquanto patrimônio, procuramos a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET), onde nos forneceu informações a sua Coordenadora Geral do setor de Patrimônio Histórico, arquiteta e urbanista.

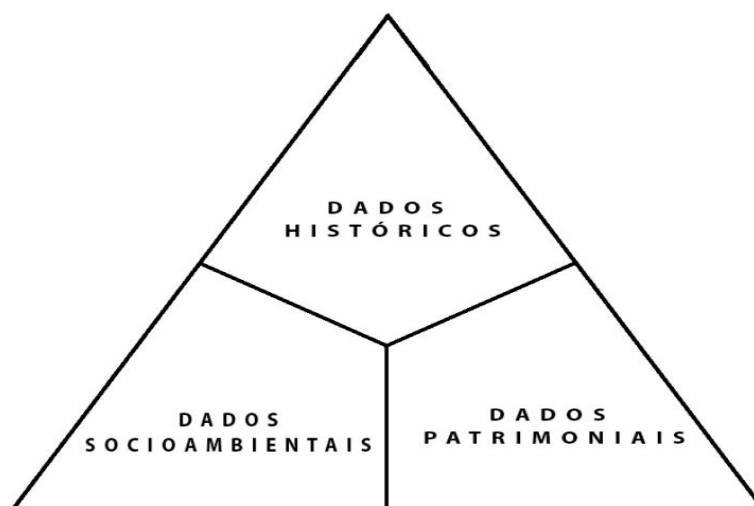
Os dados colhidos podem ser divididos da seguinte forma: dados históricos sobre os cemitérios e o Cemitério da Piedade em específico por intermédio de pesquisa bibliográfica e

documental, que compuseram a parte teórica do trabalho e de onde foram extraídas informações importantes sobre o contexto de formação dos cemitérios; dados sociais e ambientais colhidos junto à SUDES por intermédio de entrevista sobre as condições do Cemitério junto à sociedade onde ele está inserido há 172 anos, e dados sobre as condições da necrópole enquanto patrimônio, colhidas junto à SEDET também por intermédio de entrevista, que puderam nos nortear sobre finalmente o que está sendo feito para que o Piedade seja um patrimônio preservado, depositário de memórias coletivas e individuais, alimentadas pela informação que é distribuída sobre as Necrópole, que ajudam a formar a identidade da população daquela região.

5.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os tipos de dados dessa pesquisa foram classificados no decorrer das pesquisas bibliográficas, documentais e visitas de campo para fotografias e entrevistas, na maneira como são apresentados no seguinte esquema (Figura 27):

Figura 27 – Esquema de divisão dos tipos de dados na pesquisa



Fonte: Ferreira (2022).

Os dados históricos do Cemitério N. S. da Piedade, pesquisados no IHGAL e outras unidades de informação, nos dão a dinâmica de seu surgimento, o que nos permite análise de sua história como um todo. O funcionamento da Instituição foi muitas vezes classificado

como impróprio em razão de seu terreno e sua localização, já que fora aberto, segundo Lima Júnior (1983), para atender a Decreto Imperial. Por exemplo, de acordo com o Historiador, o então intendente municipal Antônio Guedes Nogueira, que ocupava o que hoje é equivalente ao cargo de Prefeito, sancionou, em 21 de setembro de 1909, a Lei nº. 119, interditando o Cemitério.

À revelia desta e de outras tentativas de invalidação, seja em razão do terreno arenoso ou de superlotação, o Cemitério da Piedade segue em funcionamento, principalmente pela necessidade de não se perder mais um local de sepultamentos na cidade, que ainda cresce na direção da parte alta (Tabuleiro dos Martins), por parecer mais rentável adaptar o que já existe do que criar outro novo Cemitério, o que demandaria estudo, tempo e valores; também existe a questão, menos pragmática, da divisão social, posto que até 1973, quando surgiu o Campo Santo Parque das Flores, o Piedade era considerado o cemitério das elites financeira e intelectual de Alagoas, cujos túmulos ainda estão lá. Talvez em uma ampliação desse estudo se possa pesquisar se tais famílias migraram para outros cemitérios mais modernos, vendendo seus jazigos para terceiros, ou simplesmente mantêm por manter; o fato é que depois do surgimento de outras possibilidades funerárias, o Piedade perdeu de alguma forma seu *status*. Ainda hoje, o tratamento dos restos mortais de pobres e ricos é diferenciado.

Atualmente, não mais se constrói grandes monumentos artísticos em mármore ou bronze, mas paga-se caro por cremação, gaveta vertical ou túmulo de cimento no estilo americano, coberto apenas por uma pequena placa de identificação e grama tratada, como uma nova modalidade da chamada “geografia social dos mortos”, trazida por Reis (1991), enquanto a massa da população ainda é sepultada em gavetas municipais ou covas rasas, tendo seus restos mortais retirados após três anos, sendo estes recolhidos à impessoalidade dos ossuários coletivos, por mais que a SUDES, como frisou o Coordenador da CGGSF em entrevista – Apêndice B -, busque-se trazer tratamento humanizado para as famílias.

Os dados social e ambiental do Cemitério, coletados via entrevista com o Coordenador da CGGSF, nos mostram o grau do desafio administrativo representado pela gestão dos oito cemitérios, sete em funcionamento, em razão da baixa do Cemitério de Santo Antônio, no bairro do Bebedouro, fechado em razão do Caso Braskem. Primeiro, no que tange a adaptação cotidiana com relação à resolução do CONAMA, que preconiza como devem se dar as inumações nos cemitérios, pois alguns possuem mais de cem anos; a adaptação que é possível ser feita, grosso modo, é a construção dos ossuários e gavetas de cimento, no intuito de se

diminuir a inumação dos mortos diretamente no solo, que por questão de necessidade, ainda continuam existindo. Contudo, como já explanado, a Prefeitura conseguiu a ampliação de um dos cemitérios, o Cemitério de São Luiz, e elaborou projetos para a implantação de gavetas com nova tecnologia de tratamento de gás e descarte.

No caso do Cemitério N.S. da Piedade, também foram construídos ossuários e gavetas de alvenaria. O grande problema, que se configura como uma necessidade talvez de abertura de um novo cemitério público, é a descaracterização das “ruas” do cemitério, muitas delas classificadas com nomes de santos católicos. A retirada de paralelepípedos do calçamento para a abertura de novas covas rasas, principalmente após uma pandemia mundial que colapsou sistemas funerários de todo o mundo, desorganizou boa parte do Cemitério e muitos caminhos se tornaram caóticos e de difícil acesso, devido ainda ao tempo em que alguns corpos foram sepultados.

A retirada dos paralelepípedos, ainda que por uma necessidade sanitária e administrativa, interferiu na paisagem do espaço centenário, sobrepondo a função primeira do Cemitério de local de sepultamentos à da necessidade de preservação de seus traços infomemoriais, situação que, para resolver, movimentaria setores e valores consideráveis na construção de novo cemitério na região, busca por espaço para a construção desse novo cemitério, para que só então houvesse o fechamento do Piedade apenas com memorial, o que parece fora de cogitação, visto o transtorno causado à administração pública, segundo o Coordenador da CGGSF, pelo fechamento compulsório do Cemitério de Santo Antônio, em Bebedouro.

Os dados patrimoniais do Cemitério foram coletados em entrevista com a Coordenadora Geral do Setor de Patrimônio Histórico da SUDES – Apêndice A - que nos falou da necessidade de mais investimento em divulgação junto ao Cemitério Nossa Senhora da Piedade enquanto UEP pelo município, na compreensão de sua importância infomemorial para a população. A grande dificuldade encontrada pela arquiteta e urbanista é a concentração das gestões na promoção de eventos diversos, em detrimento da memória. Eventos que, muitas vezes, para sua realização, tentam descaracterizar com adornos, por exemplo, uma Praça que faz parte de uma ZEP, o que é brecado pela coordenadoria de patrimônio.

Outro exemplo de desconhecimento com relação ao Cemitério ser protegido pelo Município enquanto UEP foi um caso acontecido no final do ano de 2021, quando a própria Prefeitura de Maceió pintou os muros do Cemitério com as cores da identidade visual do

chefe do executivo municipal atual, cor-de-laranja e azul-escuro, cores não antes vistas nos muros do Cemitério. Foi necessária, mais uma vez, a intervenção do Setor de Patrimônio, que chamou a atenção com relação à descaracterização do patrimônio e em poucos dias o muro foi repintado.

O que se percebe no relato da Coordenadora Geral do Setor de Patrimônio Histórico é de que há uma luta constante entre duas forças: a dos diferentes gestores que passam pelo cargo de prefeito com diversos e inúmeros outros interesses que não a memória, que acabam por negligenciar o setor e os trabalhos de preservação e manutenção, ou seja, não seguem a risco o que preconiza o PDM de 2005 e a própria SUDES, formada por profissionais que atuam há anos na área patrimonial e que contam com pouco pessoal e recurso para executar o trabalho. Dentre essas negligências, estaria a falta de educação patrimonial da população, que se dá inclusive também por divulgação.

A partir dos dados históricos, socioambientais e patrimoniais, esta pesquisa conseguiu provar a seguinte pressuposto: a falta de divulgação dos traços infomemoriais do Cemitério Nossa Senhora da Piedade prejudicam o reconhecimento pela população dos seus traços infomemoriais importantes para a memória de Maceió e Alagoas. Sim, pois se desde muito remotamente o Cemitério não é divulgado como ambiente propício para pesquisa e de importância memorial, se por necessidade o órgão responsável por sua infraestrutura precisa descaracterizá-lo e se mesmo elevando o Cemitério como UEP esse reconhecimento fica restrito ao ambiente acadêmico e da própria Prefeitura, o pressuposto é provado. Sem a devida divulgação (que pode se dar por todas as mídias, inclusive pelas redes sociais e sinalização no próprio cemitério) não chega ao cidadão, esse não estabelece vínculo com aquele bem cultural, pois mais do que o tombamento, o que preserva o bem cultural é a identidade que se reconhece naquele patrimônio, que então pode ser alçado a monumento, representando uma memória individual ou coletiva. Se essa informação não chega até o cidadão, esse processo infocomunicacional não acontece, e o bem não é reconhecido.

As fotografias do Cemitério feitas nas visitas de campo serviram para que, a partir dos artefatos registrados, fosse possível analisar os traços infomemoriais presentes no Cemitério, o que é feito na sessão a seguir.

6 TRAÇOS INFOMEMORIAIS DO CEMITÉRIO DA PIEDADE

*“Sobre uma duna da praia
o curral de um cemitério,
que o mar todo o dia, todos,
sopra com vento antisséptico.
Que o mar depois desinfeta
com água de mar, sanativa,
e depois, com areia seca,
ele enxuga e cauteriza.”*

(MELO NETO, 1999)

Traços infomemoriais são informações em potencial encontradas em artefatos que servem como suporte ou representação material de uma memória, alimentando-a. De acordo com Nascimento e Netto (2016), esta memória não é a mesma estudada pela História, que evoca o passado delimitado por uma cronologia, mas sim uma memória mais interessada na materialização da representação e do registro, “que se identifica com a atribuição de valores patrimoniais aos objetos textuais, imagéticos, monumentais, às coleções materiais e simbólicas que Pierre Nora nomeou de “lugares de memória” (NASCIMENTO; NETTO, 2016, p. 6)”.

O Cemitério da Piedade é repleto destes lugares de memória, onde cada bem cultural, seja imaterial ou material, traz em si essa memória representada e alimentada por informação, que traz para o tempo presente a história da cidade e do estado em que está contido, os modos de comportamento, de viver e principalmente no caso do cemitério, de morrer, ou dos que ficaram em lidar com o fenômeno morte.

Figura 28 - Visão exterior do Cemitério do Cemitério N. S. da Piedade



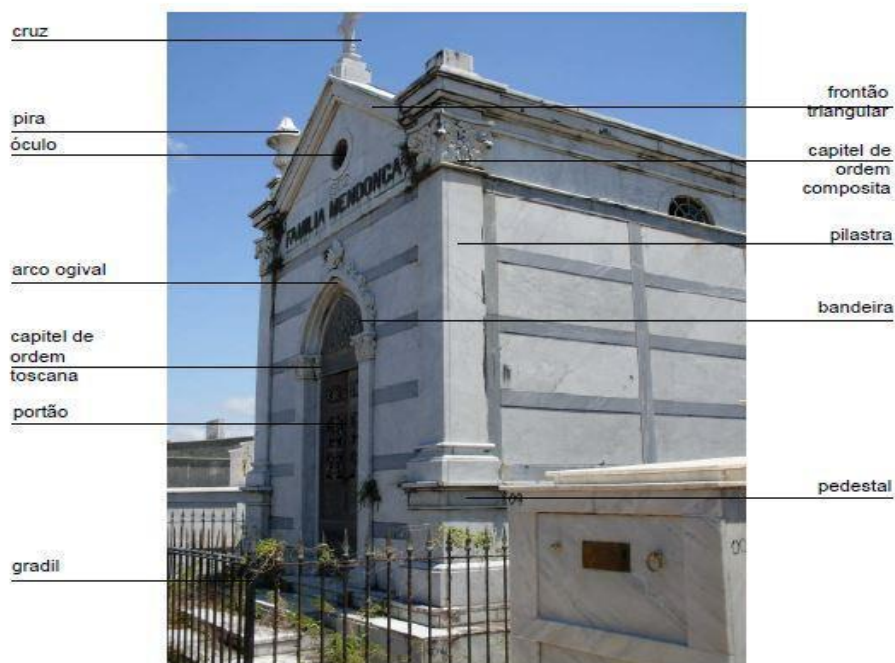
Fonte: Ferreira (2021).

Desde o momento em que as elites finalmente aceitaram que os corpos de seus entes fossem sepultados em cemitérios seculares de administração municipal e fora das igrejas, ainda assim houve uma necessidade de se estabelecer uma divisão social sobre as demais pessoas sepultadas nesses locais, “intimidando-os socialmente também após a morte” (CAVALCANTE, 2013, p. 106).

No Cemitério Nossa Senhora da Piedade não foi diferente. Os túmulos diferenciados estão localizados nas primeiras quadras da Necrópole, para chamar a atenção de quem trafega pela Avenida Siqueira Campos, que passa em frente ao cemitério, pelo seu tamanho e ornamentos. Como a entrada é toda em grade, mesmo a uma distância relativa se consegue visualizar o interior do cemitério (Figuras 1 e 2). Neste trabalho, para fins de exemplificação, escolhemos alguns túmulos e objetos como amostragem da potencialidade informativa destes e de outros que poderão ser explicitados em pesquisa futura.

O túmulo que mais se sobressai ao se observar o cemitério do lado de fora é o da família Mendonça (Figura 29), de 1902. De acordo com Cavalcante (2013), o mausoléu foi feito pela empresa Sighieri & Rossi, possui um estilo eclético, predominando uma linguagem arquitetônica greco-romana no frontão, nas pilastras e nos capitéis. Já o estilo gótico pode ser observado a partir do arco ogival no portão. Com exceção de alguns detalhes de metal, é todo em mármore, por dentro e por fora. Neste túmulo, estão embalsamados os corpos dos Senadores Jacinto Paes de Mendonça e seu filho Bernardo Mendonça Sobrinho. De acordo com Lima Júnior (1983), seriam os únicos corpos embalsamados em Maceió.

Figura 29 - Túmulo da família Mendonça



Fonte: Cavalcante (2013).

Dentre vários outros túmulos que chamam atenção pela beleza, se destacam o de mais duas famílias: Almeida Guimarães, de 1892 e Teixeira Bastos, de 1918. O primeiro (Figura 30) foi feito pelo escultor italiano Giuseppe Navone, em Gênova, em 1897. Possui uma estátua em mármore da alegoria da desolação em estado de prece, apoiada em uma coluna quebrada que representa a interrupção da vida. Há uma inscrição em latim “Mors non Separat” (Morte não Separa).

Figura 30 - Túmulo da família Almeida Guimarães.



Fonte: Ferreira (2021).

Figura 31 - Túmulo da família Teixeira Bastos



Fonte: Ferreira (2021).

Figura 32 - Túmulo da família Teixeira Bastos.



Fonte: Ferreira (2021).

O segundo, da família Teixeira Bastos (Figuras 31 e 32), foi elaborado pela marmoraria de José Vicente da Costa & Cia, no Rio de Janeiro. “Possui formato piramidal, marcado pela sobreposição dos elementos compositivos. Em seu topo, encontra-se a imagem da pranteadora. Este mausoléu conta ainda com diversos ornamentos em mármore branco, desde o cercado até as esculturas, com a presença de coroa de flores, leões, anjos, cruzes, pombas e vasos” (CAVALCANTE, 2013, p. 111).

Além do mármore, outros materiais foram utilizados, como o bronze e o granito, pela rapidez e durabilidade. De acordo com Cavalcante (2013), com a chegada do século XX os túmulos ficaram mais horizontais, com linhas retas. Além dos túmulos, seus ocupantes também representam muitas vezes motivo de observação dos mausoléus. Artistas, políticos e outras personalidades alagoanas que jazem no cemitério e receberam túmulos com arquitetura especial também se destacam pela sua beleza e história. É o caso do mausoléu de Linda Mascarenhas (1896-1991), grande dama do teatro alagoano (Figura 33) e de Sebastião Marinho Muniz Falcão (1915-1966) (Figura 34), ex-governador e deputado federal por Alagoas, cujo enterro foi um dos maiores cortejos já vistos na cidade.

Figura 33 - Túmulo de Linda Mascarenhas



Fonte: Ferreira (2021).

O mausoléu de Linda Mascarenhas foi inaugurado em 2013 em homenagem à atriz, professora e ícone feminista alagoano. “Segundo o arquiteto Mário Aluísio, através de pesquisas, descobriu-se a paixão da atriz por pedras, sendo a pedra o “Norte” para o projeto do túmulo [...] o arquiteto também idealizou um pórtico em arco pleno significando uma ligação com a eternidade, bem como o teatro com sua boca de cena e sua plataforma plana” (CAVALCANTE, 2013, p.116). O túmulo de Muniz Falcão possui o mapa de Alagoas em granito preto e é um dos mais visitados do Cemitério. Muniz Falcão foi governador de Alagoas no período de 1956 a 1961 e deputado federal por duas vezes.

Figura 34 - Túmulo de Muniz Falcão



Fonte: Ferreira (2021).

Além dos túmulos, alguns outros objetos significativos também podem ser levados em consideração devido seu valor histórico e informativo. Trabalharemos nesta pesquisa dois exemplos. O primeiro se trata de 27 vasos portugueses (Figuras 35, 36 e 37) vindos da cidade do Porto, que adornavam o muro do cemitério e foram retirados em razão do vandalismo e dos furtos. Segundo Chalita (1979), eram belíssimos e feitos de louça portuguesa, sendo vários subtraídos ao longo dos tempos.

Figura 35 - Vaso português quando ainda adornava os muros do Cemitério



Fonte: Misa (2022).

Figura 36 - Vaso português.



Fonte: Ferreira (2021).

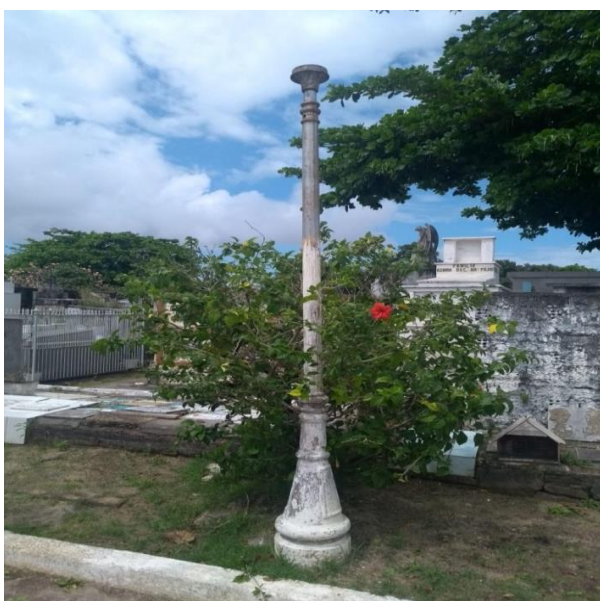
Figura 37 - Vaso português



Fonte: Ferreira (2021).

Em razão disto, os vasos foram retirados das pilastras do muro, onde foram substituídos por pinhas pintadas de branco, e colocados no guarda corpo que vai da entrada do cemitério até à capela. O segundo exemplo são postes (Figura 38) feitos pela Nova Fundição Guanabara, no Rio de Janeiro, que estão presentes por todas as ruas do cemitério, mas que hoje não funcionam mais e estão deteriorados e enferrujados

Figura 38 - Poste feito pela Nova Fundição Guanabara - RJ.



Fonte: Ferreira (2021).

Existem muitos outros objetos presentes no Cemitério Nossa Senhora da Piedade que podem nos ceder informação e memória, seja da história da nossa cidade, de Alagoas e também do Brasil. Como a primeira necrópole legalmente implantada em Maceió desde a obrigatoriedade imperial de não sepultar cadáveres em igrejas, abriga inúmeros objetos informativos, que concedem a este espaço o status de unidade de informação, tal qual um museu.

Como já informado na metodologia, os dados coletados nessa pesquisa podem ser divididos em dados de aspecto social e ambiental; geral e patrimonial. Os dados históricos sobre os cemitérios e em especial sobre o cemitério da Piedade foram apresentados no desenvolvimento teórico deste trabalho, correspondem à história do Cemitério nos seus 173 anos de funcionamento na Capital. Os dados do aspecto social e ambiental do Cemitério foram coletados por intermédio de entrevista e visitas ao Cemitério e apresentados na sessão sobre os cemitérios de Maceió.

Para finalmente trabalharmos os dados patrimoniais referentes ao Piedade, foco deste trabalho, pois somente a partir destes poderemos falar sobre os vestígios infomemoriais presentes nele, recorreremos à SEDET, na qual mantivemos contato com a Coordenadora Geral do setor de Patrimônio Histórico.

Em 2005, o PDM instituído pela Lei 5.486/2005 e assegurado pela Carta Magna de 1988, que deu mais autonomia e competência comum aos municípios, estados e Distrito Federal principalmente no que tange a políticas públicas, instituiu os cemitérios Nossa Senhora da Piedade e São José e suas respectivas capelas como Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEPs), dentre vários outros prédios municipais. A arquiteta Rafaela Cristina dos Santos Carvalho (2017), que teve as UEPs como objeto de pesquisa de sua dissertação no Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFAL, explica a razão principal das UEPs instituídas pela Prefeitura de Maceió:

A motivação para a criação dos instrumentos das UEPs partiu da constatação da existência de um elenco de imóveis isolados considerados significativos para a compreensão da evolução histórica da cidade de Maceió e que estavam em risco de desaparecimento. Então, aproveitou-se que estava em curso a construção da nova legislação urbana da cidade, o Plano Diretor, para criar o novo instrumento de proteção a essas unidades isoladas (CARVALHO, 2017, p. 15).

De acordo com os artigos 61 a 66 do PDM (2005), as UEPs podem ser públicas ou privadas, desde que sejam relevantes culturalmente para Maceió e seus habitantes. Podem ser edificações com valores históricos e arquitetônicos ou suportes físicos de manifestações culturais, como danças folclóricas, culinária e artesanato. O objetivo da criação das UEPs seria a ampliação da divulgação e controle do patrimônio cultural e manifestações populares, auxiliando na conservação destes, além de criar meios para que esse patrimônio seja integrado a atividades turísticas e culturais, com políticas públicas voltadas para esses fins, subsidiadas por incentivos fiscais. Quando o PDM foi instituído, registrou 56 UEPs.

Em matéria jornalística recente feita pela Prefeitura de Maceió e publicada em seu *site* oficial, consta que em 2021, a Coordenação Geral do Patrimônio Histórico da SEDET fez um levantamento registrando 374 edificações de valor histórico. O Centro da Cidade foi a região com maior número de edificações consideradas patrimônio edificado, com 145 imóveis, seguido pelo bairro de Jaraguá, com o registro de 130 prédios. Os bairros mapeados estão tanto nas UEPs como nas chamadas Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPs). O fato

do Centro da Cidade e o bairro de Jaraguá concentrarem a maioria dessas edificações demonstra o fato de que o processo de expansão urbana de Maceió aconteceu a partir do Centro, onde se originou a ocupação, expandindo até Jaraguá, onde há o Porto e segue depois pelas rotas comerciais que interligavam os bairros, como Bebedouro (MACEIÓ, 2021).

O cemitério da Piedade é então considerado uma das UEPs. A Coordenadora Geral do setor de Patrimônio Histórico reforçou em entrevista que não apenas o cemitério, mas também a capela, compõem uma unidade especial. Carvalho (2017) apresenta nos anexos de sua pesquisa um quadro de conservação das UEPs à época (Figura 39), onde classifica estado de conservação, estado de preservação, entorno imediato e uso, isso se referindo ao prédio em si, ao patrimônio material. O resultado para o Cemitério N.S. da Piedade foi o seguinte:

Quadro 1 – Quadro de conservação da UEP Cemitério N.S. da Piedade em 2017

QUADRO 2: ESTADO ATUAL DAS INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS PÚBLICOS (11 UEPs)

FOTO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ESTADO DE PRESERVAÇÃO	ENTORNO IMEDIATO	USO
 SITUAÇÃO ATUAL	☒ Manutenção através de benfeitorias ☐ Manutenção através de reforma ☒ Manutenção através de restauro ☐ Danos que não representam risco ☐ Danos que representam algum risco ☐ Materiais muito danificados BOM	☒ Mantem a maioria dos elementos estruturais e estilísticos originais ☐ Perda parcial de elementos estruturais e estilísticos originais ☐ Perda total de elementos estruturais e estilísticos originais ☐ Acréscimo de elementos ☐ Abertura e/ou entaipamento de vãos ÍNTEGRO	☐ Construção dentro do lote com prejuízo ao imóvel ☐ Construção dentro do lote sem prejuízo ao imóvel ☐ Construção adjacente ao lote com prejuízos ao imóvel ☐ Construção adjacente ao lote sem prejuízos ao imóvel SEM INTERFERÊNCIA	Original: Cemitério e Ig. N.S. da Piedade 2005: Cemitério e Ig. N.S. da Piedade 2017: CEMITÉRIO E IGREJA N.S. DA PIEDADE

Fonte: Carvalho (2017).

Segundo a pesquisadora, o Cemitério estava em um bom estado de conservação, com estado de preservação íntegro, sem interferências de entorno imediato em sua estrutura e, como dificilmente deixaria de ser, mantendo seu uso original de igreja e local de sepultamentos desde 2005. Nos anos de 2021 e 2022, período de nossas pesquisas de campo, fizemos a seguinte adaptação (Tabela 1) no quadro, as novidades estão com marcação em vermelho:

Quadro 2 – Quadro de conservação da UEP Cemitério N.S. da Piedade em 2022

FOTO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ESTADO DE PRESERVAÇÃO	ENTORNO IMEDIATO	USO
 SITUAÇÃO ATUAL	(X) Manutenção através de benfeitorias () Manutenção através de reforma (X) Manutenção através de restauro (X) Danos que não representam riscos (X) Materiais muito danificados REGULAR	(X) Mantém a maioria dos elementos estruturais e estilísticos originais (X) Perda parcial dos elementos estruturais e estilísticos originais () Perda total dos elementos estruturais e estilísticos originais () Acréscimo de elementos () Abertura e/ou entaipamento de vãos ÍNTEGRO	() Construção dentro do lote com prejuízo ao imóvel (X) Construção dentro do lote sem prejuízo ao imóvel () Construção adjacente ao lote com prejuízo ao imóvel () Construção adjacente ao lote sem prejuízo ao imóvel COM INTERFERÊNCIA	Original: Cemitério e Ig. N.S. da Piedade 2005: Cemitério e Ig. N.S. da Piedade. 2022: Cemitério e Ig. N.S. da Piedade.

Fonte - Adaptado de Carvalho (2017).

Carvalho (2017), na criação da tabela sobre a avaliação do estado de conservação atual das UEPs, para bem avaliar todas as 56 unidades, dividiu-as em quatro grupos distintos: instituições religiosas; instituições e órgãos públicos; propriedades particulares e monumentos; praças e mirantes. O Cemitério N.S. da Piedade se enquadra na categoria “instituições e órgãos públicos”. De acordo com a pesquisadora, as categorias foram criadas no intuito de facilitar a identificação de semelhanças e diferenças no estado de conservação de acordo com a propriedade de cada bem e também porque o Poder Público concede incentivos para cada uma de maneira diferenciada, há inclusive algumas categorias para as quais esse incentivo nem mesmo se aplica, como é o caso das instituições religiosas e órgãos públicos, que não podem receber incentivos fiscais para preservação dos imóveis.

Para cada aspecto, a pesquisadora estabeleceu uma classificação, avaliando condições externas das UEPs. No aspecto estado de conservação, Carvalho (2017) levou em consideração benfeitorias, reformas e restauros realizados nos prédios, classificando como bom, regular e ruim para o grau de conservação encontrado. Para o aspecto estado de preservação, foram estabelecidas as classificações “íntegro”, “alterado” ou “descaracterizado”. No aspecto “entorno adjacente”, foram avaliadas interferências de novas construções dentro ou no entorno das UEPs, que por serem unidades isoladas em áreas de

expansão urbana, estão sujeitas à intervenção. Para esse aspecto, há as classificações “Sem Interferência”, “Com Interferência” e “Interferência Desfavorável”. Por último, a autora utiliza o aspecto “mudança de uso” no intuito de inferir se a UEP continua com o mesmo uso da época em que foi instituída, pois há muitos prédios particulares também classificados como UEPs e uma mudança de uso pode alterar a estrutura da unidade protegida.

Quando da sua pesquisa em 2017, a arquiteta comparou o estado das UEPs do momento em que elas foram instituídas, em 2005, com o seu estado atual, doze anos depois. De nossa parte, analisaremos as conclusões da pesquisadora sobre o Cemitério da Piedade cinco anos após sua análise, em 2022. Normalmente, um cemitério não teria tantas alterações em cinco anos, porém, devido a pandemia mundial por coronavírus (Sars-CoV-2), causador da Covid-19, que somente no Brasil foi o responsável, no momento em que estão sendo escritas estas linhas, por 685.300 mortes, sendo 7.121 destas em Alagoas, como em todo Brasil, a estrutura de todos os cemitérios, no intuito de se adequar à nova demanda e evitar superlotação, foram alteradas. Sendo assim, adaptamos a tabela para a nossa pesquisa, com as seguintes observações pertinentes a atual realidade observada.

No que tange ao estado de conservação, há de fato manutenção através de benfeitorias realizadas via Prefeitura, como poda da vegetação, pintura, limpeza de túmulos e de ruas. Há também manutenção através de restauro, como a que está acontecendo há alguns anos na Igreja do Cemitério (Figuras 40, 41, 42 e 43), interditada para cultos e velórios, cuja necessidade de restauro se faz perceber desde fora da capela.

Figura 39 - Interior da capela da Piedade



Fonte: Ferreira (2021).

Figura 40 - Interior da capela da Piedade



Fonte: Ferreira (2021).

A pesquisadora também inseriu em sua tabela no quesito estado de conservação sobre não haver danos que representassem riscos, assim como não haver materiais muito danificados. Alguns túmulos de figuras ilustres como do pintor Rosalvo Ribeiro (Figura 44) estão abandonados, partes de gradis que protegiam alguns túmulos foram retirados, faltam letras de bronze em algumas lápides e pode-se encontrar pelo cemitério pedaços de alguns dos vasos portugueses do século XIX, vindos da cidade do Porto (Figura 45), além dos postes feitos pela Fundação Guanabara, do Rio de Janeiro, estarem danificados. Por isso, modificou-se o estado do quesito de “Bom” para “Regular”.

Figura 41 - Interior da capela da Piedade



Fonte: Ferreira (2021).

Figura 42 - Exterior da capela da Piedade



Fonte: Ferreira (2021).

Quanto ao estado de preservação, de fato o Cemitério mantém a maioria dos elementos estruturais e estilísticos originais, porém a partir da hora em que uma das pinhas de gesso que compõe o muro está danificada ou ausente, ou mesmo um dos vasos presente no guarda-corpo se encontra quebrado, teve-se sim, ao contrário do que Carvalho (2017) expõe em sua tabela, perda parcial dos elementos estruturais e estilísticos originais, pois estes elementos compõem a estrutura do cemitério desde o início de seu funcionamento.

Figura 43 - Túmulo do pintor Rosalvo Ribeiro (1915)



Fonte: Ferreira (2021).

Figura 44 - Resto de vaso português quebrado



Fonte: Ferreira (2021).

Ainda no quesito estado de preservação, Carvalho (2017) diz que não houve “abertura e/ou entaipamento de vãos” (CARVALHO, 2017, p. 159). De fato, no sentido estrito das palavras, não houve. Porém, se por entaipamento interpretarmos livremente, num sentido mais amplo, a Igreja interditada há anos para restauro sem servir à comunidade, de certa maneira há um lacre, o “entaipamento” de um espaço comum. Quanto à abertura de vãos, também não se aplica à necrópole desde 2005. De abertura, podemos citar apenas os lugares onde antes haviam calçamentos de paralelepípedos, que foram retirados para a abertura de covas (Figura 46). Ainda assim, mantivemos o status do quesito como “íntegro”, pois a Necrópole ainda mantém a maioria dos elementos estruturais e estilísticos.

Figura 45 - Rua aberta no Cemitério N.S. da Piedade.



Fonte: Ferreira (2021).

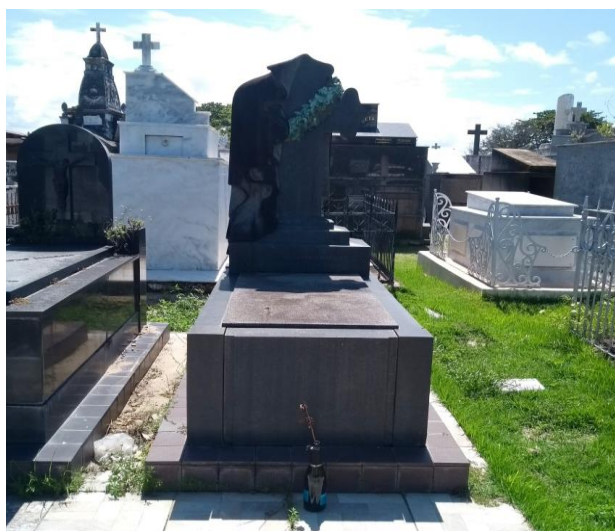
Sobre o tópico entorno imediato, concluímos que houve construção dentro do lote sem prejuízo ao imóvel, com a construção de novos ossuários e gavetas. A interferência se dá quando o imóvel sofreu alguma alteração como a construção de anexos no terreno para adequação a novos usos, mas que nem por isso intervém na leitura da volumetria do imóvel protegido. Por isso, alterou-se o status da categoria para “com interferência”.

A tabela e análise feitas por Carvalho (2017) sobre as condições do Cemitério enquanto UEP municipal levaram em consideração questões materiais da Instituição, suas condições físicas enquanto bem cultural patrimonial. No que tange a aspectos imateriais, ou ligados à relação do cemitério com a memória da cidade, essa sensibilidade e importância dada ao Cemitério ficou a cargo da equipe técnica que participou da seleção das UEPs. As arquitetas Adeciany Souza e Regina Coeli somaram suas experiências profissionais e acadêmicas sobre preservação de patrimônios e bens culturais a seus conhecimentos sobre a história de Alagoas e Maceió, contando ainda com auxílio de Edith Nogueira e Silvia Piatti, também arquitetas e que estiveram envolvidas no projeto de revitalização do bairro de Jaraguá. Elas foram o olhar técnico na seleção das Unidades e buscaram informações sobre quais aspectos imateriais estavam atrelados a cada uma das edificações. Antes mesmo de 2005, alunos do curso de arquitetura e urbanismo da UFAL já pesquisavam nas disciplinas ministradas por Regina Coeli sobre a riqueza arquitetônica de edifícios maceioenses,

principalmente na orla lagunar. Muitos desses trabalhos acadêmicos serviram de base para a seleção das Unidades.

O aspecto imaterial mais conhecido do Cemitério Nossa Senhora da Piedade se refere a uma lenda urbana, que teve o poder inclusive de modificar informalmente, para a população, o nome do Cemitério. *A Mulher da Capa Preta*, conto de terror urbano que há dezenas de anos é repassado de geração em geração na Cidade, é alimentado por um túmulo de mármore negro adornado por uma capa de pedra, pertencente à Família Sampaio Marques.

Figura 46 - Túmulo de Carolina Sampaio Marques



Fonte: Ferreira (2021).

A jornalista Carolina Sanches realizou pelo *site* G1 uma matéria sobre a estória, publicada em 02 de novembro de 2013. No texto, a jornalista explica que, no cerne da lenda repassada há décadas entre os alagoanos, consta que um homem conheceu uma bela moça em um baile e os dois ficaram juntos durante toda a festa.

A moça era linda. Quando deu meia-noite ela quis ir embora e falou para o rapaz. Estava chovendo e ele falou que a levaria em casa. O jovem então pegou a capa que trazia e a cobriu. Eles saíram e ela pediu que ele parasse na porta do cemitério, onde ela ficou. Mas, antes disse o endereço', contou Antônio Fidelis dos Santos, 77, que faz serviços de limpeza no cemitério há 35 anos e mora no bairro desde que nasceu (G1, 2013, p. 7).

No ápice da história, após chegar ao endereço dado pela acompanhante, o homem foi buscar sua capa emprestada. Chegando a casa, foi informado pelos pais da jovem que o fato

relatado por ele não fazia sentido, pois a única pessoa da família com aquele nome já havia falecido. Como o rapaz não acreditou, a família o conduziu ao túmulo da jovem no Cemitério Nossa Senhora da Piedade, que tinha sobre ele a capa empestada.

No túmulo, eixo central da lenda urbana, há a inscrição *Carolina de Sampaio Marques, nascida em 21 de março de 1869 e falecida em 22 de novembro de 1921*, em letras romanas. Segundo o jornalista Edberto Ticianeli, em matéria publicada sobre o médico alagoano Manoel de Sampaio Marques, no *site História de Alagoas* no dia 28 de maio de 2015, Carolina tratava-se da esposa do médico, que assim como ele era nascida na cidade de São Miguel dos Campos. Carolina era filha do coronel João Correia Sampaio e casou-se com Manoel em 1894. A “capa” sobre o túmulo, segundo Edberto Ticianeli (2015), representaria na verdade o manto sagrado. Manoel de Sampaio Marques, falecido em 1951, também está sepultado no Cemitério Nossa Senhora da Piedade, ao lado de Carolina.

Ainda de acordo com Ticianeli (2019), em matéria publicada em 29 de agosto de 2019 também no *site História de Alagoas*, a lenda não seria exclusividade de Maceió, sendo contada e adaptada ao redor do Brasil e até mesmo do mundo em várias versões. “A história desta misteriosa mulher em Maceió não passa de uma adaptação da lenda da mulher que dançou depois de morta, presente em vários países e no Brasil em vários estados” (HISTÓRIA DE ALAGOAS, 2019).

Porém, a lenda continua sendo perpetuada e deu origem em 1999 até mesmo a um bloco de carnaval, que uma semana antes das festividades de momo saía à noite em cortejo da frente do Cemitério da Piedade e se espalhava pelas ruas do bairro do Prado. O bloco foi fundado por Antônio Carlos Neves, mais conhecido como “Marcos Catende”, por ser natural de Catende, Pernambuco, cidade da região da Mata a 142 km de Recife, e que também fundou em sua cidade o Bloco da Mulher da Sombrinha.

O Bloco Mulher da Capa Preta deixou de existir em 2016 quando, segundo matéria feita em 25 de junho de 2020 pela redação do *site* de notícias alagoano *Tribuna Hoje*, porque houveram mudanças na legislação, que proibiam folias de rua durante a madrugada. A matéria foi feita motivada pela morte por Covid-19 do fundador do Bloco, Marcos Catende, no dia de sua publicação. Mesmo com o fim do Bloco, a lenda da Mulher da Capa Preta permanece viva, inclusive “modificando” o nome do Cemitério Nossa Senhora da Piedade, conhecido por muitos como “Cemitério da Mulher da Capa Preta”.

Figura 47 – Boneca utilizada pelo Bloco A Mulher da Capa Preta



Fonte: Fernandes (2014).

Outro aspecto importante sobre traços infomemoriais do Cemitério Nossa Senhora da Piedade são os alagoanos ilustres que estão sepultados neste considerado o primeiro cemitério da Capital. Já foram citados Linda Mascarenhas, o Pintor Rosalvo Lobo, o ex-governador e deputado federal Muniz Falcão e o médico Manoel Sampaio Marques. Porém, também estão sepultados no cemitério Erivan Alves de Almeida, o “Mestre Zinho”, sanfoneiro conhecido em todo Brasil e que fez parte do grupo “Os Três dos Nordeste”; o adolescente Élio de Lemos França, cuja morte trágica em 1954 na Cachoeira de Paulo Afonso, em excursão estudantil do antigo Colégio Guido de Fontgalland, aos 16 anos, trouxe comoção à cidade; o Coronel José Lucena de Albuquerque Maranhão, ex-prefeito de Maceió e que, quando na ativa, participou da volante que liquidou Lampião e seu bando em 1928; Pierre Chalita, outro importante pintor alagoano; um mausoléu em homenagem aos ex-combatentes alagoanos na II Guerra Mundial e o jornalista e ex-prefeito de Maceió, Jaime de Altavila. Segundo informações colhidas em veículos de mídia e na Internet, o ator, teatrólogo e jornalista Bráulio Leite e seu filho, o cenógrafo Gustavo Leite, que dá nome ao Teatro Gustavo Leite, no Centro de Convenções de Maceió, estariam sepultados no Piedade, mas não foram encontrados no sistema, podendo seus cadáveres terem sido removidos pela família para outro Cemitério.

Porém, o PDM de 2005 também contou com audiências públicas e oficinas oferecidas à população no geral e a proprietários de imóveis isolados, particulares, para que o próprio

povo e os donos dos prédios pudessem participar na escolha dessas Unidades, levando-se em consideração a memória e a história contadas e lembradas por essas pessoas. Infelizmente, poucos foram os nomes apontados por essas duas categorias de participantes, que só elegeram três exemplares para inclusão na lista das UEPs: a Praça da Faculdade, no bairro do Trapiche da Barra, a Casa da Arte, no bairro de Garça Torta e o Forno das Boleiras, no bairro de Riacho Doce, estas duas últimas no litoral norte. A participação popular foi pouca e os demais prédios que entraram na lista como, por exemplo, os dos cinemas de bairro Plaza, Rex e Lux, foi em razão do conhecimento prévio da equipe técnica de que tais locais fazem parte da memória coletiva da cidade. Carvalho (2017) faz uma crítica sobre a baixa participação popular nas audiências e oficinas:

Nesse ponto, é preciso que se faça uma crítica a essa baixa participação efetiva da comunidade nas decisões a respeito da preservação patrimonial, posto que apenas a gestão técnica de um patrimônio não é capaz de representar a coletividade. A decisão do que deve ou não ser preservado, do que irá ou não permanecer na cidade, necessita ser tomada conjuntamente por técnicos, população e proprietários dos imóveis, até para que se faça uma gestão democrática dos bens culturais, aliás como parece ser o desejo do próprio Estatuto da Cidade, que prescreve a participação popular na construção da política por meio do Plano Diretor (CARVALHO, 2017, p. 62).

Carvalho (2017) nos diz e a Coordenadora Geral de Patrimônio confirmou em entrevista que em dezembro 2009, houve o “Encontro Sobre as Unidades Especiais de Preservação no Plano Diretor de Maceió”, realizado por iniciativa da antiga Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural (DPHC) da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), em parceria com o Grupo de Pesquisa em Representação do Lugar (RELU) e custeado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), no intuito de reavaliar junto à comunidade maceioense a manutenção, inclusão de novas unidades ou exclusão de unidades da lista das UEPs. O encontro aconteceu na UFAL, com convocação aberta à população, porém mais uma vez a participação foi majoritariamente da comunidade acadêmica, professores e estudantes, mesmo com ampla divulgação na mídia.

O evento foi marcado por palestras e por grupos de trabalho que iriam escrever, baseados nas palestras e na ficha técnica das UEPs, pareceres sobre permanência, inclusão ou exclusão destas da lista de UEPs. O cemitério N.S. da Piedade, assim como outras instituições, não recebeu pareceres, segundo o levantamento feito por Carvalho (2017), os

participantes alegaram o pouco tempo do grupo para analisar todas as UEPs. Já o Cemitério e capela de São José receberam o seguinte parecer de dúvida sobre sua permanência na lista:

Igreja e Cemitério de São José: O grupo não conseguiu chegar a um consenso (sic). Há opiniões (sic) que pedem sua inserção como (sic) UEP devido à importância na história, no cotidiano da cidade; também por serem esteticamente valiosos. As opiniões (sic) contrárias defendem que há outros cemitérios mais importantes, e se formos colocar muitas obras, a cidade poderá ficar engessada. Além disso, é extremamente difícil inserir a arte tumular no universo da UEP (CARVALHO, 2017, p. 71).

Essa última afirmação sobre o Cemitério de São José ao final da citação, pode ser muito bem transferida para a necrópole N.S. da Piedade, que nem mesmo chegou a receber parecer sobre sua permanência ou não na lista de UEPs. A Instituição, existente desde 1850, inserida até os dias de hoje no cotidiano da Cidade, contendo em si parte da memória coletiva e da história do Estado como um todo, inclusive por ter sido a primeira necrópole alagoana, foi considerada, assim como o Cemitério de São José, uma UEP exclusivamente pela experiência em conhecimento da história da Cidade e sensibilidade do corpo técnico responsável pelo PDM de 2005, sem participação popular nesta escolha.

Um município pode proteger seu patrimônio cultural por intermédio de tombamento ou por meio de legislação urbanística. Em Maceió, é utilizado somente a legislação urbanística, o PDM, onde estão instituídas as ZEPs e UEPs. As Unidades Especiais se propõem a proteger não apenas os bens culturais que possuem, por exemplo, uma arquitetura exuberante, mas aqueles que, mesmo não dispondo desses atrativos, são importantes para a história e memória dos cidadãos, além de se propor também a proteger não apenas os bens materiais como os imateriais. Os instrumentos das UEPs, como mostram os artigos 64 e 62 do PDM, prometem bastante:

Art. 62. São objetivos para a criação das Unidades Especiais de Preservação Cultural do Município de Maceió:

- I – Ampliar o apoio, o controle e a divulgação do patrimônio cultural e manifestações populares, oferecendo condições para sua conservação;
- II – Criar benefícios para a conservação do patrimônio cultural e estímulo à instalação de atividades turísticas e culturais, mediante aplicação de instrumentos da política urbana e de incentivos fiscais.

Art. 64. Constituem diretrizes específicas para as Unidades Especiais de Preservação:

- I – Incentivo às manifestações culturais, inclusive às atividades artesanais e gastronômicas, e seu aproveitamento turístico;
- II – Melhoria das condições sanitárias e de acessibilidade.

- III – envolvimento da população local na conservação do patrimônio cultural;
- IV – Preservação da morfologia urbana, avaliada como suporte físico das manifestações culturais, quando for o caso;
- V – Recuperação e preservação dos mirantes para aproveitamento da sua vocação turística e de lazer;
- VI – Preservação do patrimônio histórico edificado (MACEIÓ, 2005, p. 29).

Apesar de reconhecer que atrelado a cada patrimônio cultural tangível há o patrimônio intangível, e se propor a preservá-los, conservá-los e até mesmo divulgá-los, o PDM não deixa claro como serão realizadas essas ações, tanto para o patrimônio edificado, como para as manifestações culturais. A Lei poderia ter sido mais clara e delimitar como seriam resguardadas as diferenças entre patrimônios imateriais e materiais, ainda que estes se apresentem unidos no mesmo bem cultural. Para Carvalho (2017), uma regulamentação específica para cada tipo de bem se faria necessário, visto que há diferentes exigências de regulamentação, controle e fiscalização para cada tipologia de bem cultural.

Com relação ao cemitério N.S. da Piedade, essa fiscalização e controle junto as UEPs se fez presente no caso já citado da modificação na cor das paredes do Cemitério. A SEDET foi acionada e, segundo a Coordenadora Geral do Setor de Patrimônio Histórico, a Prefeitura foi notificada em razão da descaracterização da Unidade Especial, que foi pintada novamente, com cores mais neutras (azul e branco). Tal atitude mostra que apesar das dificuldades, como a falta de pessoal no setor de Patrimônio e pelo tempo de instituição das UEPs, o PDM, nesse aspecto, segue vivo.

Se os artigos 62 e 64 do PDM de 2005 não conseguiram trazer mais divulgação ou envolvimento da população na conservação do patrimônio cultural de todas as 56 UEPs, muito menos conseguiu dar atenção necessária aos cemitérios e seus vestígios infomemoriais, nem mesmo no vasto mundo virtual da Internet encontra-se qualquer menção a estes bens públicos como locais disponíveis para pesquisa e consulta pública como um museu a céu aberto, biblioteca ou arquivo. A história e memória do cemitério N.S. da Piedade aparece na Internet através de materiais específicos da história de Alagoas ou matérias jornalísticas específicas, porém, ao contrário de outras necrópoles brasileiras e internacionais, igualmente centenárias, não existe projeto que a divulgue fora da sua função apenas de local de sepultamentos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Los muertos no tienen tiempo ni espacio”

(RULFO, 2009)

Após a coleta de dados via fontes bibliográficas e documentais, os dados coletados nas visitas e entrevistas feitas com agentes responsáveis pela estrutura física e integridade patrimonial do Cemitério e com base nos referenciais teóricos adotados, respondemos ao problema de pesquisa. Os resultados evidenciam que, no Cemitério Nossa Senhora da Piedade, as práticas existentes em nível de preservação memorial e patrimonial dos artefatos fúnebres que trazem em si traços infomemoriais importantes para a memória de Maceió e de Alagoas são ainda insuficientes, pois o órgão competente não divulga ou dissemina a condição de UEP da Instituição pública, não contribuindo para que esta seja vista e reconhecida pela sociedade para além de sua condição primordial de local de sepultamentos.

A legislação urbanística que o eleva à condição de UEP não conseguiu divulgá-lo o suficiente como tal, nem mesmo a nenhuma das outras 56 unidades. Falta de pessoal, de condições técnicas e de interesse de chefes do executivo municipal, com rotatividade a cada quatro anos, ou oito quando há reeleição, prejudica bastante o cumprimento, na íntegra, do PDM.

No início desta pesquisa, não esperávamos que houvesse ainda, junto ao Nossa Senhora da Piedade, uma movimentação na intensidade do que acontece no Père-Lachaise ou até mesmo no paulista Consolação, levando-se em consideração seu tamanho proporcional ao de Maceió, se comparado ao tamanho de São Paulo e Paris, mas que se construa uma política de divulgação e de educação patrimonial para o cemitério maceioense, em instrumentos e ações que possam informar à população sobre a sua história e trazê-la, dentro de uma perspectiva educacional, para visita a esse espaço.

A bem da verdade, existem divulgações particulares na *Internet* sobre o cemitério e outros elementos da cultura alagoana em *sites* como o *História de Alagoas*, alimentado pelo jornalista e pesquisador Edberto Ticianeli, que com seu empenho consegue deixar registradas, virtualmente, partes significativas da história alagoana. Porém, no *site* oficial da SEDET não há uma única linha sobre a importância da Instituição enquanto UEP, muito menos no portal da FMAC. Uma sintomática do desconhecimento da sociedade com relação à condição de UEP do Cemitério foi a pífia participação popular junto à produção do PDM em 2005 e na

sua revisão/renovação em 2009, ficando esta incumbência para os técnicos, mostrando ainda um desconhecimento do povo sobre a importância da Instituição e de seus traços informemoriais para a memória alagoana.

Nem sempre o tombamento é sinônimo de que determinado bem cultural será preservado, muito menos uma legislação urbanística que, apesar dos colossais esforços da equipe técnica envolvida, ficou reverberando mais no meio acadêmico do que diretamente na sociedade. Outras medidas administrativas precisam ser tomadas para que o bem cultural permaneça sendo cuidado e tais medidas também precisam ser constantes, ou seja, não podem ter um fluxo dinâmico como alguns cargos públicos de representantes eleitos pelo povo.

O cemitério, ao longo dos seus 172 anos, passa por toda uma série de descasos que envolvem furto dos mais variados, desde o sumiço dos livros mais antigos com registros do cemitério até a tentativa de extração, do “acervo” do Cemitério, de uma estátua de Jesus Cristo, grande e feita em bronze, do túmulo da Família Gomes Machado (Figura 49); a estátua quase foi levada em fevereiro de 2013, tendo a família que mandar para a restauração; outro furto comum é o de objetos de bronze como letras, crucifixos e argolas.

Figura 48 – Túmulo da família Gomes Machado.



Fonte: Ferreira (2023).

O Cemitério não está abandonado, até porque compõe a lista de necrópoles em funcionamento necessárias para a Prefeitura, mas um fato que pode ter sido determinante em sua desvalorização há algumas décadas passadas foi a chegada, aqui em Maceió desde 1973,

de outros tipos de cemitérios no estilo jardim, nos quais os túmulos se resumem a uma placa de bronze em meio a um gramado, o chamado estilo americano (Figuras 50 e 51). Muitas famílias com condições financeiras passaram a sepultar seus entes nesses lugares e o Cemitério da Piedade perdeu seu *status* de “cemitério de elite”.

Figura 49 - Pórtico do Campo Santo Parque das Flores



Fonte: Ferreira (2022).

Figura 50 - Parte interna do Campo Santo Parque das Flores



Fonte: Ferreira (2022).

Outra demonstração de descaso no Cemitério N.S. da Piedade são vários túmulos particulares com adesivos da Secretaria Municipal de Controle e Convívio Urbano (SMCCU), esperando que as famílias compareçam para regularizar a situação, o que pode representar tanto falta de recursos para manter o jazigo, quanto o interesse em novas maneiras, mais impessoais, de lidar com ritos fúnebres. Enquanto isso, o Cemitério, que em 1910 já era considerado superlotado, segue ainda realizando sepultamentos.

Figura 51 - Túmulo irregular com aviso da prefeitura de Maceió



Fonte: Ferreira (2022).

O Piedade, em razão dos traços infomemoriais que abriga, também poderia ser considerado detentor de potencialidade museológica. Porém, um museu recebe restauro e conservação, mesmo que seja a céu aberto, o que nem sempre é o caso do Cemitério. “Acreditamos que um ‘museu a céu aberto’ deve abranger a preservação dos artefatos materiais ali existentes, com o intuito de sensibilizar as comunidades a meditar sobre a consciência histórica de vida e de morte dos seus cidadãos” (BORGES, 2016, p. 2).

Por isso, é mais lógico para esta pesquisa ver o Cemitério como um grande documento a céu aberto, inclusive trazendo novamente a visão do Neodocumentalismo. O passo inicial para que também a população passe a vê-lo dessa forma seria mais divulgação, por parte da

Prefeitura de Maceió da sua condição de UEP, contando a história e as diversas camadas que interligam essa história à de Alagoas.

Que os cuidados com o Cemitério possam ir além do zelo material de “pintura e poda”, necessário, mas não suficiente em contribuir na disponibilização da Instituição para a sociedade como um lugar de pesquisa, ressignificando o cemitério de sua função fúnebre para um local no qual a população possa também estabelecer relações de pertencimento e outras apropriações do mesmo espaço, mesclando sua memória individual com a de todos, pois como diz Halbwachs (1990), toda memória individual é marcada pelo coletivo.

Outra ação que pode derivar da divulgação da condição de UEP do Cemitério será transformá-lo em espaço turístico de visitação. Em entrevista para essa pesquisa, o Coordenador da CGGSF diz ser objetivo da Prefeitura transformar o Cemitério também num espaço turístico, contando a sua história e importância. Segundo Osman e Ribeiro (2007), o cemitério é hoje “um ponto turístico consolidado nos mais diferentes países do mundo” (OSMAN; RIBEIRO, 2007, p. 3).

Carvão (2009) nos diz que uma parcela crescente de consumidores tem saído de uma zona de conforto pasteurizada, à medida que optam por novos destinos e espaços de lazer. A união entre turismo e patrimônio, além de educação patrimonial, também pode gerar renda, inserção social e comunitária, valorização dos espaços e de seu entorno, manutenção regular da área e dos próprios traços infomemoriais, dentre várias outras benesses para a sociedade.

Não é nova a prática de visitar cemitérios em rotas turísticas, Figueiredo (2015) afirma que os cemitérios edificadas no contexto do século XVIII, ou seja, quando foram proibidos os sepultamentos em igrejas por questões de saúde pública, tinham como propósito serem, além de locais de sepultamento e cultos fúnebres, também lugares onde se pudesse praticar o lazer, a recreação, educação e apreciação de monumentos, mausolés e elementos naturais existentes nos interiores desses campos dos mortos, por isso muitos eram construídos tendo ao redor uma natureza exuberante.

Ainda hoje, no que tange à recreação, em muitos lugares os cemitérios têm participação preponderante. Um bom exemplo é o *Día de los Muertos*, celebração que ocorre no México, na qual as pessoas comemoram o retorno dos seus mortos para uma visita.

A relação dúbia que os mexicanos mantêm com a morte - algo entre o medo e o fascínio - é resultado da cultura indígena dos povos nativos daquele espaço com a cultura dos espanhóis educados sob a égide do catolicismo. Não comemorado apenas em um dia, o *Día de los Muertos* faz parte do

calendário de eventos do México e, mais precisamente na Cidade do México, engloba outras manifestações que também passaram a fazer parte das comemorações ‘oficiais’ (BOTELHO; DARCIE; GOBBI, 2019, p. 202).

Segundo Ariès (1981) a necrópole medieval, assim como a igreja em si, foi o centro da vida social e até o século XVII parecia mais uma praça pública, um local de encontros. Schmitt (1999) corrobora com essa visão, quando diz que o cemitério desempenhava igualmente o papel de mercado e feira, no qual ocorriam proclamações, sentenças, anúncios, leilões, encenações, jogos, danças, tocava-se música. “Simplesmente a grande praça, [...] o lugar público por excelência” (ARIÈS, 1981, p. 75).

Nogueira (2013) nos sugere que esse pensamento começou a se modificar, na sociedade ocidental, quando se passou a questionar mais os princípios religiosos e a ciência substituiu a dimensão espiritual, havendo grande ressignificação de valores e hábitos culturais do espaço cemiterial para a sociedade. Os cemitérios passaram a ser vistos com estranheza e o estudo desses espaços é, muitas vezes, associado a ideias mórbidas e de heresias.

O retorno do interesse turístico nos cemitérios pode ter como base o que Stone (2006) classifica como uma nova modalidade de turismo, o turismo sombrio, quando os viajantes preferem visitar áreas associadas à morte, ao sofrimento e até mesmo ao macabro, locais como parques temáticos de terror, prisões, antigos campos de concentração e cemitérios, sendo que neste último a prática se daria como num campo nostálgico. De acordo com Figueiredo (2015) alguns autores distinguem as modalidades “necroturismo” e “turismo cemiterial”. O primeiro estaria vinculado a visitas a locais ditos assombrados, o que podem incluir cemitérios, chegando a utilizar aparelhos para medição de fenômenos paranormais. Já o turismo cemiterial se mantém no campo da apreciação do teor artístico, histórico e cultural dos cemitérios e seus elementos.

Quando se fala em turismo cemiterial, automaticamente o senso comum nos leva a pensar um cemitério secular dentro da rota turística de uma cidade. Porém, muitas vezes esquecemos que existem pontos turísticos famosos que nada mais são do que túmulos grandiosos e até mesmo alçados à categoria de maravilhas do mundo da antiguidade. Figueiredo (2015) cita a mais famosa, o complexo de tumbas faraônicas no Egito, as pirâmides de Gizé a Danschur, cuja visita turística contribui expressivamente para a economia do país. Outro que movimenta a economia da cidade de Agra, na Índia, é o mausoléu Taj Mahal, construído no século XVII pelo imperador Shah Jahan. É um mausoléu para sua rainha favorita, Mumtaz Mahal, que morreu ao dar à luz ao décimo quarto filho do

casal. Há ainda os túmulos do chefe de estado russo Lenin, em Moscou, construído na década de 1930, o mausoléu de Ho Chi Minh, revolucionário vietnamita que fica em Hanói e data de 1975 e o mausoléu de Mao Tsé-Tung, em Pequim. Os corpos dos três políticos citados estão embalsamados e dispostos em caixões de cristal para visitação.

Por fim, o trabalho sugere aos órgãos patrimoniais municipais, estaduais e federais, medidas de preservação e conservação preventivas do Cemitério N.S. da Piedade, bem como divulgação mais efetiva de sua condição especial de UEP. Quando se pensa patrimônio, tombamento, registro e leis urbanísticas, não é impossível que haja união na proteção de bens culturais entre os poderes municipal, por intermédio das secretarias municipais de cultura e seus órgãos específicos de patrimônio, como por exemplo, a SEDET; as secretarias estaduais de cultura e suas ramificações de proteção ao patrimônio cultural, como a SECULT e o Pró-Memória e a instância federal por intermédio do IPHAN. O mesmo bem cultural pode ser protegido por lei urbanística municipal, tombado pelo Estado e pelo IPHAN. De acordo com Coordenadora Geral do Setor de Patrimônio Histórico da SEDET, há em Maceió apenas um imóvel tombado pelo município e pelo estado: a Igreja de Nossa Senhora do Ó, no bairro de Ipioca, que é tombada pelo Estado, protegida pelo Município por intermédio do PDM de 2005 e teve sua obra de reforma viabilizada por recurso federal, apesar de não ser tombada pelo IPHAN. O caso da Igreja só reforça a necessidade de mais união e comunicação entre as três instâncias de poder, em proteção aos bens culturais brasileiros. A sugestão deste trabalho aos órgãos públicos possui o seguinte direcionamento: o Cemitério está em Maceió, mas sua localização está interseccionada também entre os territórios estadual e nacional; esse apelo servirá não apenas para o Cemitério N. S. da Piedade, como para outros bens culturais. Que outras cidades também possam identificar aspectos infomemoriais em seus cemitérios, fomentando o arcabouço de estudos sobre a informação e a memória nesses lugares, na perspectiva da CI.

Ter um cemitério como objeto de pesquisa foi, antes de tudo, ter sido tomado por um sentimento dual de fascínio e melancolia. Fascínio, porque a cada nova descoberta de traços infomemoriais do Cemitério, havia um incentivo na continuidade do trabalho; já a melancolia se apresentava mais pelo sentimento de descaso constatado junto a esse patrimônio cultural do que exatamente por ser um ambiente comumente associado à tristeza.

Há um paradoxo: o cemitério é vivo. Ali, a vida também pulsa e não apenas nos trabalhadores de carne e osso que cotidianamente estão lá para cumprir o itinerário, mas

também em informação e memória presente em cada epitáfio, foto desbotada, datas de nascimento e falecimento, objetos pessoais, inscritos em outras línguas, opulência em beleza tumular, coroas de flores recém-secas e covas rasas. No Piedade, a cada visita há um silêncio diferenciado entre os “prédios” da Necrópole, da “Cidade dos Mortos” que pode remeter à cidade de Comala, do romance *Pedro Páramo*, de Juan Rulfo, pois pelo cemitério também se ouve sons sem seres, risos velhos e vozes desgastadas pelo uso, ecos, que pelo desgaste se apagarão. Nada têm a não ser mortos e o eco de suas memórias diluídas no tempo e no espaço, mas vivas. Nem mesmo os ruídos vindos da movimentada e barulhenta Avenida Siqueira Campos parecem conseguir penetrar os velhos muros do Piedade.

A cada trecho de calçamento de paralelepípedos retirado para a abertura de uma cova rasa aos pés de um monumento, esse silêncio grita. Também é como se o espírito de algum Barão da cana de açúcar, falecido no final do século XIX, chorasse por finalmente ter que dividir o mesmo quinhão de terra com um proletário, devido ao crescimento populacional desordenado da cidade que, muito provavelmente, na época de vida deste Barão simbólico ou não, ainda tomava forma, criando ferrovias e o Porto de Jaraguá.

Ninguém quer ser esquecido. Todos querem, ainda que muitas vezes inconscientemente, ter perpetuados ao máximo o que fomos pelo tempo que estivemos aqui, marcando de alguma maneira nossa passagem. Isso se percebe latente também no cemitério, que como um todo traz representado em cada canto um desejo, uma fala, uma vontade de alguém de ter sua memória eternizada de alguma maneira, à revelia dos pragmáticos documentos de óbito que encerram ali as obrigações e deveres de cada cidadão, automaticamente inativando o Cadastro de Pessoa Física (CPF) de cada um daqueles entes. São memórias individuais, muitas vezes anônimas, e por isso mesmo também pertencem a cada um de nós, pois a memória do que somos enquanto indivíduo é formada pela memória do coletivo, a memória de todos é a memória de um; eles estão contidos em nós pelos traços infomemoriais que deixaram e nós também fazemos parte deles, por isso a necessidade de manter vivas essas marcas, preservando, mantendo e divulgando a importância deste grande documento que é o Cemitério Nossa Senhora da Piedade, cotidianamente atualizado do que fomos e do que viremos a ser.

REFERÊNCIAS

- ANTÒN, Pedro *et al.* **História Geral da Arte: Arquitetura I.** Madrid: Ediciones del Prado, 1995.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente.** Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 1977.
- ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, v. I, 1981.
- ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas.** São Paulo: Moderna, 1999.
- BARBOSA, Dalva. **As escutas do filho de santo sobre a morte:** entre o silêncio do ocidente moderno e a fala do candomblé. 2006. 215 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006.
- BANDEIRA, Luís Cláudio Cardoso. A morte e o culto aos ancestrais nas religiões afro-brasileiras. **Último Andar** v. 19, n.2, p. 33-39, abr. 2010.
- BARCELOS, Mario. **Os orixás e o segredo da vida.** Rio de Janeiro: Pallas, 1992.
- BENEVOLO, Leonardo; ALBRECHT, Benno. **As origens da arquitetura.** Lisboa: Edições 70, 2002.
- BEZERRA, Alla Moana Cordeiro de Souza; ALMEIDA, Gracione Batista Carneiro; MOTA, Denysson Axel Ribeiro. Museu como unidade de informação e preservação da memória: uma análise na fundação memorial Padre Cícero em Juazeiro do Norte. **Revista Folha de Rosto**, v. 3, p. 96-104, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/39522>. Acesso em: 12 set. 2021.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada.** Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.
- BLANQUET, Marie-France. **Documentalistes: leur histoire de 1900 à 2000.** Mayenne : Canopé, 2014.
- BOECKEL, Cristina. Cemitério São João Batista, Rio, é o 1º da América Latina a ter mapa virtual. **G1**, Rio de Janeiro, 08 de out 2015. Rio. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/10/cemiterio-sao-joao-batista-rio-e-o-1-da-america-latina-ter-mapa-virtual.html>. Acesso em: 10 set. 2022.
- BORGES, Maria Elízia; SANTANA, Marissol M; BIANCO, Sabrina Del. Arte funerária no Brasil: possibilidades de interagir nos programas de ensino, de pesquisa e de extensão na universidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 13, 2004, Brasília. **Anais eletrônicos** [...] Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 192-200.
- BORGES, Maria Elizia. **Imagens devocionais nos cemitérios do Brasil.** In: XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS. São Paulo: ANPAP, 2001.

BORGES, Maria Elizia. **Cemitério de la Recoleta**: “O melancólico prazer de contemplá-lo.” Brasília: ANPAP, 2003.

BORGES, Maria Elizia. O cemitério como “museu a céu aberto”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL IMAGENS DA MORTE: TEMPOS E ESPAÇOS DA MORTE NA SOCIEDADE, VII, São Paulo: Imagens da morte. **Anais** [...] São Paulo, 2016.p. 20-35. Recurso digital. Disponível em: <https://www.artefunerariabrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/08/texto-final-cem.-museu-imagens-da-morte-2016.pdf>. Acesso em: 01 set. 2022.

BOTELHO, Daira Martins; DARCIE, Marina; GOBBI, Maria Cristina. Día de los Muertos no México: Uma análise folkcomunicacional. **Revista Internacional de Folkcomunicação (RIF)**, v. 17, n. 38, p. 200-216, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6317/631766286012/html/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit, 1951, 48p. Disponível em: <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>. Acesso em: 5 de mai 2014.

BROOKES, B. C. The foundations of information science. Part I: Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, Amsterdã, v. 2, n. 3./4., p. 125-133, 1980.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

CALABRIA, Carla; MARTINS, Raquel. **Arte, História & Produção, 2: arte ocidental**. São Paulo: Editora FTD, 1997.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria L. Ferreira. São Paulo. Contexto, 2011.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 14 set. 2021.

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade; NAPPI, Sérgio Castello Branco. Cemitérios como fonte de pesquisa, de educação patrimonial e de turismo. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v.2 n.2, jul/dez de 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/60/73>. Acesso em: 23 set. 2021.

CARVALHO, Rafaela Cristina dos Santos. **A proposta de Salvaguarda das Unidades Especiais de Preservação (UEPS) de Maceió: Uma Avaliação Após 11 Anos de Instituição do Instrumento Urbanístico**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – FAU, Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió, 2017.

Disponível em:

<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss321.pdf>.

Acesso em: 14 set. 2022.

CARVÃO, Sandra. Tendências do turismo internacional. In: **Organização Mundial de Turismo**, número temático – turismo e patrimônio, 2009. Disponível em:

<http://www.exedrajournal.com/docs/S-tur/02-Sandra-Carvao-32.pdf>. Acesso em: 17 fev.2022.

CAVALCANTE, Regina Barbosa Lopes. **A preservação do cemitério Nossa Senhora da Piedade como patrimônio para Maceió-AL**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/5515/1/A%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20cemit%C3%A9rio%20Nossa%20Senhora%20da%20Piedade%20como%20patrim%C3%B4nio%20para%20Macei%C3%B3-AL.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

CHALITA, Pierre et al. **Alagoas**: roteiro cultural e turístico. Maceió, 1979.

CHARLET, Christian. **Le Père-Lachaise**: au coeur du Paris des vivants et des morts. Paris: Gallimard, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: editora UNESP, 2001.

CNBB. **Catecismo da Igreja Católica**: Edição típica Vaticana. São Paulo: Loyola, 2000.

CORREIA, Maria Cristina Salles. **A informação como conhecimento registrado**. 2017.253p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília. Brasília, 2017. pp. 24 a 65. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24860/1/2017_MaraCristinaSallesCorreia.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

CUÉLLAR, Javier Pérez de (org.). **Nossa diversidade criadora**: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. São Paulo: Ed. Papirus, 1997.

DIXON, Paul. **O chocalho de Brás Cubas**: uma leitura das Memórias Póstumas, São Paulo: Nankin: EDUSP, 2009.

DUARTE, N. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

FACIOLI, Valentim. **Um defunto estrambótico**: análise e interpretação das Memórias póstumas de Brás Cubas. São Paulo: Nankin Editorial, 2002.

FERNANDES, Paulo César da Conceição. **As origens do espiritismo no Brasil**: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914). 139 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, UNB, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6322/1/2008_PauloCesarCFernandes.pdf Acesso em: 02 set. 2022.

FERREIRA, Arnaldo. Prefeitura de Maceió acaba com 'máfia dos túmulos'. **Gazeta de Alagoas**, Alagoas, ano 88, 30 out. 2021. Política, p. B1.

FERREIRA, Rubens da Silva; COSTA, Érica Elaine. Compreendendo a imigração espanhola no Pará (1866-1899): um estudo a partir das passagens grátis como fontes de informação. **TransInformação**, Campinas, n. 23, v. 1, p. 51-61, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/697/1/Compreendendo%20a%20imigra%C3%A7%C3%A3o%20espanhola%20no%20Par%C3%A1%20%281896-1899%29.pdf> Acesso em: 05 de set. 2021.

FIGUEIRA JUNIOR, Oseas Batista. **A ordem médica sobre o alagadiço: higienismo e epidemias na Alagoas Oitocentista (1850-1882)**. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) -Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFAL_b4909fd457187793964ee3f3b8e2874c. Acesso em: 12 set. 2021.

FIGUEIREDO, Olga Maíra. Turismo e Lazer em Cemitérios: Algumas Considerações. **Cultur - Revista de Cultura e Turismo**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 248-257, fev. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1794/2370>. Acesso em: 12 fev. 2022.

FROHMANN, Bernd. Knowledge and power in information science: toward a discourse analysis of the cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, v. 48, n. 4, 1995, p. 365-386. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.456.6634&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

FROHMANN, Bernd. **Documentation redux**: prolegomenon to (another) philosophy of information. *Library Trends*, v. 52, n. 3, p. 387-407, win. 2004.

FROHMANN, Bernd. Reference, representation, and the materiality of documents. In: **Colóquio Científico Internacional da Rede MUSSI**. 2011. Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011.

FROHMANN, Bernd. Revisiting “what is a document?” **Journal of documentation**, v. 65, n. 2, 2009.

FUNDADOR do bloco 'A Mulher da Capa Preta', Marcos Catende morre aos 65 anos. **Tribuna Hoje**, 2020. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2020/06/25/75639-fundador-do-bloco-a-mulher-da-capa-preta-marcos-catende-morre-aos-65-anos>. Acesso em: 25 de jan. de 2023.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **EAD - Série Educação à Distância**. Rio Grande do Sul: Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Dias. **Odorico, o bem amado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

GONDAR, Jô. Memória Individual, Memória Coletiva, Memória Social. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, p. 1-6, 2008.

Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>. Acesso em: 15 fev. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HANDA, Francisco; A construção do imaginário da morte nas cerimônias memoriais budistas. **Revista Nures**, São Paulo, n. 9, p. 195-204, mai/set. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/7340>. Acesso em: 9 set. 2022.

HENRIQUES, Ana Cândida Vieira. **Sobre a morte e o morrer: concepções e paralelismo entre o Catolicismo Romano e o Budismo Tibetano**. 2014. 261 f. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4243/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

HJØRLAND, Birger. **Theoretical development of information science: A brief history**. 2014. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/scholar_url?url=https://curis.ku.dk/portal/files/126759670/IPM.docx&hl=ptBR&sa=X&ei=5skMYfijJaXFQKM5IXwAw&scisig=AAGBfm25x4mrOs4SQyjfPHFn89vGY5wF0Q&oi=scholar Acesso em: 05 set. 2021.

MEYRIAT, Jean. **Document, documentation, documentologie**. Schéma et Schématisation, Paris, n. 14, p. 51-63, 1981.

JORGE, Maria Helena P. de Mello; LAURENTI, Ruy; DI NUBILA, Heloisa Brunow Ventura. O óbito e sua investigação. Reflexões sobre alguns aspectos relevantes. **Rev Bras Epidemiol**, São Paulo, v. 4, n.13, p. 561-576, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/sb5htyMYxcQjnjdTjVZ99jp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 jul. 2021.

LARAIA, Roque de Barros. Jardim do Éden revisitado. **Revista de Antropologia**, Brasília, v. 40, n.1, p. 149-164, jan. 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27065/28837>. Acesso em: 9 set. 2022.

LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. São Paulo: Unicamp, 1990.

LIMA JUNIOR, Felix. **Cemitérios de Maceió**. Maceió, 1983.

LOUREIRO, Altamir Macedo Lahud. A consciência da morte e a alienação sobre o morrer. In A. M. L. Loureiro, **A velhice, o tempo e a morte**. Brasília, DF: EdUnB. 2000.

MÂLE, Emile. **The Gothic image. Religious art in France of the thirteenth century** (trad. Dora Nussey). Icon, 1972.

MASAGÃO, Marcelo. **Nós que aqui estamos por vós esperamos**. YouTube, 20 jun 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_2yhj0EB_kI&ab_channel=marcelomasagao. Acesso em: 17 jul 2022.

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. Patrimônio, Turismo Cultural e Educação Patrimonial. **Educ. Soc**, v. 36, n. 133, p. 1059-1075, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6DS4HvLb67DQC7ZnxHHQSzy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 fev. 2022.

MELO NETO, J. C. de. **Obra completa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguila, 1999.

MORALES, Lúcia Arrais. Nós Que Aqui Estamos Fizemos Por Vós. **Baleia na Rede - Revista online do Grupo Pesquisa em Cinema e Literatura**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 191-203, dez. 2009. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/BaleianaRede/Edicao06/7_NOS_QUE_AQUI_ESTAMOS_fizemos_por_vos.pdf. Acesso em: 9 jul. 2022.

NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Concepção Infomemorial no Campo da Ciência da Informação: Aspectos Teóricos e Epistemológicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17, 2016, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016>. Acesso em: 15 jan. 2023.

NEVES, Ana. Serendipidade: Acaso e Perspicácia, PT. **Kmol**. Coimbra, 18 jan. 2012. Disponível em: <https://kmol.pt/blog/2012/01/18/serendipidade-acaso-perspicacia/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss321.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

NOGUEIRA, Renata de Souza. Descobrimos o art-déco no Cemitério São João Batista. In: SEMINÁRIO DECOMOMO BRASIL - interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente, 9., 2011, Brasília. **Anais [...]** Brasília, 2011. p. 1-14.

NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História, n.10, p.7-28, 1993.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopez Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DatagramaZero** - Revista de Ciência da Informação, São Paulo, v. 11, n.2, p. 191-203, abr. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45489>. Acesso em: 9 jul. 2022.

LARA, Maria Lopez Ginez de.; ORTEGA, Cristina Dotta. Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação. In: CONGRESO ISKO, 2011, Ferrol, 2011. **Anais**[...] La Coruña: Universidade da Coruña, 2012. p. 371-387. Disponível em: Disponível em: http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/11621/1/CC_132_art_23.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A Noção de Documento Desde Paul Otlet e as Propostas Neodocumentalistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília. **Anais** [...] Marília: UNESP, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/schedConf/presentations. Acesso em: 15 jan. 2023.

OSMAN, Samira Adel; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. Arte, história, turismo e lazer nos cemitérios da cidade de São Paulo. **Licere**, Belo Horizonte, v. 10, n.1, p. 1-15, abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/946/739>. Acesso em: 09 jul. 2021.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf. Acesso em: 20 jan 2023.

PAIXÃO, Tales Aciole. **Plano de inserção de um crematório na cidade de Maceió-AL**. Maceió, 2005. 61 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo). FACET, CESMAC, FEJAL.

PESAVENTO, S. J. A cidade maldita. In: SOUZA C.F. de; PESAVENTO, S. J. (org.). **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre, 2008.

PIMENTEL, Luz Aurora. Los caminos de la eternidad: el valor simbolico del espacio em Pedro Páramo. **Revista Canadiense de Estudios Hispánicos**. Canadá, v.16, n.2, p. 267-291. 1992. Disponível em: Acesso em: 12 jan. 2023.

PINEZI, Ana Keila Mosca. O sentido da morte para protestantes e neopetencostais. **Paideia**, Santo André, v. 19, n.43, p. 199-209, mai-ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/74BKrq5zGXTYSKJZzPcMcPj/abstract/?lang=pt#:~:text=A%20morte%2C%20entre%20eles%2C%20%C3%A9,relacionadas%20%C3%A0%20cura%20do%20corpo>. Acesso em: 02 set. 2022.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIRICO, Tamara. As funções do Juízo final como imagem religiosa. **História**, São Paulo, v. 19, n.1, p. 120-148, out./mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/yLSPR54PqMGmrskdyPpRYbd/>

[abstract/?lang=pt#:~:text=The%20functions%20of%20the%20Last%20Judgement%20as%20religious%20image&text=O%20texto%20concentra%20a%20an%C3%A1lise,sociedades%20que%20criaram%20essas%20imagens](#). Acesso em: 02 set. 2022.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **O céu aberto na terra**: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana. São Paulo: Ed. Necrópolis, 2006.

REBELO, Natália Cecília. **Fontes de informação na representação do imaginário social**: o caso do cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/69730>. Acesso em: 6 set. 2021.

RIBEIRO, Diego Lemos; BRAHM, José Paulo Siefert; TAVARES, Davi Kiermes. Entre a vida e a morte: cemitérios, em si próprios, são museus? **Interfaces Científicas - Humanas E Sociais**, Pelotas, v. 6, n. 3, p. 27-36, mar. 2018. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2813/1840>. Acesso em: 6 set. 2021.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François *et al.*, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RULFO, Juan. **Pedro Páramo**. Santiago de Chile: Editorial RM, 2009.

SAGREDO FERNÁNDEZ, Felix.; IZQUIERDO ARROYO, José Maria. **Concepción lógico-lingüística de la Documentación**. Madrid: IBERCOM, 1983. 440 p.

SALDANHA, Gustavo Silva. O “fabuloso” antílope de Suzanne Briet: a análise e a crítica da análise neodocumentalista. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/177910>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SALDANHA, Gustavo Silva. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 65-88, jan/jun. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53764>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SASAKI, Ricardo. **O Caminho Contemplativo**: um guia para meditação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANCHES, Carolina; COSTA, Waldson. Maior cemitério público de Maceió coloca em risco a saúde da população. **G1**, Maceió, 24 de abr 2013. Alagoas. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/04/maior-cemiterio-publico-de-maceio-coloca-em-risco-saude-da-populacao.html>. Acesso em: 15 set. 2022.

SANCHES, Carolina. Lenda da Mulher da Capa Preta faz parte da história de cemitério em AL. **G1**, Alagoas, 02 de nov 2013. Maceió. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/11/lenda-da-mulher-da-capa-preta-faz-parte-da-historia-de-cemiterio-em-al.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

SERENDIPIDADE. In: PRIBERAM, **Dicionário da Língua Portuguesa**. Porto: Priberam, 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/serendipidade>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico. Porto, POR: Ed. Afrontamento, 2006.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Mnemosyne infor-comunicativa: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, Joao Pessoa, v.24, n.1, p.135-143, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91403> . Acesso em: 01 set. 2014.

SMIT, Johanna Wilhelmina. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 81-85, 1993 Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/000866736.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021

SPANG-HANSEN, Henning. How to teach about information as related to documentation.. **Human IT**, United Kingdom, v. 5, n. 1, p. 1-13. 2001. Disponível em: <http://etjanst.hb.se/bhs/ith/1-01/hsh.htm>. Acesso em: 12 set. 2021.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida:percalços de uma pesquisa(dora?) **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, n. 37, v. 2, p. 119-126, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/rvCVnHXs6RSXnK7vBgDGL5t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de set. 2022.

STONE, Philip R. **Dark tourism spectrum**: Towards a typology of death and macabre related tourist sites, attractions and exhibitions. In: *Tourism*, v. 54, n.2, 2006: 145-160.

SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Patrimônio cultural material e imaterial - dicotomia e reflexos na aplicação do tombamento e do registro. **Políticas Culturais em Revista**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 120-137, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pcultura/article/view/5014>. Acesso em: 15 fev. 2022.

TICIANELI, Edberto. Dr. Sampaio Marques, médico, escritor, professor e político. **História de Alagoas**, Alagoas, 28 de mai 2015. Maceió. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/sampaio marques.html#:~:text=Sampaio%20Marques%20teve%20participa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica,do%20ent%C3%A3o%20governador%20Gabino%20Besouro>. Acesso em: 20 jan. 2023.

TICIANELI, Edberto. A trágica morte do jovem Elio Lemos. **História de Alagoas**, Alagoas, 28 de abr 2016. Maceió. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/elio-lemos-franca.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

TICIANELI, Edberto. A Mulher da Capa Preta de Maceió. **História de Alagoas**, Alagoas, 29 de ago 2019. Maceió. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/a-mulher-da-capa-preta-de-maceio.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Comissão Nacional de Cabo Verde para Unesco**. Cabo Verde: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://cvunesco.org/cultura/patrimonio-materia>. Acesso em: 18 set. 2022.

VALERA, Lúcio; **Morte no hinduísmo**: transmigração e libertação. **Religare**, Juiz de Fora, v. 4, n.13, p. 1-18, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/religare/article/view/15877>. Acesso em: 09 set. 2022.

VASC, Faell. Turismo no Cemitério São João Batista, RJ. **FaellVasc**. São Paulo, 28 nov. 2020. Disponível em: <https://faellvasc.com.br/cemiterio-sao-joao-batista/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

VERÍSSIMO, Érico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VILLASEÑOR RODRIGUEZ, Isabel. **Los instrumentos para la recuperación de La información**: las fuentes. Madrid, ES: Ed. Síntesis, 1998.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório**: ou o trabalho de luto. São Paulo: Unesp, 2010.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA GERAL
DO SETOR DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA SEDET**

- 1 - Como surgiu a ideia de se incluir no PDM de 2005 as Unidades Especiais de Preservação Cultural?
- 2 - Como se deu o processo de escolha dessas UEPs?
- 3 - Por que os dois cemitérios foram escolhidos para UEP?
- 3 - O que exatamente é considerado bem cultural nesses cemitérios? A Capela está inclusa?
- 4 - Qual é hoje o papel do Setor de Patrimônio Histórico da SEDET junto a essas UEPs? Como trabalha o setor em prol do patrimônio na Prefeitura?
- 5 - Quais foram as novidades derivadas do Encontro Sobre as Unidades Especiais de Preservação no Plano Diretor de Maceió de 2009?
- 6 - Quais as dificuldades encontradas na divulgação das UEPs para a sociedade e no trabalho do Setor de Patrimônio?
- 8 - Qual o papel da Fundação Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Cultura nesse trabalho?
- 9 - Há algum tipo de relação/interferência junto às UEPs que envolva Estado (Secult) ou Governo Federal (Iphan)?
- 10 - No acontecimento de 2021, onde a Prefeitura de Maceió pintou o cemitério com as cores da atual gestão e no outro dia repintou com cores neutras, teve algum tipo de interferência da SEDET?

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O COORDENADOR GERAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS DA SUDES

1 – Há uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), mais especificamente a Resolução nº 335 de 03 de abril de 2003, que dispõe sobre licenciamento ambiental sobre cemitérios, o que tem sido feito junto aos cemitérios maceioenses para obedecer esta resolução?

2 – Quais as medidas hoje tomadas pela Coordenação Geral de Gestão de Serviços Funerários (CGGSF) para diminuir os sepultamentos diretamente no solo, em proteção ao lençol freático?

3 – Vocês têm uma estimativa de quantas gavetas e ossuários foram construídos nos cemitérios desde o início do trabalho dessa equipe à frente da CGGSF?

4 – Como funcionava o grupo criminoso chamado pelo Jornal Gazeta de Alagoas de “Máfia dos Túmulos” e como foi desbaratado pela justiça/polícia e pela CGGSF?

5 – Como a Central de Sepultamentos, criada em 2021, tem auxiliado a população?

6 – Existe algum tipo de parceria entre a SUDES, via CGGSF, e a SEDET, que cuida do Cemitério da Piedade enquanto UEP?

7 – A CGGSF se ocupa de mais alguma atividade com relação aos cemitérios ou existe algum outro órgão na SUDES que seja responsável por limpeza e poda?

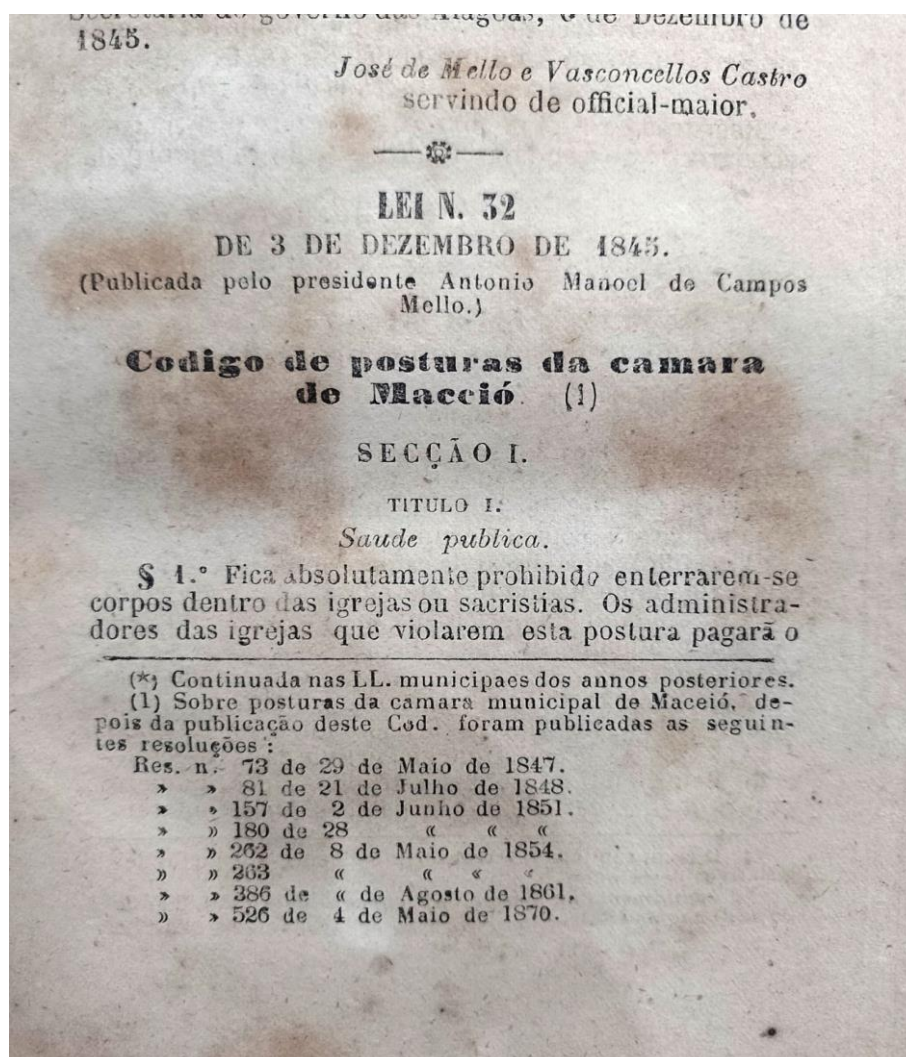
7 – Nos cemitérios mais antigos, como por exemplo, o Piedade e o São José, é possível acessar informações da época em que foram fundados ou de, no mínimo, cinquenta anos passados?

(Pergunta adicional sobre o incêndio no São José e o roubo de livros no Piedade)

8 – Quais os principais atos de vandalismo dos quais os cemitérios são alvos?

9 – Como está a situação do Cemitério Santo Antônio, em Bebedouro, após o Caso Braskem?

**ANEXO A – LEI Nº 32 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1845 - CÓDIGO DE POSTURAS
DA CÂMARA DE MACEIÓ**



dez mil réis. Esta disposição terá seu effeito somente depois de estabelecidos os cemiterios fóra da cidade, ou de se terem designado pela camara municipal os logares em que se devam fazer os enterros provisoria ou definitivamente.

§ 2. Nos logares que fôrem destin dos provisoria ou definitivamente para os enterros, não se poderá abrir nova sepultura, em cova ou catacumba já occupada por outro cadaver, nem as sepulturas serão abertas para qualquer fim, antes do prazo de dous annos sendo em catacumba e de tres annos nos jazigos ordinarios, salvo se fôr por ordem dos magistrados, os quaes ficam obrigados neste caso a empregar as convenientes cautelas sanitarias: as covas ordinarias e catacumbas não ficarão abertas por mais de vinte e quatro horas: os infractores pagarão dez mil réis de multa.

§ 3. Fica provisoriamente designado o cercado do —Marinho—além da levada, e o campo do matadouro publico para enterramento dos animaes e carnes, precedendo contrato com o dono do terreno, que para este fim se designar, ou na falta de contrato, se fará a desapropriação do mesmo terreno, na forma das leis em vigor. Os que enterrarem em outros logares pagarão tres mil réis de multa: e os que deixarem de enterrar pagarão o duplo. Em um e outro caso não tendo os infractores com que pagar, soffrerão os primeiros tres dias de cadeia, os segundos o duplo. Os que se oppozerem aos enterramentos nos logares acima designados, soffrerão a multa de seis mil réis, ou seis dias de cadeia.

§ 4. Todos os corpos que se enterrarem deverão ficar abaixo da superficie da terra pelo menos seis palmos sendo a terra bem socada, e devendo além disto não haver mais de um corpo em cada cova, salvo se entre um e outro ficar uma camada de terra da altura de outros seis palmos: os que o contrario praticarem pagarão dois mil réis de condemnação, e não tendo com que pagar, soffrerão vinte e quatro dias de prisão.

§ 5. Nenhum corpo será dado á sepultura, tendo a morte sido repentina, sem previa participação á autoridade de policia, a qual nomeará um facultativo para examinar o dito corpo, e quando haja suspeita de propinação de veneno, ou de ter sido morto por qualquer outro modo violento, não será enterrado sem se proce-

(149)

der á autopsia e exames necessarios para conhecer a existencia, ou não existencia do delicto; em todos estes casos o facultativo declarará quando deve ser sepultado. Os infractores pagarão de cinco a dez mil réis de condemnação, e não tendo com que pagar, soffrerão tres a cinco dias de prisão.

§ 6. Nenhum corpo de qualquer tamanho que seja, será conduzido á sepultura sem ser em caixão fechado e coberto com panno, quando a enfermidade de que fallecer poder produzir contagio: os que se acharem culpados por contravenção a esta postura, pagarão dez mil réis de multa, e se não tiverem com que pagar, soffrerão cinco dias de cadeia.

TITULO II.

Sobre venda de generos e remedios, e sobre boticas.

§ 1. Os que venderem ou tiverem á venda quaesquer generos solidos ou liquidos, corrompidos ou falsificados, serão multados em dez mil réis, e na reincidencia em vinte mil réis: o fiscal fará conduzir ao deposito publico os ditos generos para terem o destino que lhes fór dado por sentença.

As carnes ou peixes que estiverem damnificados serão logo enterrados ou lançados ao mar.

§ 2. É prohibido abrir boticas sem licença da camara municipal: o contraventor pagará a multa de dez a trinta mil réis.

§ 3. Todo o boticario que vender remedios corruptos ou já inutilizados pelo tempo, incorrerá nas mesmas penas do § 1.º e com as mesmas clausulas.

§ 4. O boticario que vender remedio sem receita de professor autorizado para curar, pagará seis mil réis de multa, salvo se o remedio fór de natureza innocuissima. Os vendedores de drogas que, sem serem boticarios approvados, venderem em doses miúdas substancias venenosas e suspeitas, ou remedios muito activos, quer sem receita de professor, quer com ella; assim como os individuos que venderem as ditas substancias em grande porção (ainda que boticarios sejam) a escravos e pessoas desconhecidas, suspeitas, ou que não precisem dellas no exercicio de sua profissão; soff-

(130)

frerão a multa de dez a trinta mil réis, sem prejuizo das penas mais graves que poderem soffrer das justicas criminaes, na conformidade das leis.

§ 5. O boticario que introduzir nos remedios mais ou menos drogas, ou drogas diversas daquellas que se contiverem na receita do facultativo, pagará a multa de dez a trinta mil réis e dez dias de cadeia.

§ 6. Todo o boticario será obrigado a aviar as receitas que se exigirem a qualquer hora da noite: no caso de se recusarem pagarão dez mil réis de multa.

§ 7. Os autos de achada e violação, nos casos dos §§ 3.º e 5.º deste titulo, serão feitos na presença do respectivo fiscal e dos professores por elle convocados, na falta de os haver pela camara nomeados.

§ 8. Nenhum facultativo ou boticario poderá curar e exercêr sua arte dentro do municipio sem ter apresentado suas cartas na camara, onde ficarão registradas: o contraventor será multado em dez mil réis.

Os estrangeiros porém serão obrigados, além de apresentarem seus diplomas, a justificar a identidade de pessoa.

TITULO III.

Esgotamento de pantanos e aguas infectas, e tapamento de terrenos abertos.

§ 1. Aquelle que tiver algum terreno pantanoso dentro das ruas desta cidade onde se estagnem aguas, será obrigado a atterra-lo dentro do prazo que ordenar o fiscal, em consequencia do exame do pantano que o mesmo fiscal deverá fazer com dous peritos, tendo-se desse exame lavrado auto circunstanciado: findo o prazo, não estando concluido o aterro, será condemnado em dez mil réis, e lhe prorogará mais o tempo que o fiscal julgue necessario para conclui-lo, finda a qual prorogação, se julgará ter reincidido na contra-venção e pagará de multa trinta mil réis, e então mandá-lo-ha acabar de aterrar á custa do possuidor.

§ 2. Aquelle que tiver terreno proprio ou aforado no alinhamento das ruas desta cidade deverá tapa-lo no prazo de um anno, de maneira que nelle se não possa

**ANEXO B – LEI Nº 54 DE 14 DE JUNHO DE 1893 - GABINO BESOURO -
LOTÉRIAS PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO CEMITÉRIO**

LEI N. 54

DE 14 DE JUNHO DE 1893

Dispõe acerca de loterias

Gabino Besouro, Governador do Estado de Alagoas :

Faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1.º Ficam concedidas tantas loterias quantas forem precisas para produzir em benefícios a quantia de 600:000\$000, distribuídas pelos beneficiários constantes da tabella abaixo.

Art. 2.º As loterias serão extrahidas por contracto com pessoa idonea, que se obrigará :

- 1.º a submeter a approvação do Governo os planos ;
- 2.º a dar como beneficio a porcentagem que o Governo determinar ;
- 3.º a satisfazer todas as despesas com as extracções ;
- 4.º a recolher ao Thesouro do Estado no menor praso possível, não excedendo de 30 dias, contados das extracções, as importancias dos beneficios, não lhe sendo permittido effectuar extracção alguma sem que o beneficio da anterior esteja recolhido.

Art. 3.º O contractante prestará fiança da quantia marcada pelo Governo para garantia da responsabilidade assumida para com o Estado, ficando ainda sujeito pela inobservancia das clausulas de seu contracto á multa de quinhentos mil réis a quatro contos, e ás penas comminadas nas leis do Paiz, no caso de falta de cumprimento das obrigações contrahidas para com o publico.

Art. 4.º Os bilhetes não vendidos ficarão a conta do contractante e a seu favor prescreverão, depois de um anno contado das extracções, os premios não procurados durante aquelle periodo.

Art. 5. Fica prohibida a venda de bilhetes de loterias de outros Estados onde não tiverem livre curso os das loterias alagoanas, sendo a infracção punida com a multa de cem mil réis e a apprehensão dos bilhetes.

Art. 6. Não poderão ser impressos os bilhetes de cada loteria sem que o Governo tenha determinado a que instituição ou instituições das comprehendidas na tabella abaixo deverá pertencer o respectivo benefício.

Art. 7. O Governo mandará entregar os productos de loterias em vista do plano e orçamento das obras a executar-se ou de documento que justifiquem plenamente quaesquer outras despesas a fazer-se.

Art. 8. O Governo exercerá immediata fiscalisação do emprego do producto das loterias e determinará a prestação de contas perante o Thesouro do Estado.

Art. 9. E' creado um fiscal a cujo cargo ficarão todos os negocios relativos á loterias e a quem incumbirá presidir as extracções.

Art. 10. O fiscal será nomeado em commissão e terá em remuneração de seu trabalho 1/8 de 1 % sobre o capital de cada loteria, não devendo esse estipendio exceder de 200\$000, nem ser menor de 100\$000.

Art. 11. O Governo expedirá o necessario regulamento para as extracções e nelle estabelecerá as obrigações do fiscal.

Art. 12. Ficam revogadas a Lei n. 980, de 23 de Junho de 1886, e quaesquer outras disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de Alagoas em Maceió, 14 de Junho de 1893, 5. da Republica.

GABINO BESOURO

Francisco de A. Hollanda Cavalcanti.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda aos 14 de Junho de 1893.

O Inspector interino,

Januario Domingues Espindola.

TABELLA A QUE SE REFERE A LEI N. 54 DESTA DATA

Para o Monte-pio dos funcionarios estadoaes.....	80:000\$000
Para a construcção de um theatro em Maceió.....	100:000\$000
Para a escola pratica de artes e officios e agricultura a fundar-se	50:000\$000
Para as obras do riacho Maceió.....	40:000\$000
Para o Asylo de Alienados.....	40:000\$000
Para o estabelecimento de officinas na cadeia de Maceió	40:000\$000
Para o hospital de caridade de Maceió.....	30:000\$000
Para deseccação de pantanos em Maceió e outras medi- das hygienicas.....	30:000\$000
Para um novo cemiterio em Maceió.....	20:000\$000

— 25 —

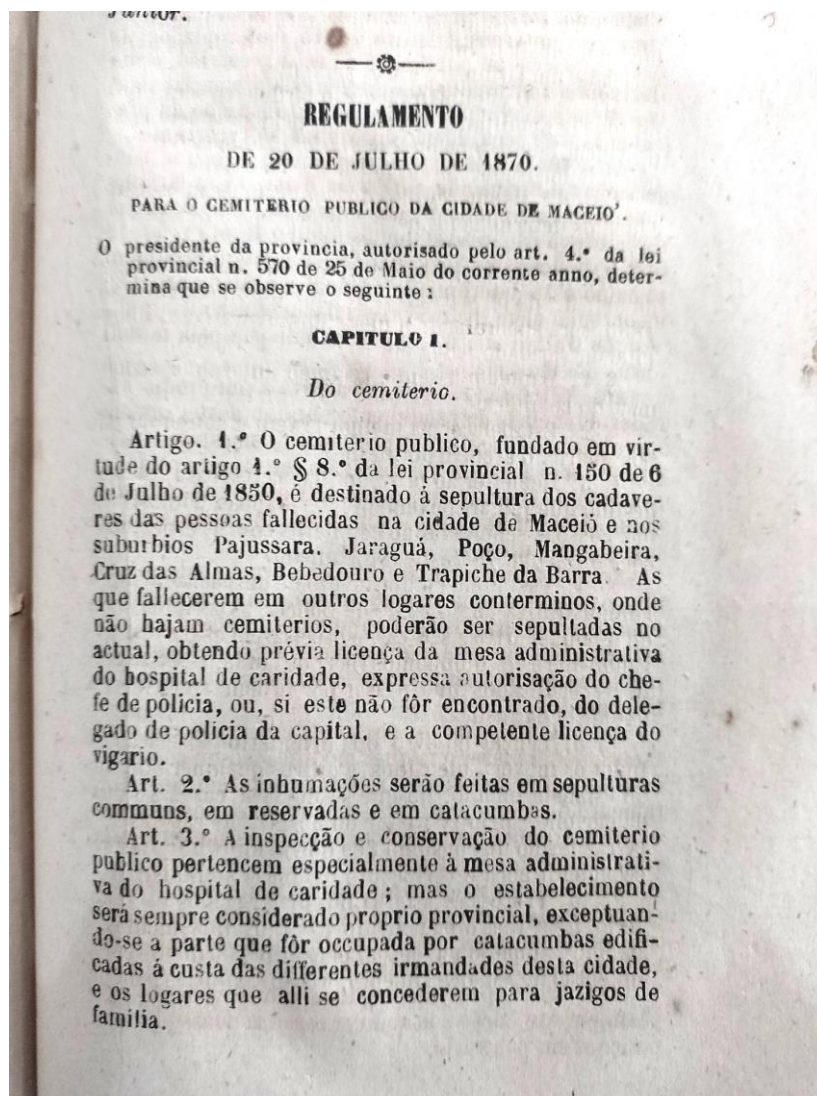
Para o hospital de caridade do Penedo.....	20:000\$000
Para um novo matadouro em Maceió.....	20:000\$000
Para o cemiterio de Atalaia.....	4:000\$000
Para o cemiterio da Viçosa.....	4:000\$000
Para o cemiterio do Parahyba.....	3:000\$000
Para o cemiterio da Lage.....	3:000\$000
Para o cemiterio da União.....	4:000\$000
Para o cemiterio de S. Miguel.....	4:000\$000
Para o cemiterio do Muricy.....	4:000\$000
Para o cemiterio de Porto Calvo.....	4:000\$000
Para a deseccação da lagôa <i>Cunduca</i> na cidade do Pas- so, aterro de um becco em frente á ponte da mes- ma cidade, auxilio á reedificação de um theatro que alli existe e melhoramentos das estradas do muni- cipio de Camaragibe.....	15:000\$000
Para um cemiterio na povoação da Matriz de Camara- ragibe.....	3:000\$000
Para a edificação de um predio que sirva de cadeia na cidade de S. Luiz.....	6:000\$000
Para duas pontes e cadeia em Atalaia.....	15:000\$000
Para o cemiterio da cidade de Alagoas.....	4:000\$000
Para a estrada de rodagem do Pilar á Atalaia.....	3:000\$000
Para um cemiterio em Porto de Pedras.....	4:000\$000
Para açudes em Giráo, Riacho do Sertão, do municipio de Traipú.....	5:000\$000
Para um cemiterio em Traipú.....	4:000\$000
Para um cemiterio em Pão de Assucar.....	4:000\$000
Para o Asylo de Orphãos.....	8:000\$000
Para a construcção de uma cadeia, em Triumpho.....	15:000\$000
Para auxiliar a construcção do mercado do Penedo....	10:000\$000
Para um cemiterio em Piassabussú.....	4:000\$000
Total.....	600:000\$000

Palacio do Governo do Estado de Alagoas em Maceio, 14 de Junho
de 1893, 5.ª da Republica.

GABINO BESOURO.

Francisco de A. Hollanda Cavalcanti.

ANEXO C – REGULAMENTO DO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA PIEDADE



(644)

CAPITULO II.

Do pessoal.

Art. 4.º O cemiterio publico terá um administrador, um capellão, que será tambem o do hospital de caridade, um jardineiro e tres serventes.

Art. 5.º O administrador e o jardineiro serão nomeados e demittidos livremente pelo presidente da provincia, que tambem approvará as nomeações que pelo administrador forem feitas para serventes.

Art. 6.º Os empregados do cemiterio terão os vencimentos determinados pelas disposições e ordens em vigor.

Art. 7.º Ao administrador, que na conformidade do art. 3.º da lei provincial n. 287 de 30 de Abril de 1855, será subordinado á mesa administrativa do hospital de caridade, compete :

§ 1. Manter o asseio e regimen interno e economico do cemiterio.

§ 2. Estabelecer na melhor ordem e conservar em boa guarda o archivo do mesmo.

§ 3. Remetter ao provedor da santa casa, para o destino que julgar conveniente, os mappas trimestraes das pessoas sepultadas no cemiterio com as especificações do artigo 78 deste regulamento.

§ 4. Passar em cumprimento de despacho da mesa administrativa ou do chefe de policia, as certidões que de qualquer livro a seu cargo precisarem as partes, pagando-lhe estes quinhentos réis por lauda, e sendo gratuitos os certificados que passar por ordem superior e a ex-officio da justiça.

§ 5. Lançar no livro dos inventarios a relação de todos os moveis, utensilios e outros qualquer objectos do estabelecimento, do que se lhe fará carga assignada por elle e pelo provedor do hospital de caridade; e lavrar termo de consumo dos que se inutilisarem, precedendo licença e verificação da mesa administrativa.

§ 6. Processar a folha dos empregados do cemiterio, fazer-lhes o pagamento dos seus vencimentos, e de outras quaesquer despesas com o expediente e manutenção do estabelecimento, recebendo para este fim

d
fo
os
m
cã
do
inf
cia
aco
pro
com
exp
de d
§
fecha
§
na ce
terio
§
sem q
licença
do che
em raz
§ 1
vam ser
exactam
cripto r
calment
ao presic
terem os
§ 14
possivel e
são imme
§ 15.
ção das ca
preciso, be
dendo-se fi
tando á me
sobre qualq
§ 16. I

(645)

do thesoureiro do hospital de caridade as quantias que forem necessarias.

§ 7. Suspende com justa causa até quinze dias os serventes e jardineiro, participando-o immediatamente ao presidente da provincia para sua approvação.

§ 8. Propor ao presidente da provincia a demissão dos serventes.

§ 9. Dar parte á mesa administrativa de todas as infracções deste regulamento, indicando as providencias e medidas que devam ser tomadas, e as reformas aconselhadas pela pratica, afim de que a dita mesa as proponha sem demora ao presidente da provincia, bem como quaesquer melhoramentos ou concertos que a experiencia mostrar que são precisos para regularidade do serviço do cemiterio.

§ 10. Velar em que o cemiterio esteja aberto e fechado as horas determinadas no artigo 36.

§ 11. Velar na boa ordem que se deve observar na condução dos cadaveres desde a entrada do cemiterio até a sepultura.

§ 12. Não permittir o ingresso de cadaver algum, sem que a pessoa encarregada do funeral apresente licença ao provedor do hospital de caridade ou ordem do chefe de policia, quando nisso tiver interferencia em razão do seu cargo.

§ 13. Indicar aos serventes os logares em que devam ser sepultados os cadaveres recebidos, e observar exactamente o que neste regulamento se acha prescripto relativamente ás sepulturas, representando vocalmente ou por escripto ao provedor da santa casa ou ao presidente da provincia sobre as faltas que commetterem os serventes.

§ 14. Conservar o cemiterio com o maior asseio possível e designar o trabalho dos serventes, que lhe são immediatamente subordinados.

§ 15. Velar, com o maior empenho, na conservação das casas contiguas, indicando qualquer reparo preciso, bem como na conservação do jardim, entendendo-se frequentemente com o jardineiro e representando á mesa administrativa e ao engenheiro fiscal sobre qualquer falta ou necessidade.

§ 16. Lançar no verso das guias, que da mesa ad-

(646)

ministrativa ou do provedor vierem acompanhando os cadáveres, o numero da sepultura em que fôr inhumado, e o nome do servente designado para fazer a inhumação.

§ 17. Observar com o maior cuidado que as sepulturas sejam respeitadas, assim como que na plantação das arvores, arbustos, e flores se observe o que se acha prescripto neste regulamento e no plano do cemiterio, participando ao provedor da Santa Casa e ao engenheiro fiscal, a necessidade de qualquer reparo em alguma sepultura ou outra parte do estabelecimento, sem excepção alguma. Quando a sepultura fôr de irmandade ou de particulares, a comunicação será feita ao dono para o conveniente reparo.

§ 18. Archivar as guias dos cadáveres sepultados, numerando por mezes esses documentos, segundo a ordem natural dos numeros.

§ 19. Ter em suas mãos as chaves da capella, conservando-a no maior asseio possível, e informando ao reverendo capellão do cemiterio sobre alguma duvida que occorra, ou qualquer necessidade a que seja preciso attender.

§ 20. Ter sob sua guarda todos os objectos e alfaías da capella, que lhe devem ser entregues por inventario, assignando o administrador a respectiva carga, prestando para este fim a competente fiança, e velando cuidadosamente na conservação destes objectos.

§ 21. Franquear o cemiterio ao engenheiro fiscal a quem dará os precisos esclarecimentos quando este fôr examinar o estado e conservação do estabelecimento.

Art. 8. O administrador, além de intelligente, bem conceituado, e de bons costumes, deverá escrever correctamente, e ter um character de letra bem claro.

Art. 9. O presidente da provincia póde por infracção deste regulamente suspender correccionalmente o administrador e capellão do cemiterio até sessenta dias de cada vez com perdas de todos ou de parte dos vencimentos, e para o mesmo effeito poderá a mesa administrativa representar ao presidente da provincia.

Art. 10. Aos serventes do cemiterio incumbe:

§ 1. A indicados cadáveres e bertas pelo

§ 2. F o mais que jardineiro

§ 3. T ferramenta frequenter

§ 4. T cultura de que lhes fo

Art. 1 que compa instrução

dos são ob uteis das 9 sol posto.

Nos do tarde até a as inhum

Art. 1 cedente é o determin

tigua quan da provinci

Art. 1 nação do mento; e o mesmo de

Art. 14 mia, o num com os que proposto pe dente da pr

Art. 15 chaves do c marcadas ne gratificação serviço.

Art. 16. guarda da c

(647)

§ 1. Abrir sepulturas nos lugares que lhes forem indicados pelo administrador, e nellas inhumar os cadáveres ou recolher os ás catacumbas, depois de abertas pelos interessados, que as fecharão.

§ 2. Fazer o serviço concernente ás sepulturas e o mais que lhes for prescripto pelo administrador e jardineiro de conformidade com este regulamento.

§ 3. Ter sob a sua guarda e responsabilidade as ferramentas e utensilios do cemiterio, os quaes serão frequentemente revistados pelo administrador.

§ 4. Trabalhar no asseio do cemiterio, plantio e cultura do jardim, e prestar os demais serviços que lhes forem determinados pelo administrador.

Art. 11. A' excepção do capellão e jardineiro, que comparecerão ás horas convenientes segundo as instrucções do administrador todos os mais empregados são obrigados a comparecer no cemiterio nos dias uteis das 9 ás 2 horas da tarde, e das quatro até ao sol posto.

Nos domingos e dias de guarda das tres horas da tarde até as 6; podendo porém nestes dias ter lugar as inhumações ou exumações nas horas anteriores.

Art. 12. O administrador, que pelo artigo antecedente é obrigado a estar no cemiterio o tempo ali determinado, deverá fazer sua residencia na casa contigua quando assim lhe fôr ordenado pelo presidente da provincia.

Art. 13. Um dos serventes ao menos, por designação do administrador, pernoitará no estabelecimento; e o administrador providenciará para que nem mesmo de dia esteja o cemiterio sem ter quem o vigie.

Art. 14. Quando acontecer reinar alguma epidemia, o numero de serventes poderá ser augmentado com os que forem necessarios, sendo este augmento proposto pelo administrador e autorizado pelo presidente da provincia em quanto durar a epidemia.

Art. 15. Um dos serventes terá a seu cargo as chaves do cemiterio para abrial-o e fechal-o ás horas marcadas neste regulamento. Vencerá por isso uma gratificação annual de sessenta mil réis por effectivo serviço.

Art. 16. Outro dos serventes terá a seu cargo a guarda da carroça mortuaria do cemiterio, a conducção

(648)

dos cadaveres, e o tracto dos annimaes empregados, nesse serviço. O administrador do cemiterio fiscalisará para que, á pretexto desse serviço, não seja illudida a obrigação da residencia e serviço diario no cemiterio.

Art. 17. A distribuição do serviço pelos serventes será feita pelo administrador, de accôrdo com o engenheiro fiscal quanto ao jardim.

Art. 18. Ao jardineiro, que poderá ser o designado para o jardim do palacete e outros serviços identicos, compete :

§ 1. Plantar e cultivar arvores, arbustos e flores nos lugares que lhe forem indicados pelo administrador de accôrdo com o engenheiro fiscal e conforme o risco adoptado.

§ 2. Renovar as plantações quando for presiso, regal-as regularmente, e ter os canteiros em bom estado e devidamente adubados.

§ 3. Ter a seu cargo a limpeza do terreno, no que deverá ser ajudado pelos serventes.

§ 4. Velar por si e pelos serventes na conservação dos objectos do jardim não consentindo que os visitantes damnifiquem as flores, arbustos e enfeites.

§ 5. Solicitar do administrador, e quando não fór logo attendido por este, do engenheiro fiscal, toda e qualquer providencia necessaria para o fim indicado nos §§ antecedentes e para reparo dos canteiros.

§ 6. Aproveitar, de accôrdo com o administrador o trabalho dos serventes para melhor conservação do jardim.

Art. 19. Ao capellão, que será nomeado e demittido pelo presidente da provincia, compete :

§ 1. Ter toda a vigilancia no asseio e decencia da capella, communicando para isso ao provedor da santa casa o que julgar necessario.

§ 2. Velar em que dentro do cemiterio sejam respeitadas as leis canonicas sobre o acatamento devido aos logares sagrados e aos restos mortaes.

§ 3. Assistir as exumações para trasladação de restos mortaes, a requerimento das partes interessadas, percebendo cinco mil réis de cada-uma exumação. As que forem ordenadas pela autoridade policial ou pela mesa administrativa serão gratuitas.

§ 4. O santo sacri-
cemiterio.

§ 5. F
sacerdote,
brar : min

§ 6. E
vierem enco-
já tiverem

§ 7. Si
ter ainda

pois de cu-
disto part
declarando
zia a que l
de que a m
da provinci
do diocesan

§ 8. Ai
presente se
vellas acce

Quando
te suffragio

ca ou canto
de cêra par

lão e seu sa
mesmo se et

§ 9. A
para o uso d

capellão pro
remanescent

chada com d
vicularios e c

Art. 20.
juizo do cult

pella, é o cap
compete-lhe
brarem dent

venidos no at
cia do acto, n
dem e a nece

(649)

§ 4. Celebrar na 1.^a segunda-feira de cada mez o santo sacrificio da missa pelos defuntos sepultados no cemiterio.

§ 5. Franquear a capella do cemiterio a qualquer sacerdote, que ahi se apresentar habilitado para celebrar; ministrando-lhe os paramentos necessarios.

§ 6. Encommendar todos os cadaveres que não vierem encommendados, e rezar o memento aos que já tiverem recebido este suffragio: antes do que o administrador não permittirá o enterramento.

§ 7. Si algum cadaver chegar ao cemiterio sem ter ainda recebido a encommendação, o capellão depois de cumprir a disposição do § antecedente, dará disto parte circumstanciada á mesa administrativa declarando o nome, estado, qualidade, idade e freguezia a que pertença o corpo que encommendou, afim de que a mesma parte, por intermedio do presidente da provincia, chegue ao conhecimento do parcho ou de diocesano para providenciar contra o abuso.

§ 8. As encommendações ou mementos de corpo presente serão feitas dentro da capella com quatro vellas accesas na banquetta do altar-mór.

Quando, porém, algum interessado quizer que este suffragio seja solemnemente celebrado, com musica ou canto plano, será obrigado a dar quatro libras de cêra para o altar mór e pagar os direitos ao capellão e seu sachristão conforme a pauta da diocese. O mesmo se entende com as visitas de cova, que poderão ser feitas com o panno de cruz sobre as sepulturas.

§ 9. A cêra que sobrar de taes ceremonias ficará para o uso da capella e em beneficio do cemiterio. O capellão providenciará para que no fim de cada dia o remanescente da cêra seja recolhido a uma caixa fechada com duas chaves, da qual será elle um dos clavicularios e o administrador outro.

Art. 20. Por qualquer falta, que occorrer em prejuizo do culto e do serviço interno e economico da capella, é o capellão o primeiro responsavel, pelo que compete-lhe presidir as funcções funebres que se celebrarem dentro do cemiterio, á excepção dos casos prevenidos no art. 58, nos quaes cedendo elle a presidencia do acto, não deixará por isso de manter a boa ordem e a necessaria disciplina.

(650)

Art. 21. O capellão continuará a ter os mesmos vencimentos que actualmente percetle, sendo além disto obrigado a ter sacristão que o ajude nos officios divinos.

CAPITULO III.

Das sepulturas.

Art. 22. As catacumbas serão construidas nos dous lados e no plano paralelo á frente do cemiterio em tres ordens, umas sobre outras, sendo a ultima superior para inhumação dos cadaveres das creanças; em frente a ella, e em linha paralela se edificarão os mausoleos e jazigos de familia, que os particulares queiram construir, tudo de conformidade com este regulamento e com o plano e planta adoptados, que poderão ser modificados com approvação do presidente da provincia

Art. 23. Existirá no cemiterio uma área limitada para inhumação dos cadaveres, a que a igreja nega sepultura em sagrado.

Art. 24. Na mesma catacumba ou sepultura reservada não poderá ser inhumado outro cadaver quando o que ali se achar não tenha sido sepultado ha mais de dous annos, sendo de pessoa adulta, ou ha mais de anno e meio, sendo de creança de menos de oito annos.

Nas sepulturas communs, porém, decorrerão mais seis mezes, além do tempo acima prescripto.

Art. 25. As catacumbas poderão servir para depositos dos cadaveres que tenham de ser inhumados em sepulturas concedidas a perpetuidade, e nas quaes ainda não estejam construidos os jazigos. Nestes casos os cadaveres serão depositados em um caixão de chumbo ou zinco bem soldado, e collocado dentro de outro de madeira perfeitamente fechado.

Art. 26. Passados tres mezes depois do tempo fixado no art. 24 deste regulamento, os despojos mortaes que fôrem reclamados, serão com a maior attenção e acatamento, trasladados do lugar em que estiverem para o lugar commum destinado no cemiterio para esse deposito.

Ar
riamer
mas pe
pedras
que sir
Art
bres p
mens
import
tes ou
obter
logar d
dos, d
determ
vincia.
Art
de her
do que
except
da pro
minado
nelle f
Tod
pelos c
respons
o contr
Art
dade he
a solide
ma fórm
os me
qualque
sepultu
Art.
será o c
cebido e
passos le
a pessô
cadaver
persão,
çãoconcl
até á cap
amigos d

(654)

Art. 27. Sobre as sepulturas concedidas temporariamente não será permittido levantar monumentos : mas permittte-se que sobre ellas se colloquem cruces, pedras tumulares, ou qualquer outra divisa funebre, que sirva para distinguil-as.

Art. 28. Os despojos mortaes dos homens celebres por suas virtudes civicas ou religiosas, os dos homens notaveis pelos seus conhecimentos ou serviços importantes prestados ao paiz, que não tiverem parentes ou amigos que os reclamem, ou que não possam obter concessões perpetuas, serão depositados em lugar conveniente para em todo tempo serem conhecidos, devendo a meza administrativa, antes que isso determine, pedir a approvação do presidente da provincia.

Art. 29. As concessões para sepulturas á perpetuidade heriditaria não poderão comprehender mais terreno do que o destinado para quatro sepulturas communs, excepto si para mais obtiverem concessão do presidente da provincia, paga a posse do terreno pelo prego determinado no artigo 33, em proporção da regra geral, que nelle fica determinada.

Todo o terreno concedido deverá ser assignalado pelos concessionarios, não ficando o administrador responsavel pelos inconvenientes, que resultarem, si o contrario se praticar.

Art. 30. Sobre os terrenos concedidos á perpetuidade heriditaria é permittido construir carneiros com a solidez que aprouver aos concessionarios, e da mesma fórma levantar mausoleos, não podendo, porém, os mesmos concessionarios ceder ou negociar sob qualquer titulo os terrenos, que tiverem obtido para sepulturas.

Art. 31. Logo que chegue ao portão do cemiterio será o caixão ou ataúde, que encerrar o cadaver, recebido e conduzido com todo respeito a braços em passos lentos á sepultura destinada. Finda a cerimonia, a pessoa encarregada do serviço funebre entregará o cadaver ao servente presente, e este, sob pena de suspensão, não poderá retirar-se sem que esteja a inhumacão concluida. O prestito e o transporte desde o portão até á capella e sepultura serão feitos pelos parentes e amigos do fallecido, quando estes assim o queiram.

(652)

Art. 32. Nenhum cadaver será inhumado sem que esteja encerrado em caixão de madeira de sufficiente grossura e convenientemente fechado ; exceptuando se os que tiverem de ser sepultados em catacumbas, com tanto que não sejam de pessoas que tenham succumbido à affecção epidemica, infeccionante ou contagiosa, para o que deve preceder attestado do facultativo.

Art. 33. O preço de uma catacumba será vinte e cinco mil réis, o de uma sepultura á perpetuidade sessenta mil réis pela posse do terreno ; o de uma reservada dez mil réis, e de uma commun dous mil réis. Nos carneiros ou mausoleos não se receberá cadaver algum sem que se pague quinze mil réis por cada-um.

Art. 34. O deposito em catacumbas custará a quantia de vinte e cinco mil réis por um anno ; quarenta mil réis por dois ; de cincoenta e cinco mil réis por tres, e dahi por diante por cada-um anno mais de demora, quinze mil réis ; representando o administrador á meza administrativa, e esta ao presidente da provincia, na falta de pagamento, para se dar a providencia que parecer conveniente.

Art. 35. Terão sepultura gratis :

§ 1. Nas catacumbas pertencentes ao estabelecimento os religiosos mendicantes, e os sacerdotes pobres, que fallecerem na cidade de Maceió e seus subúrbios.

§ 2. Nas sepulturas communs os cadaveres achados em qualquer logar publico, quando não se possam descobrir os seus parentes, patrões, senhores ou chefes, e não fôrem reclamados por alguem.

§ 3. Os dos pobres, cuja indigencia fôr attestada pelas autoridades policiaes ou pelo parochio, que nestes casos não poderá recusar á encommendação e licença para o enterramento a pretexto de falta de pagamento dos seus benesses.

CAPITULO IV.

Disposições económicas e policiaes.

Art. 36. A entrada no cemiterio será franca ao publico desde as seis horas da manhã até ás seis da tarde. Só durante este espaço será permittido rece-

ber cadaveres, rios, e sendo creio, tirar flor péu na cabeça

Art. 37. A tarem ao respo bedecerem as fazer-lhes o ad ventos, e no c levadas ao chef bem conduzida acharem estrag estabelecimen

Art. 38. e de terras, pr ser feito no ce cujas pinas te largura. A t lares será depo nar.

Art. 39. C damnificarem materiaes ou c tro modo, ain perpetuidade, em seu primit do tempo que der-se-ha a re

Art. 40. ou preparar p e depositarem O local conver pelo administ

Art. 41. A mandar constr gar concedido administrador obra, afim de q no plano do ce futuro.

Art. 42. dente não se e que seja circun

(653)

ber cadáveres, exceptuando-se os casos extraordinarios, e sendo prohibido fazer do cemiterio logar de recreio, tirar flores e ramos das plantações, estar de chapéu na cabeça e fumar.

Art. 37. As pessoas que dentro do cemiterio faltarem ao respeito devido ás cinzas dos mortos, e desobedecerem as advertencias, que em termos civis deve fazer-lhes o administrador, serão expulsas pelos ser-ventes, e no caso de se mostrarem contumazes, serão levadas ao chefe de policia, perante o qual serão tam-bem conduzidas sob ordem de prisão aquellas que se acharem estragando ou mutilando qualquer parte do estabelecimento.

Art. 38. O transporte de materiaes de construcção e de terras, procedentes de excavações, não poderá ser feito no cemiterio senão a braços, ou em carros cujas pinas tenham pelo meos cinco polegadas de largura. A terra das excavações de obras particu-lares será depositada onde o administrador determi-nar.

Art. 39. Os concessionarios ou constructores que damnificarem os caminhos do cemiterio descarregando materiaes ou causarem algum estrago por qualquer ou-tro modo, ainda mesmo ás sepulturas concedidas á perpetuidade, serão obrigados a repôr logo as cousas em seu primitivo estado, e quando o não façam dentro do tempo que lhes marcar o administrador, proce-der-se-ha a reparação á custa de taes concessionarios.

Art. 40. É prohibido dentro do cemiterio talhar ou preparar pedras para construcção de monumentos e depositarem-se materiaes para qualquer edificação. O local conveniente para taes serviços será designado pelo administrador fóra do recinto do cemiterio.

Art. 41. As pessoas que obtiverem permissão para mandar construir um monumento ou carneiro em lo-gar concedido á perpetuidade, devem declaral-o ao administrador, pelo menos tres dias antes de começar a obra, afim de que possa elle prevenir qualquer alteração no plano do cemiterio, ou evitar algum detrimento futuro.

Art. 42. Para stricta execução do artigo antece-dente não se emprehenderá construcção alguma sem que seja circunstanciadamente indicada e descripta

(654)

em uma minuta, que depois de vista e examinada pelo engenheiro fiscal, será rubricada pelo administrador e archivada. Quando uma obra em sua execução se tornar prejudicial, será embargada pelo administrador, devendo a questão ser decidida pela mesa administrativa com recurso para o presidente da provincia, dentro de tres dias, depois de examinada por um ou mais engenheiros, e na sua falta por tres peritos habéis.

Art. 43. Os concessionarios ou constructores serão obrigados a conformar-se com as disposições, que lhes forem prescriptas pelo administrador, conforme o presente regulamento, e plano adoptado pelo engenheiro fiscal, no que fôr tocante à symetria e boa ordem do cemiterio.

Art. 44. Os obreiros e serventes occupados em qualquer edificação, por conta de particulares, não poderão estar no cemiterio, sem que se achem munidos de um cartão assignado pelo administrador, e que apresentarão na entrada e sahida ao servente sob cuja guarda estiverem as chaves do cemiterio.

Art. 45. As plantações particulares serão feitas, sem excepção alguma, na porção de terreno concedido a cada sepultura, e deverão estar dispostas de modo que não prejudiquem as sepulturas visinhas, e não embaracem a vista ou passagem dos caminhos e os intervallos de separação.

Art. 46. Toda a plantação que fôr reconhecidamente nociva, deverá ser esgalhada ou abatida, si necessario fôr, logo que o administrador o requisitar de accordo com o engenheiro fiscal.

No caso em que o concessionario se exima à requisição, lavrar-se-ha um termo do occorrido, que o administrador assignará, remetendo copia ao concessionario: e tres dias depois, a planta será esgalhada ou abatida.

Art. 47. Nenhuma inscripção será feita sobre qualquer cruz, pedras tumulares ou monumentos, sem previa approvação do chefe de policia, que rubricará a copia, que lhe fôr submettida; sendo ella depois entregue ao administrador, que deve velar sobre esta disposição.

Art. 48. Dentro dos muros do cemiterio e em qualquer dos seus edificios, não se admittirá objecto

algun que não da mesmo em ahi pessoa algumto, á excepção de casa destinada

Art. 49. A licitação pertencente sob as orde

Art. 50. N temporã se fadades compete

Quando enttará prejuizo a xões, sem perdas mas executará rado.

Art. 51. A fixados pelas n fôr possível an ros terão o mai res visinhos: tras pessoas al houver ordena

Art. 52. A das por ordem delle a euidade dos salarios do forem prescript serão pagas ao

Art. 53. T cial, os restos n de, que a mande, logar em que se meira inhumac

Art. 54. H invocação de N

(655)

algun que não seja do seu proprio e especial uso, ainda mesmo em deposito; e tambem não poderá residir ali pessoa alguma que não pertença ao estabelecimento, á excepção da familia do administrador na casa destinada para residencia deste.

Art. 49. A policia economica e interna do estabelecimento pertence privativamente á mesa administrativa sob as ordens do presidente da provincia.

CAPITULO V.

Das exumações

Art. 50. Nenhuma exumação extraordinaria ou temporã se fará sem ordem por escripto das autoridades competentes.

Quando entenda o administrador que d'ahi resultará prejuizo á salubridade publica, fará suas reflexões, sem perda de tempo, ás autoridades supraditas, mas executará logo o que ulteriormente fôr deliberado.

Art. 51. As exumações serão praticadas em dias fixados pelas respectivas autoridades, e sempre que fôr possível antes das seis horas da manhã. Os coveiros terão o maior cuidado em não descobrir os cadáveres visinhos: e á exumação não poderão assistir outras pessoas além das designadas pela autoridade que a houver ordenado e o capellão.

Art. 52. As exumações ordinarias serão praticadas por ordem do administrador, ou com autorisação delle a cuidado das familias; e neste caso as despesas dos salarios dos coveiros, e meios de desinfecção, que forem prescriptos, ficam a cargo dos interessados e serão pagas ao cofre da mesa administrativa.

Art. 53. Terminada qualquer exumação judicial, os restos mortaes, si delles não precisar a autoridade, que a mandou fazer, serão de novo sepultados no logar em que se achavam, procedendo-se como na primeira inhumação.

CAPITULO VI.

Da capella.

Art. 54. Haverá no cemiterio uma capella invocação de *Nossa Senhora da Piedade*, sujeita

(656)

mente á jurisdicção do bispo diocesano, e na qual se celebrarão todos os suffragios pelo repouso eterno dos que forem ali sepultados.

Art. 55. Haverá mais dous altares portateis, todos em estado de nelles se poder celebrar com a maior decencia, sendo o primeiro altar do *Senhor Bom Jesus da Redempção* e o segundo de *S. Miguel*.

Art. 56. Em cada anno, no dia da commemoração dos defuntos, e a expensas da mesa administrativa, se celebrará na capella um officio com assistencia de nove clerigos, e dous sacristães, com missa e absolvição no fim, pelas almas dos que ali houverem sido sepultados.

Art. 57. As irmandades, confrarias e ordens religiosas, quando as houver, e os particulares, poderão, em dias não prohibidos pela igreja, celebrar officios funebres pelas almas de seus irmãos e parentes na capella do cemiterio, precedendo licença do capellão, que assignará o dia, de accordo com o administrador.

Art. 58. Na distribuição dos dias para os officios das irmandades, ordens e confrarias serão preferidos os que estiverem marcados em seus respectivos compromissos; e quando houver encontro de dias, a irmandade mais antiga preferirá á moderna, para a qual se marcará o dia seguinte, que não fôr prohibido pela igreja. Sômente nestes dias deixará o capellão do cemiterio de presidir o acto, competindo o prestito ao prelado ou commissario das ordens e ao capellão da respectiva irmandade; assim como terá o mesmo direito o vigario, quando quizer celebrar na capella do cemiterio o officio parochial de corpo presente.

CAPITULO VII.

Dos carros funebres.

Art. 59. É livre a qualquer individuo ou corporação estabelecer carros funebres e fornecimento de caixões para conducção de cadaveres ao cemiterio, prece-dendo licença do presidente da provincia, que terá em vista as disposições ou clausulas vigentes.

Art. 60. Para concessão da licença deverá o requerente apresentar:

(657)

1. A relação dos carros que pretende montar, com declaração das classes em que são divididos, e dos caixões correspondentes a cada uma dellas.

2. A tabella dos preços de cada uma das classes.

3. Informação da mesa administrativa, que examinará os carros e o mais que pertence a esta ordem de serviço, observando si os mesmos carr os estão preparados com a devida decencia e de maneira conveniente.

Art. 61. O empresario pagará uma taxa de cinco por cento sobre os preços estipulados de cada vez que servirem os carros. O producto destas taxas será arrecadado pelo thesoureiro da santa casa, e applicado ás despesas do cemiterio.

Art. 62. E' prohibido conduzir-se cadaveres em carros de classe superior áquella cuja taxa se houver pago, e quem infringir esta disposição pagará sessenta mil réis de multa, que se cobrará do dono do carro.

Art. 63. Recebida a taxa, o thesoureiro dará um conhecimento extrahido do livro de talão, que, indicando a classe do carro, o acompanhará na occasião do enterro, e será entregue ao administrador para o fim determinado no § 46 do artigo 7.º depois de examinar si não foi infringido o artigo antecedente.

Art. 64. Os cadaveres dos pobres desvaídos serão conduzidos em um carro levando um grande caixão de madeira, decentemente pintado de preto com uma cruz na tampa e a inscripção — *Caridade*

Art. 65. O carro de que trata o artigo antecedente poderá ser alugado a quem precisar do seu serviço, mediante a retribuição de cinco mil réis para o cofre da santa casa.

Art. 66. Quando não houver contracto feito ou approvedo pelo presidente da provincia, com particular, a despeza com o carro e sustento dos animaes precisos pôde ser feita por administração e a cargo do servente do cemiterio para isso designado, ou por contracto com qualquer empresario como fór mais economico ao cofre da santa casa.

Art. 67. Nos casos de epidemia a mesa da santa casa, com approvação do presidente da provincia, poderá augmentar o numero desses carros como fór mais conveniente, e o reclamarem as necessidades do serviço, podendo desfazer-se dellas pelo modo de venda

(658)

mais conveniente logo que cessar a causa que determinou o seu augmento, e com autorisação do governo da provincia.

Art. 68. Os cadáveres que vierem embarcados dos logares circumvisinhos e adjacentes aos suburbios da cidade podem ser sepultados no cemiterio, depois de cumprirem as disposições do artigo 4.º *in fine*; mas de qualquer condição que sejam não podem ser conduzidos para o cemiterio á cabeça ou em rede; mas somente em esquife levado aos hombros, e coberto com um panno preto de cruz, ou pela maneira prescripta neste regulamento.

Art. 69. O que não cumprir as disposições do artigo antecedente pagará uma multa de dez mil réis, sendo além disto conduzido o cadaver á custa do infractor.

CAPITULO VIII.

Disposições diversas.

Art. 70. Pertencendo á mesa administrativa da santa casa de misericórdia a inspecção e administração do cemiterio publico, deverá ella velar em sua conservação e promover o seu melhoramento, fornecendo ao estabelecimento todos os objectos necessarios para inhumação, plantio de arvores e asseio do cemiterio.

Art. 71. O producto das taxas do cemiterio e todos os rendimentos deste serão recolhidos ao cofre da santa casa, e escripturados sob o titulo de—receita e despesa do cemiterio; havendo a necessaria fiscalisação do governo da provincia.

Art. 72. A' vista do balanço mensal. o deficit que se verificar será supprido pela thesouraria provincial com rendimentos do hospital de caridade; tendo preferencia, para serem mensalmente pagos, os ordenados e gratificações dos empregados do cemiterio.

Art. 73. Não poderá ser admittido á inhumação qualquer cadaver, sem que primeiro a pessoa que disso tratar pague á bocca do cofre do hospital de caridade a quantia estipulada, havendo do thesoureiro uma guia extrahida de um livro de talão, para com anteceden-

cia se
dê as
Art
fazer
ceden
autori
motiv
cença
gir a
ou nã
este
A
serão
brepo
daver
A
pulta
para
A
reiro
pelo
presi
conta
artigo
réis.
A
dois
dos p
das p
ment
decla
fissão
que
catac
dor d
conte
modo
mação
rá a d
de, e
morte
Art
julgar

(659)

cia ser apresentada ao administrador afim de que este dê as providencias necessarias.

Art. 74. O thesoureiro da santa casa não poderá fazer o recebimento e dar a guia indicada no artigo antecedente, sem que lhe seja antes apresentado escripto da autoridade policial respectiva declarando que não ha motivo para demorar-se o enterramento, bem como licença do parcho, depois de ouvida a pessoa que exigir a guia e que deverá nesta declarar si o cadaver foi ou não encommendado. A guia e licença de que trata este artigo serão archivadas.

Art. 75. Nas sepulturas communs os cadaveres serão collocados unidos uns aos outros, mas nunca sobrepostos. Estas sepulturas são destinadas para os cadaveres de que tratam os artigos 33 e 35, §§ 2.º e 3.º

Art. 76. Os escravos fallecidos serão tambem sepultados em sepulturas communs, nos quarteirões para esse fim destinados.

Art. 77. No fim de cada trimestre dará ao thesoureiro da santa casa conta da receita e despesa, que será pelo provedor, publicada pela imprensa e enviada pelo presidente da provincia, o qual transmittirá a mesma conta á thesouraria provincial. Pela infracção deste artigo poderá o presidente impôr uma multa de 10\$000 réis.

Art. 78. Para assentamento dos obitos haverá dois livros abertos, numerados, rubricados, encerrados pelo provedor da santa casa de misericordia, um das pessoas livres e outro dos escravos. Os assentamentos dos obitos das pessoas livres deverão conter a declaração do nome, naturalidade, idade, estado, profissão, residencia, tempo em que falleceu e molestia que deu causa á morte; assim como o numero da catacumba ou sepultura em que jazer. O administrador deverá assignar-se no fim de cada pagina, a qual conterá á margem em que se possa lançar pelo mesmo modo as observações que occorrerem sobre as exumações. O assentamento relativo aos escravos conterá a declaração do nome do fallecido, seu senhor, idade, estado, naturalidade, molestia que deu causa á morte.

Art. 79. O presidente da provincia sempre que julgar conveniente, e ao menos uma vez por anno, no-

(660)

meará uma comissão de tres membros probos, intelligentes, zelosos do serviço publico para visitar o cemiterio, e examinar os livros, estado do estabelecimento, capellas, informando o que se-lhe-offerecer a cerca da maneira por que se comportarem os empregados no desempenho de suas obrigações como lhes incumba este regulamento.

Art. 80. Até ao fim de Janeiro de cada anno, e fóra disso, quando expressamente lhe fór exigido, fará o administrador ao presidente da provincia, por intermedio da mesa administrativa e com as observações que ella julgar convenientes, um relatorio no qual mostre o estado do estabelecimento, e os melhoramentos mais urgentes de que elle precisa; sendo o mesmo relatorio acompanhado dos mappas necessarios para explicarem os serviços durante o anno findo.

Art. 81. Na abertura de sepulturas, construcção de catacumbas, carneiros, jazigos, monumentos e quaesquer outros objectos facultados para distinguir as mesmas sepulturas, não é permittido alterar a planta e plano do cemiterio, approvados pelo presidente da provincia, e que deverão considerar-se parte deste regulamento. Ainda depois de concluida a obra, havendo infracção deste artigo, se deverá reparar a ou repôr tudo em seu estado primitivo, á custa de quem tiver infringido o referido plano.

Art. 82. É prohibido aos empregados do cemiterio, sob pena de demissão e de processo crime, despojar os caixões de seus ornamentos e os defunctos de suas vestimentas, ou de quaesquer outros objectos com que estejam adornados. Deste artigo lhes fará advertencia o administrador, logo que qualquer delles entrar em exercicio.

Art. 83. As irmandades e confrarias que obtiveram concessão para edificarem catacumbas em recinto privado, dentro do cemiterio, bem como as que para o futuro possam obtel-a, e as ordens religiosas, quando as houver, devem assignar termo em que se declare a quantidade de terreno que lhes foi concedido, e especialmente se mencione que fóra do beneficio que lhes é concedido pelo presente regulamento, ficam os particulares emtudo mais sujeitos a todas as suas disposições, e ás alterações que posteriormente pos-

ser feitas a
provincial

Art. 84

tecedente

33 e 34, e

particular

um cadave

sómente se

gado a ma

Art. 85

obter terre

gadas a faz

approvado

que possa

edificar as

contado d

e ás que a

tempo da

tas pelo pr

artigo per

concedido,

as quizer f

modo esta

tudo o pra

te da prov

motivos po

Art. 86

e confraria

mados nes

administra

qualidade

tido pelo n

Art. 87

te será re

proverá a s

minando ac

a lei do seu

lubridade p

as nações ci

regulament

Art. 88

mais empre

e processo

(661)

ser feitas a bem do estabelecimento em virtude de lei provincial.

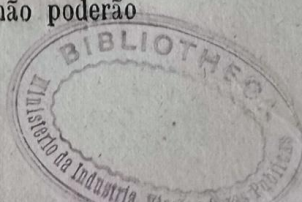
Art. 84. As corporações a que se refere o artigo antecedente ficam sujeitas á taxa de que tratam os artigos 33 e 34, e a deverão pagar do mesmo modo que os particulares, com a unica differença que de cada um cadaver inhumado em suas catacumbas pagarão sómente sete mil réis, ficando o estabelecimento obrigado a mandal-as abrir e fechar.

Art. 85. As corporações que obtiveram e tenham de obter terrenos no cemiterio para catacumbas serão obrigadas a fazel-as de conformidade com as plantas e planos approvados. Aquellas que ainda as não concluíram e as que possam obter taes condições serão obrigadas a edificar as catacumbas dentro do espaço de um anno contado do dia em que assignaram o respectivo termo ; e ás que ainda o não assignarem será contado o mesmo tempo da data em que taes concessões lhes foram feitas pelo presidente da provincia. Quem infringir este artigo perderá a posse do terreno que lhe houver sido concedido, e si depois de vencido o prazo estipulado as quizer fazer, pagará a posse do terreno do mesmo modo estabelecido para os particulares. Pode com todo o prazo de um anno ser espaçado pelo presidente da provincia até seis mezes mais, si occorrerem motivos ponderosos a que elle deva attender.

Art. 86. Os cadaveres de membros de irmandades e confrarias que tiverem catacumbas não serão inhumados nestas, sem que previamente se apresente ao administrador do cemiterio o titulo comprobatorio da qualidade de irmão ou confrade, sendo esse titulo obtido pelo menos quinze dias antes do fallecimento.

Art. 87. A camara municipal, a quem officialmente será remettido um exemplar deste regulamento, proverá a sua fiel execução por meio de posturas, comminando aos infractores as penas para que a autorisa a lei do seu regimento, e tendo em vista não só a salubridade publica e o costume das exumações entre as nações civilisadas, como as disposições do presente regulamento.

Art. 88. O administrador, capellão e todos os mais empregados do cemiterio, sob pena de demissão e processo crime como concussionarios, não poderão



(662)

perceber, sob qualquer pretexto ou motivo, outros emolumentos, offertas e gratificações pelo desempenho dos seus deveres, além dos que ficam expressamente marcados nesse regulamento.

Art. 89. Para os logares de serventes podem ser admittidos os escravos.

Art. 90. A pretexto de infracção do regulamento não poderá o administrador recusar sepultura no cemiterio a qualquer cadaver que ahi chegar, excepto quando ella fôr vedada pela autoridade civil ou ecclesiastica competente; mas terá em todo caso a obrigação de dar parte ás autoridades respectivas de todas as irregularidades que houver de notar afim de providenciár-se. Evitará tambem o mesmo administrador toda especie de contestação com as partes, e si ellas forem originadas por duvidas sobre a intelligencia deste regulamento ou por outro qualquer motivo que obste ao cumprimento de suas obrigações, recorrerá á meza administrativa da Santa Casa ou ao presidente da provincia, e procederá como fôr determinado.

Art. 91. Ficam revogados o regulamento de 19 de Novembro de 1855 e as reformas de 10 de Setembro de 1863.

Palacio do governo em Maceió, 20 de Julho de 1870.
- José Bento da Cunha Figueiredo Junior.

ANEXO D – ALGUMAS PERSONALIDADES ALAGOANAS SEPULTADAS NO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA PIEDADE

Gustavo Guilherme Pontes Leite - Gustavo Leite



Fonte: Acervo do blog de Fernando Machado (2022)

Seu nome batiza o maior teatro de Maceió, o Teatro Gustavo Leite, do Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, também conhecido como Centro de Convenções de Maceió, no histórico bairro de Jaraguá. Gustavo Leite era teatrólogo e cenógrafo, considerado por muitos artistas e intelectuais alagoanos um dos mais significativos de sua geração. Era filho do também teatrólogo Bráulio Leite Júnior, outro nome importante para a Cultura alagoana. Gustavo Leite morreu jovem, aos 39 anos, em 24 de agosto de 2002. Dentre seus trabalhos, destacam-se a cidade cenográfica construída em União dos Palmares pelo Dia da Consciência Negra, feita em parceria com a artista Mirna Porto, a idealização em 1994, junto com outros artistas, do Projeto Velas Artes, reeditado em sua homenagem nas comemorações dos 200 anos de Maceió e o seu último trabalho, o espetáculo Nigrum, interpretado pela bailarina

Maria Emília Clark. Segundo o jornal Gazeta de Alagoas de 30 de agosto de 2002, Gustavo foi sepultado no Cemitério Nossa Senhora da Piedade.⁹

Bráulio Leite Júnior



Fonte: Acervo do site História de Alagoas (2021)

Nome importante da cultura alagoana, foi teatrólogo, ator, jornalista, cronista, contista, escritor, poeta e diretor do Teatro Deodoro. Contribuiu de maneira decisiva na criação da Fundação do Teatro Deodoro, do Museu da Imagem e do Som (MISA), do Centro de Belas Artes, do Teatro de Arena Sérgio Cardoso, da Sala de Concertos Heckel Tavares, além de fomentar o surgimento de manifestações artísticas como grupos de teatro, de canto coral e orquestras, sendo também autor de várias obras literárias como “As Artes Cênicas nas Alagoas nas Décadas de 20 e 30” e “Histórias de Maceió”. Bráulio Leite faleceu aos 81 anos no dia 27 de fevereiro de 2013. Era casado com Edna Pontes, atriz de destaque no cenário

⁹ <https://082noticias.com/2021/11/19/o-20-de-novembro-de-nossas-vidas-1a-parte/>
<https://d.gazetadealagoas.com.br/policia/10171/polcia-prende-trs-suspeitos-de-matar-cengrafo>
<https://www.fernandomachado.blog.br/novo/de-volta-para-o-passado-4649/>

alagoano, com quem teve três filhos e era avô de seis netos. Dentre seus filhos, está o também teatrólogo e cenógrafo Gustavo Leite, falecido aos 39 anos em 2002. De acordo com o jornal Gazeta de Alagoas de 28 de fevereiro de 2013, Bráulio Leite foi sepultado no Cemitério Nossa Senhora da Piedade.¹⁰

Lápide da Família Leite – Segundo administração do Cemitério, seria onde estariam sepultados Bráulio e Gustavo Leite



Fonte: Acervo do site História de Alagoas (2021)

¹⁰ <https://www.historiadealagoas.com.br/a-alma-de-um-idealista-criador.html>
<https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/131374/ex-diretor-do-deodoro-morre-aos-81-anos>
<https://082noticias.com/2023/03/04/braulio-leite-junior-nao-houve-outro>

Laurinda Vieira Mascarenhas – Linda Mascarenhas

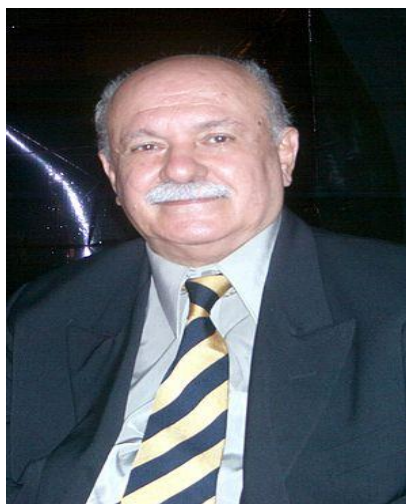


Fonte: Acervo do site História de Alagoas (2018)

Linda Mascarenhas nasceu em Maceió no dia 14 de maio de 1895. Foi professora de línguas, teatróloga, atriz, ativista pelos direitos das mulheres, isso já na década de 1930. Sua militância também se deu vinculada à Igreja Católica, da qual participava. Chegou ao teatro por intermédio da pedagogia. Foi fundadora, dentre outros, dos grupos Teatro de Amadores, Teatro Amador de Maceió (TAM) e Associação Teatral de Alagoas (ATA). Faleceu em 9 de junho de 1991 e em 2003 foi instituído o dia 14 de maio, seu aniversário, como o Dia do Teatro Alagoano. A criação do Espaço Cultural Linda Mascarenhas, em 2001, foi outra homenagem importante à sua memória. Perpetuando a sua lembrança, a Câmara Municipal de Maceió instituiu a Comenda Linda Mascarenhas. Linda está sepultada em um mausoléu no Cemitério Nossa Senhora da Piedade (Figura 33), erguido em sua homenagem no dia 14 de maio de 2013, com assinatura do arquiteto Mário Melo. Foram lançados sobre sua trajetória os livros “Certas Paixões: Linda – 50 Anos de Refletores”, Sergasa; “Linda Mascarenhas – Vida e Desempenho”, de Helionia Ceres, e “O Teatro e Linda Mascarenhas”, de Ronaldo de

Andrade e Izabel Brandão. Há ainda o documentário “Linda Mascarenhas”, de José Márcio Passos.¹¹

Pierre Gabriel Najm Chalita – Pierre Chalita



Fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Pierre_Chalita (2022)

Descendente de libaneses, Pierre Chalita era arquiteto de formação e também pintor, desenhista, professor e escultor. Percorreu o Brasil e o mundo primeiramente como aluno e depois como professor e expositor. Era um dos maiores colecionadores de arte de Alagoas, sendo detentor de um vasto acervo em arte sacra. Fundou o Museu de Arte Pierre Chalita em 09 de maio de 1980. Foi responsável pelo projeto de restauração das cidades históricas de Porto Calvo, Marechal Deodoro e Penedo. Faleceu em 30 de julho de 2010 e seu túmulo é adornado por um anjo de mármore.¹²

¹¹ <https://www.historiadealagoas.com.br/linda-mascarenhas-a-eterna-primeira-dama-do-teatro-alagoano.html>

¹² https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre_Chalita
<https://www.alagoas24horas.com.br/606625/morre-pintor-alagoano-pier>

Túmulo de Pierre Chalita



Fonte: Ferreira (2021)

Rosalvo Alexandrino de Caldas Ribeiro – Rosalvo Ribeiro

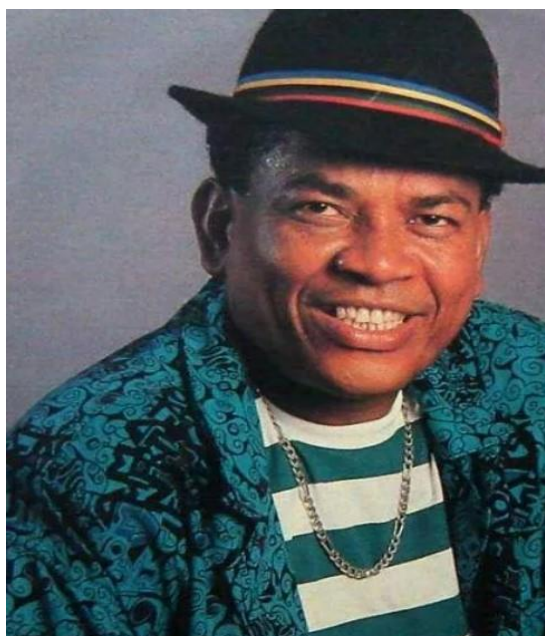


Fonte: Acervo do site História de Alagoas (2022)

Considerado um dos maiores nomes das artes em Alagoas, Rosalvo Ribeiro nasceu na Cidade de Alagoas (hoje Marechal Deodoro) em 26 de novembro de 1863. Era filho de proprietários rurais bem-sucedidos. Desenhista e pintor, não se adaptando aos estudos normais, fazia retratos à *crayon* no Centro de Maceió. Destacou-se quando o presidente da província, Henrique de Magalhães Salles, ao ver seu trabalho, lhe encomendou um retrato em 1884. O resultado lhe proporcionou uma pensão anual concedida pela Assembleia Provincial para estudar na Imperial Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro, onde também se destacou, impressionando professores e logo conseguiu uma bolsa para estudar em Paris, ainda mantido pela pensão do Governo alagoano e com uma bolsa da Academia do Rio de Janeiro. Suas pinturas de temática militar faziam sucesso na França, mas não tiveram a mesma recepção em Maceió, para onde voltou em 1901, com exceção da Família Fonseca, que admirava seu trabalho. Voltou a ser retratista, tendo como um dos principais clientes o então governador Euclides Malta. Para complementar a renda deu aula de francês, de desenho e elaborou projetos arquitetônicos, como o das praças dos Martírios e Deodoro, no Centro, e da Praça Dois Leões, no Jaraguá. O descuido com a alimentação e o excesso de trabalho o fizeram contrair tuberculose, vindo a falecer em 29 de abril de 1915. Está sepultado no

Cemitério Nossa Senhora da Piedade e seu túmulo (Figura 44) passa por estado de completo abandono.¹³

Erivan Alves Almeida – Mestre Zinho



Fonte: Fonte: Polydor (1989)

Nascido aos 03 de janeiro de 1945, em Rio Largo, apaixonou-se pela música ao observar seu avô, Mestre Erivan, dominar a sanfona de 8 baixos e ao participar de folguedos populares como a Chegança, popular na sua terra natal. Foi tecelão, cantou em casas noturnas maceioenses, puxou samba enredo na escola de samba Unidos do Poço e participou de festivais na Rádio Gazeta e Rádio Difusora. Em 1979, surgiu a oportunidade de substituir Zé Cacau no grupo “Os Três do Nordeste”, com o qual lançou sete discos, tendo o grupo vivenciado sua fase mais significativa com o vozeirão de Zinho à frente. O título de Mestre veio de Luiz Gonzaga, que ao lhe visitar no hospital em 1987 quando Zinho escapou da morte após sofrer um grave acidente, lhe pediu para continuar levando a bandeira do baião. Em 1988, deixou o grupo e seguiu carreira solo de sucesso. Gravou com Luiz Gonzaga, Dominguinhos, Elba Ramalho e teve músicas gravadas por Ney Matogrosso. Mestre Zinho faleceu em 31 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro, onde também foi sepultado, porém em

¹³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Rosalvo_Ribeiro
<https://www.historiadealagoas.com.br/rosalvo-ribeiro-um-mestre-da-pintura.html>

2015 familiares trouxeram os restos mortais do artista para o Cemitério Nossa Senhora da Piedade, realizando uma grande homenagem com diversos sanfoneiros.¹⁴

Túmulo de Mestre Zinho



Fonte: Ferreira (2022)

¹⁴ <https://www.terra.com.br/diversao/gente/mestre-zinho-morre-aos-67-anos,6f6bf59cb997a310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>
<https://www.alagoas24horas.com.br/937182/familiares-e-amigos-homenageiam-mestre-zinho-e-transferem-restos-mortais-para-maceio/>
<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/conheca-mestre-zinho-homenageado-no-sao-joao-de-maceio-1/>

Anphilóphio de Oliveira Melo – Jayme de Altavila



Fonte: Acervo do site História de Alagoas (2022)

Nascido Anphilóphio de Oliveira Melo no dia 17 de outubro de 1895, no bairro do Bom Parto, adotou o nome de Jayme em homenagem a um irmão falecido. Trabalhou em jornal na adolescência e participou de atividades literárias desde muito cedo, tendo atuado aos 20 anos na reunião da primeira comissão de formação da Academia Alagoana de Letras, a qual mais tarde presidiu duas vezes. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, transferindo depois o curso para o Rio de Janeiro, onde graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Apesar de não ter se dedicado exclusivamente à música, é o compositor do hino do Clube de Regatas Brasil (CRB) e do Ypiranga. Foi membro e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, hoje presidido pelo seu único filho ainda vivo, o advogado e bibliotecário Jayme Lustosa de Altavila. Foi professor, inspetor federal de ensino, fundou a Faculdade de Direito de Alagoas (hoje integrada à UFAL), juiz federal na Paraíba, professor da UFAL e prefeito de Maceió, tendo na sua gestão introduzido o telefone automático e urbanizado a Avenida da Paz. Escreveu vários livros, dentre eles o mais conhecido, “Origem do Direito dos Povos”,

adotado por muitas Universidades. Jayme de Altavila faleceu em Maceió no dia 26 de março de 1970.¹⁵

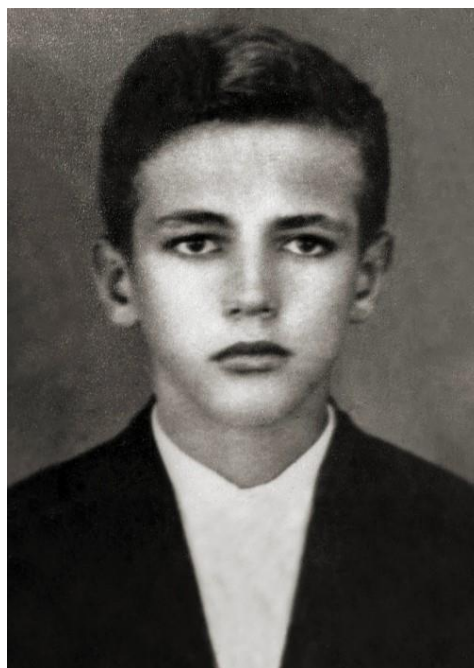
Túmulo de Jayme de Altavila



Fonte: Ferreira (2023)

¹⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Jaime_de_Altavila
<https://www.historiadealagoas.com.br/jayme-de-altavila.html>
<https://www.historiadealagoas.com.br/rompendo-os-lacos.html>

Élio de Lemos França – Élio Lemos



Fonte: Acervo do Colégio Guido de Fontgalland /História de Alagoas (2022)

Élio de Lemos França foi um estudante de destaque do antigo Colégio Guido de Fontgalland, de grandes dotes literários e capacidade de liderança estudantil. Era bom orador, escritor e considerado por professores e diretores dos colégios que frequentou, detentor de uma inteligência prodigiosa. Élio faleceu aos 16 anos no dia 12 de outubro de 1954, numa excursão para a Cachoeira de Paulo Afonso feita pela turma do Colégio Guido. Ao se prontificar a fazer uma foto de um de seus amigos, Élio escorregou e caiu na cachoeira. Seu pai, Elói de Lemos França, telegrafista, foi quem recebeu nos correios e telégrafos, via sinais em código morse, a notícia da morte do filho. A comoção da morte de Élio foi tamanha no estado que dois anos depois foi criada a Lei nº 493, de 19 de março de 1956, pela qual a Câmara Municipal de Maceió autorizou a construção de uma praça em sua homenagem, que existe até hoje. Duas instituições de ensino também foram batizadas com seu nome, uma no bairro de Ponta Grossa, em 1958, na Capital, e outra na cidade de Piaçabuçu, em 1957. O Ginásio Élio Lemos, na Ponta Grossa, foi um projeto do arquiteto Joffre Saint'Yves Simon. Colegas, amigos, professores e o próprio diretor do Colégio Guido, Padre Teófanis Augusto de Barros, decidiram homenagear Élio publicando postumamente seus escritos numa coletânea intitulada "Períodos", editada pela Revista Mocidade, de criação e direção do próprio Élio Lemos. A prosa poética "Torvelinho", onde Élio fala sobre águas e cair

precipitadamente, feita poucos dias antes de sua morte, parece tratar-se de uma premonição, tamanha a concomitância do emprego das palavras e a situação de seu acidente.¹⁶

Túmulo de Élio Lemos



Fonte: Ferreira (2022)

Lápide de Élio Lemos



Fonte: Ferreira (2022)

¹⁶ [historiadealagoas.com.br/elio-lemos-franca.html](https://www.historiadealagoas.com.br/elio-lemos-franca.html)
<https://www.historiadealagoas.com.br/periodos-trabalhos-literarios-de-elio-lemos.html?unapproved=16853&moderation-hash=0515c87b1246c9634285253a18123e76#comment-16853>

Manoel de Sampaio Marques – Dr. Sampaio Marques



Fonte: Acervo do site História de Alagoas (2015)

Manuel de Sampaio Marques nasceu em São Miguel dos Campos, na então Província das Alagoas, em 24 de maio de 1866. Formou-se em medicina na Escola Mãe de Medicina do Brasil, em Salvador, em 1890. Além do exercício da medicina, tendo sido membro da Santa Casa de Misericórdia, onde até hoje existe uma ala com seu nome em sua homenagem e atuado no Hospital da Caridade e no Serviço de Higiene Municipal, teve grande participação política no Estado. Foi deputado estadual, deputado federal, intendente municipal (cargo hoje equivalente a prefeito) e secretário da fazenda do Estado de Alagoas. Foi um dos membros da Junta Governativa em 16 de julho de 1894, que assumiu o Governo de Alagoas por apenas um dia, em consequência dos acontecimentos que levaram à deposição do então governador Gabino Besouro. Foi professor de física e química no Colégio Liceu Alagoano, chegando a ser diretor da Instituição. Foi, ainda, presidente, por vários anos, da Caixa Comercial de Maceió, estabelecimento bancário fundado em 1º de junho de 1856, e da Sociedade Previdência Alagoana, fundada em 12 de outubro de 1900; membro-fundador, em 11 de março de 1926, do Conselho Penitenciário de Alagoas. Pertenceu ao quadro social do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas, da Sociedade de Medicina de Alagoas, da qual foi um dos fundadores em 1917, e da Loja Maçônica Perfeita Amizade Alagoana (Grão-Mestre). Foi casado com Carolina de Sampaio Marques, sua prima, falecida em 1921. Foi pai adotivo de Maria Anunciada (Ahia) de Botelho Marques, Antônio Marinho de Gusmão; Elza

Barros de Sampaio Marques e Ema Marques Moraes. Faleceu em 02 de julho de 1951, em Maceió.¹⁷

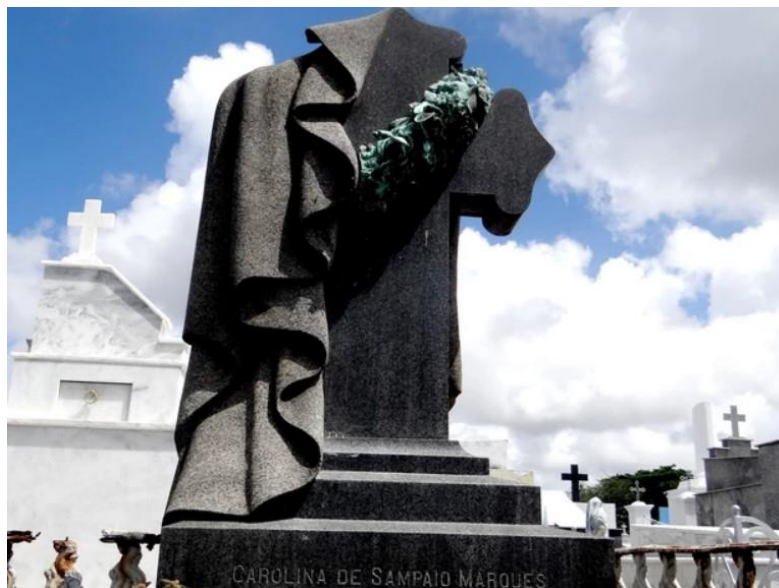
Túmulo do Dr. Sampaio Marques, ao lado da sua esposa Carolina



Fonte: Ferreira (2023)

¹⁷ historiadealagoas.com.br/sampaio-marques.html

Lápide de Carolina de Sampaio Marques – “Mulher da Capa Preta”



Fonte: Carolina Sanches / Gazetaweb (2013)

Uma obra representando o manto sagrado pendurado em uma cruz numa das sepulturas do Cemitério Nossa Senhora da Piedade deu origem a uma lenda contada há anos em Maceió, que se assemelha à outras lendas contadas ao redor do Brasil, de uma moça fantasma que sai para um baile, conhece e dança com um rapaz, este a empresta sua capa em razão da noite fria e a deixa, por insistência da mesma, na porta do cemitério para que vá para casa nas imediações. Porém, antes de ir, ela lhe entrega o endereço para ele buscar a capa. O jovem se entusiasma, julgando que seria uma maneira sutil da moça convidá-lo para conhecer sua família, contudo, no dia seguinte, ao chegar no endereço dado, depois de muito espanto e explicação, a família leva o rapaz até o cemitério e mostra o túmulo da moça, com a capa em cima. Mesmo modificando uma coisa ou outra, o cerne da história sempre é o mesmo: a capa preta. Em Maceió, o túmulo (Figura 47) é bastante visitado, virou tema de bloco de carnaval e fez o cemitério ficar conhecido como “Cemitério da Capa Preta”. No entanto, pouco se sabe acerca da ocupante real do túmulo, apenas que Carolina de Sampaio Marques nasceu em São Miguel dos Campos no dia 21 de março de 1869 e faleceu em Maceió em 22 de novembro de 1921, aos 52 anos; que era filha do coronel João Correia Sampaio e que casou-se com seu primo, o médico Manoel de Sampaio Marques, em 1894, sendo mãe adotiva de Maria Anunciada (Ahia) de Botelho Marques, Antônio Marinho de Gusmão; Elza Barros de

Sampaio Marques e Ema Marques Moraes. Não foram encontrados registros fotográficos de Carolina.¹⁸

Sebastião Marinho Muniz Falcão – Muniz Falcão



Fonte: Agência Nacional (1957)

Advogado, jornalista e delegado regional do trabalho nos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, sua carreira política teve início em 1950 quando foi eleito deputado federal pelo PST, migrando depois para o PSP, onde foi alçado à condição de vice-líder da bancada. Reeleito deputado federal em 1954, foi eleito governador de Alagoas em 1955 para um mandato de cinco anos. Governou de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961. Sua passagem pelo Governo de Alagoas ficou marcada por um episódio sangrento no início da tarde do dia 13 de setembro de 1957, uma sexta-feira, quando seus aliados, à sua revelia, na tentativa de impedirem a votação de seu impeachment, abriram fogo contra a oposição, resultando na morte do deputado Humberto Mendes, sogro de Muniz Falcão, e várias pessoas feridas. O acontecimento tomou proporção nacional, fazendo com que o então presidente Juscelino Kubitschek decretasse intervenção no Estado. O motivo pelo qual Muniz Falcão teria apenas 13 apoiadores na Assembleia, contra 22 da oposição, seria seu governo ser populista e com tendências à esquerda, desagradando a elite conservadora alagoana, além de ter criado no ano anterior a “taxa pró-economia”. Tratava-se de um tributo a ser pago pelos usineiros e pelos produtores rurais, cujos recursos seriam aplicados nas áreas de educação, saúde e

¹⁸ <https://www.historiadealagoas.com.br/a-mulher-da-capa-preta-de-maceio.html>
<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/11/lenda-da-mulher-da-capa-preta-faz-parte-da-historia-de-cemiterio-em-al.html>

infraestrutura, o que desagradou aos deputados conservadores e ruralistas. Após o trágico episódio, Muniz Falcão passou o cargo ao vice, Sezinando Nabuco, e viajou para o Rio de Janeiro, porém retornou ao cargo em 24 de janeiro do ano seguinte, cumprindo o resto de seu mandato até o final. Faleceu no dia 14 de junho de 1966, no Recife, aos 51 anos e sua cerimônia fúnebre foi uma das maiores do Estado, tendo grande comoção do povo, que o acompanhou da Igreja de Nossa Senhora das Graças, na Levada, onde foi velado, até o seu túmulo (Figura 34) no Cemitério Nossa Senhora da Piedade, lotando as ruas.¹⁹

Enterro de Muniz Falcão tomando as ruas de Maceió



Fonte: Jornal de Alagoas (1966)

¹⁹ <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/tiroteio-e-morte-como-o-impeachment-de-muniz-falcao-terminou-em-chaos.phtml>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Muniz_Falc%C3%A3o

Nota sobre o enterro de Muniz Falcão no Jornal de Alagoas de 15 de junho de 1966



Ao lado de suas qualidades como político, Muniz Falcão também era marido exemplar e pai extremoso. Adorava sua única filhinha Rosa Maria. Na foto acima, vemos o pranteado líder alagoano, com Rosa nos braços, no Salão de Despachos do Palácio dos Martírios, quando por alguns instantes o papai Muniz Falcão deixava os afazeres de Chefe do Executivo Alagoano para receber a "audiência especial" a sua filhinha, pois transcorria exatamente naquela data, o "DIA DO PAPAI". — (Foto.Gravura JALAGOAS).

SEPULTAMENTO DE MUNIZ SERÁ AS DEZESSEIS HORAS

O Sepultamento do ex.Governador Muniz Falcão, conforme informações prestadas ao JORNAL DE ALAGOAS dar-se-á as 16 horas de hoje saindo o feretro da Igreja de N.S. das Graças para o Cemitério da Piedade. As emissoras de Rádio desta capital à exceção da Rádio Gazeta transmitiram músicas selecionadas por todo o dia e noite de ontem enquanto que a Câmara Municipal suspendeu seus trabalhos por três dias. Na Assembleia, apenas hoje não haverá sessão.

LUTO OFICIAL

Fonte: Jornal de Alagoas (1966)

José Lucena de Albuquerque Maranhão – Cel. Lucena Maranhão



Fonte: viacognitiva.blogspot.com / Cangaço Arquivos (2019)

Alagoano de Quebrangulo, José Lucena de Albuquerque Maranhão nasceu em 15 de maio de 1890. Ingressou na Polícia Militar de Alagoas em 1912. Era considerado um dos maiores inimigos de Virgulino Ferreira, o Lampião, pois havia liderado a volante que liquidou o pai do cangaceiro, José Ferreira, ainda na década de 1920. Em 1926, Lucena foi promovido a Major, vindo a cumprir missão de caça ao cangaceiro Lampião e seu bando. Comandando uma das volantes, conseguiu, em 1938, liquidar com o “Rei do Cangaço”, em Poço Redondo, Estado de Sergipe. Reformou-se em 1930. Em 1935, voltou à Polícia Militar, sendo promovido a Tenente-Coronel e, em 1938, a Coronel. Foi o primeiro prefeito constituinte eleito de Maceió, em 1953, tendo sido antes prefeito de Santana do Ipanema e Deputado Estadual. Deixou várias realizações, como a pavimentação da estrada de acesso a Bebedouro e de várias ruas de Maceió, tendo construído algumas praças, uma das quais tem o seu nome. Faleceu em 19 de maio de 1955 e está sepultado em um túmulo de arquitetura especial construído pela Prefeitura de Maceió em sua homenagem.²⁰

²⁰ <http://www.bairrosdemaceio.net/prefeitos/cel-jose-lucena-de-a-maranhao>
<https://www.youtube.com/watch?v=2klJOJmsOV8>
<https://viacognitiva.blogspot.com/2019/02/a-prisao-do-major-jose-lucena-de.html>
<https://www.historiadealagoas.com.br/o-verdadeiro-heroi-de-angicos.html>
<https://www.aslca.org.br/cadeiras/patronos/jose-lucena-de-albuquerque-maranhao>
<https://tokdehistoria.com.br/tag/coronel-jose-lucena-de-albuquerque-maranhao/>

Túmulo do Cel. Lucena Maranhão



Fonte: O autor (2021)

Mausoléu dos Pracinhas – Ex-Combatentes da II Guerra Mundial



Fonte: O autor (2023)

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) contou com a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Os soldados mortos no conflito foram sepultados no Cemitério Militar Brasileiro em Pistóia, na Itália. Os restos mortais de 467 combatentes ficaram em solo italiano entre os anos de 1945 e 1960, quando ocorreu o traslado para o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro. O Brasil enviou 25 mil militares para a Itália e, em solo alagoano, centenas de militares patrulhavam o litoral do estado. No total, 148 alagoanos foram combater na Itália e, destes, seis foram mortos em combate e estão sepultados no Mausoléu dos Pracinhas no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro.²¹

²¹ <https://082noticias.com/2021/10/10/memoria-nacional-mausoleu-dos-pracinhas-esta-abandonado/>
<https://luizsaviodealmeida.blogspot.com/2015/09/ii-guerra-mundial-os-pracinhas-das.html>

Detalhe do Mausoléu dos Pracinhas



Fonte: 082noticias.com (2021)

